COPEL

Copel Geração e Transmissão S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel
CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Mensagem do Diretor Geral

Com muita satisfação apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2023.

Inicialmente destaco a transformação da Copel em Corporação, companhia de capital disperso e sem acionista controlador, concluída em agosto de 2023. Com este processo a Companhia atendeu aos requisitos necessários para a prorrogação por mais 30 anos das concessões de suas três maiores usinas hidrelétricas: Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia), Governador Ney Braga (Segredo) e Governador José Richa (Caxias), que juntas representam aproximadamente 60% de nossa capacidade instalada de geração. Portanto, um marco importante e de extrema relevância para os negócios e a sustentabilidade da Copel Geração e Transmissão.

Outro fato relevante foi a conclusão do processo de aquisição dos Complexos Eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo, localizados no Estado no Rio Grande do Norte com 260 megawatts de capacidade instalada, sendo que a partir de fevereiro de 2023 incorporamos efetivamente os parques em nossos processos de gestão, operação e manutenção. A participação da fonte eólica vem se destacando como uma das principais frentes de crescimento da geração da Copel, posicionando a Companhia entre os maiores agentes de geração eólica do Brasil.

Visando o aprimoramento da gestão e governança, em 2023 a Copel Geração e Transmissão promoveu uma reestruturação implantando a Superintendência de Energias Renováveis, intensificando o foco no gerenciamento operacional e na melhoria de performance de nossos complexos eólicos.

Reestruturamos também nosso processo de suprimentos, visando a adequação ao ambiente privado e à obtenção de agilidade e eficácia.

Nosso Escritório de Gerenciamento de Projetos - PMO GeT segue em constante evolução, garantindo a implantação dos projetos de geração e transmissão com antecipação de prazos e rigor na execução financeira, maximizando assim os resultados e o retorno sobre os investimentos nos ativos.

Ainda em 2023, seguindo a diretriz estratégica de descarbonização da matriz, a Companhia deu importante passo no desinvestimento na Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA), com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações em dezembro, e avançou nas tratativas com o Ministério de Minas e Energia para a devolução da concessão da Usina Termelétrica de Figueira.

Seguimos operando nossos ativos de geração e transmissão com elevados índices de disponibilidade, ofertando expressivos montantes de energia limpa e renovável que são estrategicamente comercializados de forma a maximizar a geração de valor para a Companhia.

Reafirmamos nosso compromisso com a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços de geração e transmissão, com sustentabilidade ambiental, econômica e social (ESG), escalando os negócios de geração e transmissão de forma sustentável e atendendo aos melhores interesses de nossos acionistas, da sociedade e do setor elétrico brasileiro.

Uma boa leitura a todos!

Moacir Carlos Bertol
Diretor Geral

1. A Companhia

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Companhia ou Copel Geração e Transmissão) é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), que atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração e transmissão de energia. Opera um sistema de energia elétrica com parques geradores de usinas (hidrelétricas, térmicas e eólicas), linhas de transmissão e subestações, inclusive em parcerias por meio de Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Embora esteja sediada em Curitiba, no Paraná, a Companhia está presente em nove estados brasileiros, conforme mapa a seguir:

Prêmios e certificações em 2023

Prêmios / Certificações	Certificador
Prêmio Abraconee - 1º lugar de melhor divulgação das Demonstrações Financeiras de 2022 para empresa de grande porte e 2º lugar para empresa de pequeno porte - Marumbi	**Abraconee** - Associação Brasileira do Contadores do Setor de Energia Elétrica
Prêmio Melhores em Gestão - nível Ouro	**FNQ** - Fundação Nacional de Qualidade

Participação no Mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica (1)	(2) 3,5	(3) 21,8	(3) 52,1
Transmissão de energia elétrica (4)	3,3	12,2	22,7

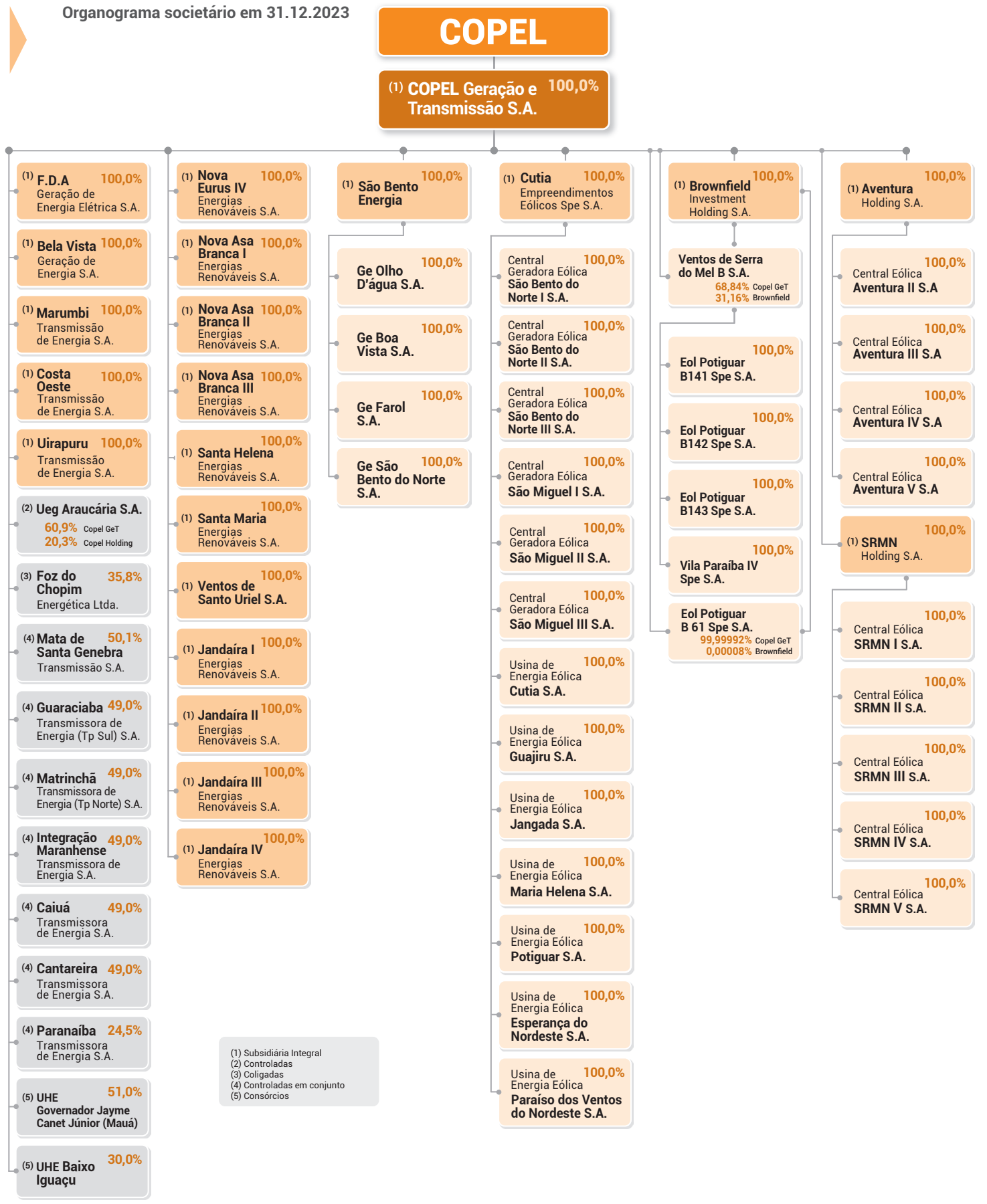
(1) Capacidade instalada consolidada
(2) Considerada apenas a parcela pertencente ao Brasil da Usina de Itaipu
(3) A Usina de Itaipu não é considerada na região Sul
(4) O mercado refere-se à Receita Anual Permitida - RAP

Copel Geração e Transmissão em Números (consolidado)

Em R$ mil	2023	REAPRESENTADO 2022	variação %
INDICADORES CONTÁBEIS			
Ativo total	27.416.748	24.687.546	11,1
Caixa e equivalentes de caixa	2.311.905	1.580.000	46,3
Títulos e valores mobiliários (1)	405.249	353.362	14,7
Dívida total	8.891.427	7.679.603	15,8
Dívida líquida	6.174.273	5.746.241	7,4
Receita operacional bruta	5.760.106	5.554.209	3,7
Deduções da receita	(642.383)	(613.057)	4,8
Receita operacional líquida	5.117.723	4.941.152	3,6
Custos e despesas operacionais	(2.771.944)	(2.626.709)	5,5
Equivalência patrimonial	300.589	470.606	(36,1)
Resultado das atividades	2.345.779	2.314.443	1,4
Ebitda ou Lajida	3.466.556	3.528.424	(1,8)
Resultado financeiro	(747.409)	(636.045)	17,5
IRPJ/CSLL	264.614	295.404	(10,4)
Lucro operacional	1.898.959	2.149.004	(11,6)
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	1.634.345	1.853.600	(11,8)
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas	66.176	(254.141)	(126,0)
Patrimônio líquido	12.874.366	12.896.797	(0,2)
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	825.600	1.532.107	(46,1)
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Liquidez corrente (índice)	1,1	1,1	-
Liquidez geral (índice)	0,7	0,8	(12,5)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	67,7	71,4	(5,2)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	69,1	59,5	16,1
Margem operacional (lucro operacional/ receita operacional líquida) (%)	37,1	43,5	(14,7)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	31,9	37,5	(14,9)
Participação de capital de terceiros (%)	53,0	47,8	10,9
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (2)	12,7	17,1	(25,7)

(1) Garantias de contratos da dívida
(2) LL ÷ (PL inicial)

Organograma societário em 31.12.2023



2. Gestão ESG (Ambiental, Social e Governança)

A Copel é signatária do Pacto Global desde seu lançamento em 2000 pelo então Secretário Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, Kofi Annan, sendo a primeira empresa do setor elétrico brasileiro a ter sua participação homologada em 2001. E, desde 2018, assumiu o compromisso de atuar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS ligados ao setor de energia.

Após construir o Plano de Neutralidade de Carbono em 2021, o tema seguiu como prioridade para a Copel e, na Visão 2030, ele foi associado ao objetivo de descarbonizar sua matriz de geração elétrica. A Visão 2030 também incluiu entre as prioridades o compromisso com a ética e governança e o avanço da diversidade, incluindo metas de evolução da participação feminina na liderança.

Ao planejar a sua próxima década, a Copel está buscando ampliar a integração das preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) à sua agenda de ações e decisões de futuro.

Gestão da sustentabilidade

A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Holding determina as diretrizes corporativas e as dissemina por meio de políticas e normas que permeiam todas as áreas da Companhia, incluindo a Copel Geração e Transmissão.

Para atender às características únicas dos negócios, a Copel Geração e Transmissão possui uma área especializada na gestão de aspectos socioambientais. Cada operação demanda diferentes tipos de ação e monitoramento, visando à conformidade socioambiental e a adesão às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é avaliado por meio da gestão interna, além da participação em avaliações especializadas no mercado, que permitem o comparativo com outras empresas. Entre essas avaliações estão o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) e o Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global. Esses resultados são da Controladora e utilizados como base para a melhoria contínua dos processos relacionados às dimensões ESG.

2.1. Governança Corporativa

A Copel Geração e Transmissão segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma companhia de capital aberto, dotada de personalidade jurídica de direito privado, cujas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia e suas partes interessadas.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da Securities and Exchange Commission - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

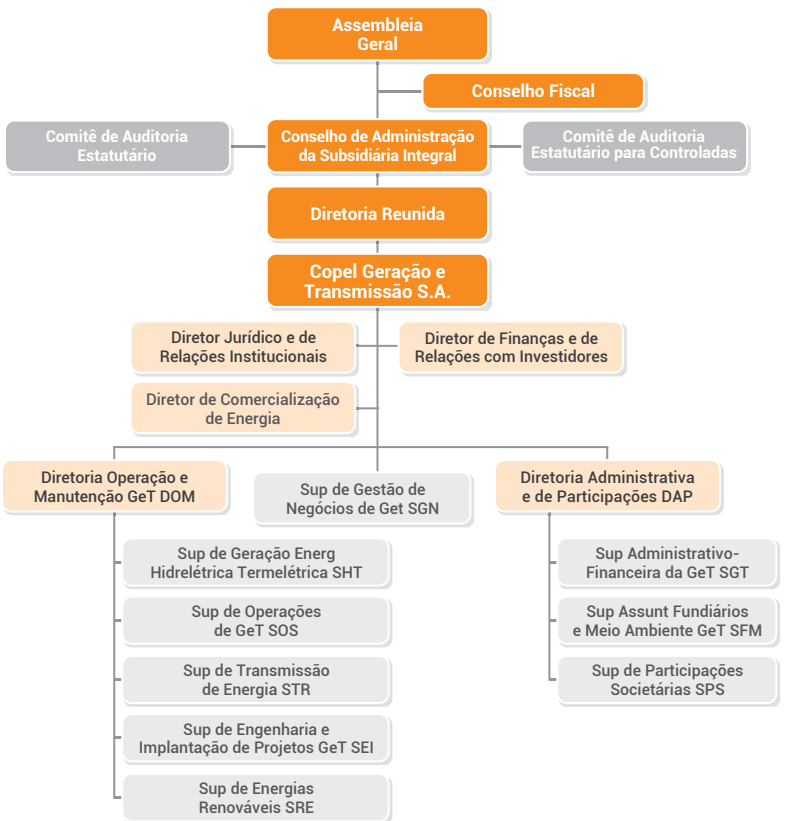
Após a adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa em 2023, a Copel seguiu aperfeiçoando seus instrumentos buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

Em 2023, a alta administração da Copel revisou os regimentos dos órgãos estatutários, considerando a transformação da Companhia em uma Corporação e deu início à atuação do Comitê de Gente, assessorando o CAD, permitindo ampliação dos espaços de análise qualificada, produção de conhecimento e discussão de temas estratégicos para apoiar as decisões do conselho. A Copel Geração e Transmissão também conta com seus Conselhos de Administração focado na orientação e planejamento de cada um dos negócios.

A Copel Geração e Transmissão tem registro de companhia aberta na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esse registro é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visa a emissão de ações. São medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

2.1.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança atual da Companhia é a demonstrada a seguir:



Assembleia geral

É o fórum no qual o acionista tem poder para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções consideradas convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Conselho Fiscal

Órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores.

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro	Harry Françóia Júnior
Conselheiro	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro - suplente	Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Conselheiro - suplente	Otamir Cesar Martins
Conselheiro - suplente	Verônica Peixoto Coelho

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

Conselho de Administração - CAD

Órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo	Moacir Carlos Bertol
Membro	Cassio Santana da Silva
Membo	Luiz Claudio Maia Vieira

Diretoria Reunida

Órgão executivo responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social e Regimento Interno.

DIRETORIA	
Diretor Geral	Moacir Carlos Bertol
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor de Operação e Manutenção de Geração e Transmissão	Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Administrativo e de Participações	Adriano Fedalto
Diretor de Comercialização de Energia	Kleberson Luiz da Silva

Comitê de Auditoria Estatutário

Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela emissão de relatórios anuais, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as Demonstrações Financeiras.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador e membro especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro externo	Luiz Claudio Maia Vieira

Comitê de Auditoria Estatutário para controladas da Copel Geração e Transmissão

Exerce suas atribuições e responsabilidades de assessoramento junto ao Conselho de Administração das sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, mediante deliberação do Conselho da Administração da Copel Geração e Transmissão.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO PARA CONTROLADAS DA COPEL GET	
Presidente	Zeno Bannach Junior
Membro	Nelson Luiz Paula de Oliveira
Membro	Valéria Gorni Loos

2.1.2. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel Geração e Transmissão está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10° Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2023.

Código de Conduta

Criado em 2003, o Código de Conduta da Controladora foi revisado e atualizado em 2022, com a inclusão de novos temas. O documento orienta o comportamento de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e suas participações societárias e inclui referências sobre a conduta esperada em temas contemporâneos como participação em redes sociais, proteção de dados pessoais, trabalho remoto e cibersegurança. Também baliza a atuação em questões referentes à transparência, participação em leilões, saúde e segurança, responsabilidade social e ambiental, respeito aos diretos humanos, entre outras.

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para empregados, membros da diretoria, dos Conselhos e dos Comitês, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e contratados. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente com o Código.

Canais de manifestação

A Copel incentiva que seus stakeholders registrem qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

O Canal de Denúncia é gerido pela Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance da Controladora e recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Copel, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades. O processo é monitorado pelo Comitê de Ética, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração e em decorrência dos resultados das apurações, podem ser recomendadas melhorias e aprimoramentos em procedimentos, controles internos, normas, políticas, programas de capacitação e comunicação, ou ainda a aplicação de medidas disciplinares, em conformidade com as normativas internas e legislação aplicável.

Para denúncias sobre fraudes e furtos na rede elétrica, a Copel disponibiliza um contato específico. Os casos sobre assédio são analisados pela Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral (Cadam).

A Ouvidoria é outra instância de atendimento e conta com certificação pela ISO9001 e reconhecimento como uma das melhores ouvidorias do setor pela Aneel.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia:

https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/

2.1.3. Gestão de riscos

A Política de Gestão de Riscos está fundamentada nos valores da Copel, no seu Código de Conduta e nas orientações emitidas pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso).

Suas diretrizes, princípios e responsabilidades são aplicáveis às áreas corporativas da Copel Geração e Transmissão, suas subsidiárias integrais e controladas, e recomendadas às empresas controladas em conjunto, às empresas coligadas e a outras participações societárias, respeitados seus trâmites societários de forma a identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos inerentes à Companhia e ao seu setor de atuação e que possam afetar o atendimento dos seus objetivos e realização de seus negócios. A alta administração da Companhia também passa, anualmente, por treinamento sobre o tema, enquanto os empregados são treinados sobre a metodologia de gestão de riscos de forma a conseguir identificar situações de exposição e na adoção de ações mitigadoras.

Os riscos estratégicos são revisados e subsidiam a elaboração do Planejamento Estratégico, trabalho executado conjuntamente pelas altas direções da Copel (Holding) e das subsidiárias por meio da identificação e análise dos riscos, definição de plano de controle e contingência e estabelecimento de ações de monitoramento.

Para definição de seu apetite ao risco, a Copel considera os seguintes pilares: atuar nos mais elevados padrões éticos e de compliance; garantir que atividades ou práticas adotadas estejam alinhadas às práticas ESG com ênfase em mudança do clima e aspectos socioambientais; garantir que em todas as operações da Copel a segurança do trabalho seja rigorosamente observada; garantir o constante aprimoramento do nível de segurança cibernética de Tecnologia da Informação e de Tecnologia da Operação; não atuar em segmentos que não estejam relacionados à sua atividade principal; e investir em negócios aderentes à Política de Investimento e ao Planejamento Estratégico, tendo como fundamentos e pilares a descarbonização, integração com escala, disciplina de capital e inovação.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Controladora, são feitos reportes periódicos do portfólio de riscos e dos respectivos planos de mitigação para a alta administração. Deste modo, o processo de gestão dos riscos estratégicos da Copel vem sendo continuamente aprimorado, em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a legislação vigente.

Além dos riscos estratégicos, a estrutura de gerenciamento classifica os principais riscos em Financeiros, Operacionais e de Conformidade (compliance). O relatório periódico de riscos conta ainda com um perfil ESG, em que são detalhados os principais aspectos ambientais, sociais e de governança.

2.1.4. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Copel Geração e Transmissão possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda desde 08.03.2021, para prestação de serviços de auditoria, tendo o contrato sido prorrogado por mais 22 meses, com início em 08.09.2022 e término em 07.07.2024, de forma a contemplar os trabalhos para os exercícios findos em 31.12.20022 e 31.12.2023.

No exercício social encerrado em 31.12.2023, os auditores independentes receberam honorários no valor de R$ 2,6 milhões, sendo R$ 2,57 milhões referentes aos serviços regulares de auditoria independente e R$ 0,07 milhão de serviços não relacionados à auditoria independente referentes a revisão de procedimentos fiscais e tributários.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

2.2. Dimensão Social

A Copel Geração e Transmissão está comprometida com os seus diversos públicos, implementando ações que assegurem o equilíbrio das relações ambientais, econômicas e sociais. A Companhia norteia suas ações por meio das diretrizes constantes nas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa da Controladora, que reforçam a importância do diálogo e da transparência, a promoção dos Direitos Humanos, do respeito às pessoas, da acessibilidade e inclusão, bem como do desenvolvimento sustentável.

2.2.1. Promoção dos direitos humanos

A Política de Direitos Humanos da Controladora formaliza as diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações que possam ocorrer na Copel Geração e Transmissão, em sua cadeia produtiva ou em comunidades impactadas, propiciando ambientes de trabalho decentes, inclusivos e eliminando desigualdades.

Para consolidar sua aplicação, a Copel Geração e Transmissão está uniformizando parâmetros de monitoramento e avaliação, incluindo a previsão de devida diligência para fornecedores e formalização de processos. Esse trabalho, iniciado em 2022, envolve um levantamento dos temas prioritários relacionados a direitos humanos por meio da consulta a diversas áreas da Companhia e análise de indicadores de saúde e segurança do trabalho, manifestações recebidas no Canal de Denúncias, entre outras informações. O objetivo é mapear todas as práticas já existentes para prevenir violações de direitos humanos, identificar pontos sensíveis e de melhoria.

A Copel Geração e Transmissão também realizou em 2022 a primeira capacitação sobre devida diligência em direitos humanos para áreas-chave, incluindo gestores de compras e gestão socioambiental, além do jurídico e regulatório corporativo. Entre os temas abordados, estavam a avaliação de impactos aos direitos humanos na cadeia de valor ações de monitoramento e prevenção reporte e avanço do processo de diligência nas empresas.

2.2.2. Responsabilidade Social

Ciente de seu papel preponderante na sociedade, a Copel Geração e Transmissão desenvolve programas, projetos e ações que beneficiam a comunidade, considerando as expectativas dos públicos de relacionamento em suas decisões, bem como busca alternativas que promovem o bem-estar social alinhado à legislação, às normas internacionais de comportamento e a agendas de desenvolvimento reconhecidas mundialmente como a Agenda 2030 da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU).

Ao implementar novos empreendimentos, embora promova a geração de empregos e receitas para os municípios, existe a possibilidade da necessidade de mitigar ou compensar eventuais impactos causados por suas atividades. Para isso, a Companhia implementa programas sociais descritos nos Planos Básicos Ambientais - PBA, nos relatórios ambientais simplificados e nos relatórios de detalhamento dos programas ambientais de cada empreendimento. Além dos programas sociais obrigatórios no contexto do licenciamento ambiental, a Copel Geração e Transmissão desenvolve outras ações voltadas às comunidades dentro do escopo da sustentabilidade empresarial e de forma corporativa.

Em 2022, a Controladora formulou e aprovou a Política de Investimento Social, que amplia os parâmetros já estabelecidos na Política de Doações, definindo diretrizes para a destinação de recursos próprios ou vias leis de incentivo, sejam contribuições voluntárias ou compulsórias e aplicáveis à Copel Geração e Transmissão. A política também reforça o princípio da conexão com os ODS priorizados pela Copel como critério para definição dos investimentos sociais.

A Companhia deve relatar as doações e contribuições voluntárias e não voluntárias à Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Holding trimestralmente. A Diretoria, por sua vez, faz a comunicação periódica sobre os valores aprovados para Investimento Social Privado ao Comitê de Desenvolvimento Sustentável da Companhia.

Outras informações sobre esses programas e ações desenvolvidos podem ser obtidas no Relato Integrado.

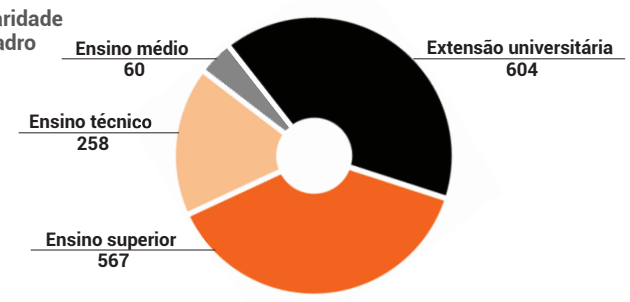
2.2.3. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel Geração e Transmissão reconhece que os empregados são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes visando o desenvolvimento, valorização, manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas. Esta política está alinhada às melhores práticas de mercado e serve de base para a tomada de decisão e implantação de programas e ações, de acordo com o planejamento estratégico corporativo.

A relação de trabalho com os empregados é conduzida com base nos valores da Copel (ética, respeito às pessoas, dedicação, transparência, segurança e saúde, responsabilidade e inovação) e no respeito aos preceitos universais, constitucionais e legais.

Com a transformação da Controladora em corporação em 11.08.2023, a Copel Geração e Transmissão deixou de ter obrigações impostas às empresas de economia mista e alguns aspectos trabalhistas ganharam maior flexibilidade, como, por exemplo, a possibilidade de aproveitamento do quadro interno, uma vez que a transposição entre carreiras agora é permitida, facilitando assim a mobilidade dos profissionais.

Escolaridade do quadro



Em busca da eficiência nos negócios, a Copel Geração e Transmissão não promoveu novas contratações no último ano e estabeleceu um Programa de Demissão Voluntária – PDV, cujos desligamentos estão previstos para agosto de 2024 e representam uma redução de 375 empregados no seu quadro próprio.

A Copel Geração e Transmissão possuía 1.491 empregados no quadro próprio em 31.12.2023 e 1.487 em 31.12.2022. Foi reintegrado 1 empregado em 2023. Durante o mesmo período, 17 empregados desligaram-se da Companhia. A taxa de rotatividade foi de 0,6% em 2023 e 3,9% em 2022.

Para apoiar as áreas operacionais e funções específicas, a Controladora estabeleceu uma política de terceirização, onde estão previstas as diretrizes para contratações de terceiros. As contratações seguem as exigências legais e de segurança do trabalho, além de regras e disposições internas definidas no Manual do Fornecedor e no Regulamento de Contratação. Cabe ao gestor do contrato acompanhar e fiscalizar todo o processo, da contratação à execução e entrega do trabalho contratado.

A Copel é reconhecida por suas boas práticas em gestão de pessoas. Em 2022 recebeu da Fundação Nacional de Qualidade - FNQ o primeiro certificado de avaliação dedicada à maturidade da gestão de recursos humanos pelas empresas. O Selo MEG RH é resultado de uma extensa análise sobre os processos da organização e sua aderência com as práticas de referência observadas em empresas de classe mundial. Entre os pontos fortes apontados na avaliação da FNQ estão a atuação estratégica da área de RH, a gestão de desempenho, a política de meritocracia e os cuidados com a segurança do trabalho e a qualidade de vida dos empregados. E em 2023, o programa corporativo Plenamente, voltado à saúde psicoemocional, foi reconhecido no Prêmio Ser Humano, organizado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH). A iniciativa conquistou o 2º lugar da premiação na categoria excelência organizacional. A Companhia também celebrou a conquista da certificação "Excelência em Gestão Ouro" no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV), concedido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida – ABQV.

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho - PPD; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas e complementação de auxílio doença.

Por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel Geração e Transmissão é patrocinadora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

A Copel Geração e Transmissão possui o Programa de Home Office, que adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo os empregados podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância. Além do Home Office, são ofertados benefícios relacionados a flexibilidade de horário trabalho: jornada semanal de 40 horas, horário de trabalho flexível, ausência abonada, banco de horas e redução de jornada de 8 horas para 6 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

A Companhia ainda oferece benefícios para seus empregados que impactam positivamente na qualidade de vida de seus familiares, como: liberação para acompanhamento de familiar, liberação para realização do pré-natal e acompanhamento da gestante.

Os cuidados também se estendem à saúde mental. Por meio do programa Plenamente, são realizadas ações voltadas ao autocuidado, suporte psicológico e psicoeducação. Em 2023, o programa organizou workshops e trilha de aprendizagem com informações sobre saúde psicoemocional, equilíbrio emocional, conceitos e preconceitos. E, por meio de uma parceria com a Fundação Copel e seu programa EquilibradaMente, é oferecido suporte psicológico 24 horas por dia para os copelianos. Ainda com foco no cuidado com os empregados, a Copel Geração e Transmissão criou a Unidade de Atenção Primária à Saúde - APS, em parceria da Fundação Copel no polo Km3 – maior polo da Companhia. O espaço oferece toda a estrutura necessária para a realização de exames primários e periódicos, incluindo salas para atendimento e consulta, coleta de exames, farmácia e sala para atendimento em casos de urgência. O benefício se estende aos familiares e não cobra coparticipação. A APS foi inaugurada em Curitiba em 2021 e já foi estendida para Maringá e Londrina.

Por fim, o Programa Bem Gestar, busca proporcionar bem-estar psicossocial da gestante e dos pais, fornecendo suporte e informações, além de incentivar o aleitamento materno, com as salas de apoio à amamentação.

- **Remuneração**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD). A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2022 (R$ 2.089) e 2023 (R$ 2.743) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R$ 1.212,00 e R$ 1.320,00 respectivamente) era de 1,93 e 2,26 vezes respectivamente, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Relações trabalhistas**

A Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, se relaciona com 18 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

- **Avaliação de desempenho**

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel Geração e Transmissão é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período.

A partir do ciclo 2021, o Nossa Energia passou por uma revitalização com o apoio da Fundação Instituto de Administração - FIA. A condução deste projeto teve como pontos centrais a revisão de um Sistema de Gestão de Pessoas com base em competências, estimulando a cultura meritocrática e considerando critérios de avaliação relacionados aos eixos de atuação, competências e nível de complexidade do profissional. A revitalização do programa teve como foco o incentivo ao desenvolvimento profissional e protagonismo dos copelianos. Os feedbacks acontecem de forma estruturada, durante a avaliação de desempenho do programa Nossa Energia, na elaboração do plano de desenvolvimento, na avaliação intermediária e também durante o fechamento do plano de desenvolvimento.

Para que os empregados possam conhecer todos os detalhes do Nossa Energia, é disponibilizado uma trilha de aprendizagem que apresenta os conteúdos relacionados a gestão por competências, modelo e processo do Nossa Energia e também sobre plano de desenvolvimento.

- **Desenvolvimento de Pessoas**

A Copel Geração e Transmissão possui como estratégia de gestão de pessoas incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando com corpo profissional qualificado e permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira. Uma das diretrizes da Política de Gestão de Pessoas, é "promover ações de capacitação das lideranças e empregados, buscando o aprimoramento de suas habilidades e competências para a obtenção de níveis de excelência de desempenho, bem como incentivar o protagonismo na busca do autodesenvolvimento.

A Companhia promove diversas ações de desenvolvimento, que são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, workshops, congressos etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A Copel Geração e Transmissão valoriza a educação continuada e o desenvolvimento profissional dos empregados é orientado pela gestão de competências, determinada pela identificação das necessidades de treinamento e capacitação do quadro de pessoal. Em 2021 foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os empregados promovendo a atualização no seu escopo de trabalho. Lá é possível encontrar oportunidades para aprender sobre assuntos relacionados a inovação; comunicação; melhoria de processos; técnicas e ferramentas para a gestão; qualidade de vida no trabalho; criatividade; transformação digital, dentre outros temas atuais e relevantes. Em 2023 tivemos um maior engajamento na Comunidade Virtual. Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância por meio do ambiente de ensino a distância intitulado Copel EAD; o investimento em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016 e atualizado em 2022. Essas parcerias concedem descontos ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.

Em 2023 a Controladora lançou uma nova plataforma de learning, UNI - um hub de aprendizagem corporativa construído em parceria com fornecedor externo. A plataforma facilita a aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades e a análise de dados em tempo real. Em 2023 foram lançadas trilhas contemplando 3 escolas: Escola de Inovação e Transformação Digital, Escola de Liderança e Escola ESG. Em 2024 a previsão é de lançar mais 3 escolas, ampliando cada vez mais o protagonismo dos empregados em seu desenvolvimento.

Além das ações corporativas, cada diretoria tem autonomia para desenvolver ações específicas de desenvolvimento de acordo com as estratégias dos seus negócios.

Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2023:

- **Plano de Desenvolvimento Continuado de Administradores:** visando o aperfeiçoamento dos membros do conselho e administradores da Companhia, desde 2017 a Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, vem promovendo o desenvolvimento desse público. Em 2022 foi estabelecido o Plano de Desenvolvimento Continuado dos Administradores, que desde então foi executado em parceria com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Neste ano também foi criada a Trilha de Avaliação de Desempenho dos Órgãos Estatutários, com o objetivo de compartilhar conteúdos teóricos e práticos sobre gestão de desempenho. Em 2023, dando sequência ao Plano de Desenvolvimento Continuado dos Administradores foram realizados workshops com conteúdo de interesse dos membros dos órgãos estatutários. Os conteúdos abordados em parceria com o IBGC foram: capital humano, comunicação, missão do conselho e papel do conselheiro, cenarização conselho do futuro, ESG, conselho fiscal na prática, inovação e tendências, relacionamento e decisões colegiadas e processos do conselho de administração.
- **Programa de Desenvolvimento da Liderança – PDL:** O desenvolvimento da liderança é um processo contínuo de aprimorar as habilidades, conhecimentos e qualidades de liderança de indivíduos em uma organização. Isso inclui treinamento, orientação e oportunidades de aprendizado para capacitar líderes a inspirar, motivar e guiar suas equipes de maneira eficaz, aprimorando o desempenho organizacional e promovendo um ambiente de trabalho saudável e produtivo. Em 2023, a Controladora iniciou um grande Programa de Desenvolvimento da Liderança - PDL com objetivo de melhorar a performance e desempenho dos líderes em suas equipes, agregando resultado para as pessoas e para Companhia. Uma das iniciativas do PDL 2023 foi a promoção do Workshop "Ciclos de Performance e Conversas de Desenvolvimento", que contou com a presença de mais de 280 gestores. O objetivo do workshop foi potencializar a reflexão sobre os próximos passos de carreira através de conteúdos, informações e ferramentas, de forma a favorecer o apoio dos líderes na construção dos planos de desenvolvimento com os empregados, facilitando os movimentos de carreira e estimulando o protagonismo. O evento foi conduzido por consultoria especializada em soluções sobre gestão de carreira e desenvolvimento organizacional. Além disso, foi disponibilizado a todos os empregados webséries sobre carreira disponibilizadas no streaming 'Diálogos de Carreira'.
- **Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas:** Promover e incentivar a cultura da equidade de gênero e o papel da mulher no Brasil e no mundo é uma missão de todos. A Controladora, reconhecendo os talentos que possui, lançou no segundo semestre de 2022 o Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas, que teve por objetivo fazer com que mulheres se inspirem em outras mulheres e em si mesmas, fortalecendo sua visão de autoliderança e liderança. Nesta primeira edição participaram 90 mulheres, entre gerentes formais e supervisoras e abordaram os pilares do programa: i) Perfil de liderança – equilíbrio entre afetividade e efetividade; ii) Autoconhecimento – despertar o potencial da liderança, iii) Experiência – oportunidade para o exercício da liderança; e iv) Incentivo – aceleração da diversidade na liderança.

  A segunda fase do programa que ocorreu no segundo semestre de 2023, contou com a participação de 50 líderes femininas. O foco principal da formação foi a liderança com base na autoliderança e foram realizados 8 encontros que tiveram como principais direcionamentos a busca da excelência, alinhamento de foco, inovação aplicada, singularidade, preparação para o futuro, importância da escuta ativa e fala assertiva e disciplina.
- **Programa de Capacitação para LGPD:** A partir da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei nº 13.709, de 14.08.2018, vigente no Brasil desde 18.09.2020, a Copel, entendendo a relevância do tema, lançou em 2021 o Programa de Capacitação em LGPD, tendo como objetivo orientar e capacitar todos os profissionais no cuidado e na proteção dos dados que trafegam diariamente na execução de suas atividades. Em 2023, foi realizado o Treinamento Anual de LGPD Ciclo 2023 para 100% dos empregados, além de treinamentos pontuais para empregados responsáveis pelo tratamento de dados ou de políticas internas referentes ao tema. Ainda sobre este tema, em 2023 a Copel promoveu a palestra "LGPD, Privacidade e Proteção de Dados - além do conceito", que abordou os desafios e as responsabilidades da proteção de dados, a partir do ponto de vista do órgão regulador do tema: a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.
- **Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade:** Em 2023 a Copel promoveu uma ampla programação de treinamentos, palestras e ações de sensibilização e conscientização para empregados e público externo sobre direitos humanos, riscos, diversidade, acessibilidade e especialmente sustentabilidade. Sobre o último tema houve treinamento de "Atualidades em Sustentabilidade", vinculado ao Programa EducaODS, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre temas relacionados à sustentabilidade e suas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), direitos humanos e a relevância da due diligence. O treinamento, que registrou 364 participações, foi realizado de forma híbrida, permitindo que o público pudesse escolher entre participar presencialmente ou de forma remota, conforme suas preferências e necessidades.
- Também foi realizado o evento sobre Due Diligence em Direitos Humanos – Inspeções em Campo, com o objetivo de capacitar os profissionais da Copel para realizar inspeções em trabalhos de campo com a finalidade de detectar possíveis irregularidades, riscos ou impactos negativos relacionados aos direitos humanos. Além de treinar o olhar dos profissionais para identificar violações mesmo que não verbalizadas.
- **Trilhas de aprendizagem:** Consiste em compartilhamento de conhecimento dos empregados para os empregados. Caracteriza-se como uma abordagem dinâmica e simples, uma vez que dá autonomia aos produtores na elaboração e publicação do material. As trilhas combinam diferentes possibilidades de aprendizagem e oferecem caminhos alternativos e flexíveis para o aprimoramento pessoal e profissional, ficam disponíveis a todos os empregados e pode ser acessada também do celular.
- **Programa de Cibersegurança:** Seguindo o Planejamento Estratégico e a Política de Segurança da Informação da Copel - NPC 0301, a gestão da Cibersegurança na Companhia é tratada de maneira ampla e sistêmica. Seu início está no Planejamento Estratégico da Controladora por meio da diretriz "Elevar continuamente os níveis de segurança cibernética", definida de maneira conjunta entre a alta direção e os conselhos da Copelo. Adicionalmente, seu desdobramento atinge os diversos níveis da Copel através de objetivos e metas para a Holding e todas as subsidiárias integrais. Em dezembro de 2021 a Copel contratou a KnowBe4, plataforma integrada para treinamento de conscientização em segurança da informação, combinada com ataques simulados de phishing, iniciando assim o Programa de Conscientização em Segurança da Informação, que tem como objetivo capacitar e conscientizar a força de trabalho para adotar comportamentos defensivos em cibersegurança.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

Ao longo de 2023 foi investido fortemente na sensibilização da força de trabalho e o público geral participou de 4 campanhas que abordaram os temas: ameaças comuns na rede, incidentes e conscientização de cibersegurança e phishings. Os diretores participaram de 2 campanhas dedicadas à executivos da alta direção que abordaram os temas: ameaças comuns e crimes cibernéticos. O programa continua em 2024, com novas campanhas considerando o estágio de maturidade do público geral sobre o tema.

- **COPEL 4.0:** As iniciativas de experimentação e agilidade passam a ser componentes cada vez mais presentes no desenvolvimento de projetos e produtos digitais, apoiando os profissionais para atuarem neste ambiente moderno e integrado. Assim, investindo no desenvolvimento dos copelianos, ampliando suas habilidades e garantindo os resultados almejados pela companhia. Portanto, o digital permanece sendo um pilar construído sobre a inovação e a segurança, contribuindo para eficiência e crescimento dos negócios. Aproveitando o tema desenvolvimento, nos meses de agosto e dezembro de 2023 foram realizadas mais ações da iniciativa do COPEL 4.0: dois webinar voltados para Inteligência Artificial Generativa e uma live sobre as novas possibilidades do office 365. Para esses eventos a Copel contou com parceiros como: Gartner, Microsoft e Brasoftware.

2.2.4. Fornecedores

A Companhia reforça o seu relacionamento com fornecedores implementando iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da gestão da cadeia produtiva e da otimização de recursos em benefício da comunidade.

A Copel Geração e Transmissão realiza a avaliação dos fornecedores, com o objetivo de dar maior suporte ao processo de gerenciamento de riscos na cadeia de suprimentos. O processo inclui informações relacionadas a integridade, entre outras questões e vai subsidiar parâmetros mais objetivos para a classificação da criticidade dos fornecedores.

Na seleção de fornecedores de serviços ou de produtos que tem possibilidade de impactos ambientais, a Companhia exige certidões e qualificações ambientais da empresa e dos profissionais. As demandas contratuais ainda abrangem incorporar os Princípios do Pacto Global; priorizar a contratação de fornecedores locais e de pequeno e médio porte; contratar e capacitar profissionais com deficiência; inibir práticas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; entre outras. Para reforçar todos esses pontos, a Copel Geração e Transmissão envia a seus fornecedores a sua Política de Sustentabilidade.

O descumprimento de cláusulas contratuais de meio ambiente ou responsabilidade social envolve sanções conforme a gravidade do caso, incluindo advertências, multas e impedimento de contratação até a rescisão contratual e comunicação aos órgãos legais competentes sobre possível infração.

2.2.5. Pesquisa & Desenvolvimento - P&D

Conforme legislação, as concessionárias e permissionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua Receita Operacional Líquida - ROL regulatória para projetos de P&D.

Em 2023, a Copel GeT aplicou R$ 22,8 milhões na execução de 18 projetos de P&D. Em 3 projetos, participou de forma cooperada com outras empresas. O destaque deste ano está na efetivação do licenciamento do equipamento MEDCAP, (que foi desenvolvido para ser utilizado em bancos de capacitores, verificando a capacitância sem a necessidade de sua retirada para ensaio, otimizando significativamente o tempo de prova), que já se encontra disponível no mercado, e do comissionamento de um transformador na usina GPS construído de acordo com metodologia de projeto inovadora, baseada em uso de óleo vegetal e papel híbrido, agregando aumento da vida útil em cerca de 30% e reduzindo possíveis impactos no meio ambiente. Tais inovações são frutos de dois projetos de PDI em conclusão da Cadeia da Inovação Aneel.

2.3. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel Geração e Transmissão com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental.

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que é base para outras normativas, como a Política de Mudança do Clima, a Política Ambiental, nas normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

As principais diretrizes são:

- Promover a ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- Mitigar os impactos negativos e potencializar os positivos nas suas atividades e negócios;
- Ter relevância nos impactos das mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.

2.3.1. Ecoeficiência

A Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar suas ações no combate ao desperdício de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações possíveis e acessíveis que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos.

Com um arcabouço de ações, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

2.3.2. Mudança do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis, como usinas hidrelétricas, eólicas e solares. Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia. Esses estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências.

Dentre essas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030. Um dos avanços nesse trabalho foi a decisão pela descarbonização da matriz elétrica, com planos de desinvestimento na Usina Termelétrica de Araucária (UEGA).

Além disso, a remuneração variável (Prêmio por Desempenho) da Companhia considera metas ESG, sendo diretamente relacionadas ao Plano de Neutralidade, considerando as especificidades da Copel Geração e Transmissão.

2.3.3. Biodiversidade

Os ativos da Copel Geração e Transmissão estão localizados em diferentes regiões do País, inseridos em vários biomas brasileiros. Assim, a Companhia desenvolve ações para minimizar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas que estão presentes. As ações da Copel Geração e Transmissão em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das necessárias à implantação de empreendimentos;
- Restauração de Áreas de Preservação Permanente;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;
- Coleta e destinação de sementes para pesquisa e produção de mudas, de modo a garantir a manutenção da biodiversidade regional e a variabilidade genética das espécies endêmicas da flora;
- Monitoramento das comunidades faunísticas e florísticas para verificar possíveis impactos e compensá-los sempre que necessário.

É importante ressaltar que os empreendimentos de geração e transmissão de energia também causam impactos positivos para a biodiversidade, os quais, geralmente, são permanentes e conferem uma proteção maior aos ambientes naturais. No Relato Integrado é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectos de energia, mudança do clima, biodiversidade, água e resíduos.

2.4. Balanço Social Anual

Balanço Social Anual

Em dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2023		2022	
	1 - BASE DE CÁLCULO				
NE 29	Receita Líquida - RL	5.117.726		4.941.152	
	2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
NE 30.2	Remuneração dos administradores	3.920	0,1	3.886	0,1
	Remuneração dos empregados	283.531	5,5	254.584	5,2
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	41.513	0,8	36.636	0,7
	Encargos sociais compulsórios	86.794	1,7	85.887	1,7
	Plano previdenciário	26.010	0,5	23.226	0,5
	Saúde (Plano assistencial)	62.443	1,2	63.406	1,3
	Capacitação e desenvolvimento profissional	3.548	0,1	2.348	-
NE 30.2	Provisões por desempenho e participação nos lucros	49.040	1,0	10.717	0,2
NE 30.2	Indenizações Trabalhistas	190.305	3,7	(2.461)	-
	Cultura	311	-	259	-
	Creches ou auxílio-creche	295	-	347	-
	Segurança e saúde no trabalho	182	-	1.109	-
	Educação	732	-	593	-
	Benefício maternidade prorrogado	239	-	175	-
	Vale transporte excedente	88	-	68	-
	Total	**748.951**	**14,6**	**480.780**	**9,7**
	3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
	Cultura	2.058	-	2.014	-
	Saúde e saneamento	928	-	-	-
	Esporte	929	-	503	-
	Fundo para a infância e a adolescência	464	-	503	-
	Pesquisa & Desenvolvimento	25.466	0,5	25.413	0,5
	Outros	3	-	27	-
	Total das contribuições para a sociedade	29.848	0,6	28.460	0,6
	Tributos (excluídos encargos sociais)	**1.148.795**	**22,4**	**1.017.421**	**20,6**
	Total	**1.178.643**	**23,0**	**1.045.881**	**21,2**
	4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre RL		% Sobre RL
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	30.334	0,6	29.731	0,6
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	3.540	0,1	5.649	0,1
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	24	-	108	-
	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	3.964	0,1	2.614	0,1
	Total	**37.862**	**0,7**	**38.102**	**0,8**
(1)	Quantidade de sanções ambientais no exercício		15		24

Metas ambientais	2023	Metas 2024
- Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumprirá de 76% a 100%

NE - Nota Explicativa

		2023			2022		
	5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (inclui controladas)						
	Empregados no final do período			**1.491**			**1.502**
	Admissões e readmissões durante o período			**1**			**1**
	Escolaridade dos empregados(as):	**Homens**	**Mulheres**	**Total**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
	Extensão universitária	425	179	**604**	411	170	**581**
	Ensino superior	437	130	**567**	417	127	**544**
	Ensino técnico	239	19	**258**	264	24	**288**
	Ensino médio	50	10	**60**	72	17	**89**
	Ensino fundamental	2	0	**2**	0	0	**0**
	Faixa etária dos empregados(as):						
	De 18 até 30 anos (exclusive)			**4**			**6**
	De 30 até 45 anos (exclusive)			**744**			**822**
	De 45 até 60 anos (exclusive)			**665**			**620**
	60 anos ou mais			**78**			**54**
	Mulheres que trabalham na empresa			**338**			**338**
	% Mulheres em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de mulheres			**8,6**			**8,3**
	em relação ao nº total de gerentes			**25,4**			**26,4**
	Negros(as) que trabalham na empresa			**178**			**181**
	% Negros(as) em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de negros(as)			**5,1**			**4,4**
	em relação ao nº total de gerentes			**7,9**			**7,5**
	Portadores(as) de necessidades especiais			**16**			**14**
	Dependentes			**5.508**			**5.400**

continuação

		2023	2022
	5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (inclui controladas)		
	Terceirizados	**604**	**564**
(2)	**Aprendiz (es)**	**13**	**16**
(2)	**Estagiários(as)**	**54**	**49**
	Empregados com mais de 10 anos de serviço efetivo na organização	**1.346**	**1.293**
	Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores	**25**	**29**
	Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos	**1.477**	**1.500**
	Processos trabalhistas		
	Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício	**643**	**976**
	Nº de processos incluídos no exercício	**87**	**131**
	Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício	**272**	**222**

	6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2023	2022
(3)	**Número total de Acidentes de Trabalho** (inclui acidentes com contratados)	**18**	**22**

	2023	Metas 2024
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará

	7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	2023	2022
	Valor adicionado total a distribuir	**4.439.624**	**3.988.322**
	Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
	Terceiros	**24,9%**	**23,2%**
	Pessoal	**14,7%**	**9,4%**
	Governo	**24,6%**	**26,7%**
	Acionistas	**18,6%**	**40,5%**
	Retido	**18,2%**	**5,9%**
(4)	Operações descontinuadas	**-1,0%**	**-5,7%**

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel Geração e Transmissão, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.
- As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.
- Este Balanço Social contempla dados da holding, subsidiárias integrais e controladas da Copel, em virtude da consolidação de seus resultados, exceto quando indicado de outra forma.
- Os indicadores sociais, ambientais e de RH constantes no Balanço Social contemplam valores das operações descontinuadas decorrentes do desinvestimento da UEG Araucária.

(1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais, considerados desfavoráveis no exercício.

(2) Não compõem o quadro de empregados.

(3) Calculado através da metologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.

(4) Decorrentes do processo de desinvestimento da UEG Araucária.

3. Desempenho Operacional

3.1.1. Análise macroeconômica

Em 2023, o País vivenciou diversos tensionamentos, desde a transição da gestão anterior do Governo Federal para a atual, passando às consequentes reorientações de política econômica, destacando-se aí a política fiscal de curto prazo (com a proposição do assim chamado arcabouço fiscal), e, em termos de longo prazo, a reforma tributária.

Do ponto de vista econômico, as definições da política monetária no mundo desenvolvido e principalmente a da norte-americana vieram parcialmente condicionando a condução monetária doméstica. Em outra via, prosseguiu aprofundamento da fragilidade da economia argentina, importante parceira comercial do Brasil no continente.

Por outro lado, observou-se reversão do ciclo de alta internacional de commodities e, ao mesmo tempo, a continuidade de recuperação de cadeias mundiais de suprimento anteriormente afetadas pela pandemia da COVID. Essas condições propiciaram redução dos níveis inflacionários internos. A queda do IPCA levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 10,1% em 2021 para 5,8% em 2022 e 4,6% em 2023 possibilitou o início e manutenção do ciclo de redução dos juros básicos gerida pela autoridade monetária.

Em outra frente, o fim de longo período de estiagem ocorrido entre 2021 e 2022 permitiu avanços de produção relevantes em alguns setores. A mencionada normalização do clima propiciou ao País atingir sua maior safra agrícola, que foi decisiva para o crescimento acumulado do PIB brasileiro em 3,2% até o terceiro trimestre de 2023, segundo o IBGE.

Por sua vez, alguns segmentos tiveram seus desempenhos progressivamente influenciados pela mencionada queda da inflação e pela expressiva recuperação do mercado de trabalho, tendo, ainda, em parte, sido favorecidos pelo programa federal de transferência de renda e de política setorial voltada ao setor automotivo ainda no primeiro semestre.

Esse conjunto de fatores permitiu relativa recuperação dos padrões de consumo, com expansão de 3,4% registrada pelas contas nacionais trimestrais do IBGE, até o terceiro trimestre, beneficiando o crescimento de ramos específicos dos setores de serviços como alojamento e de locação imobiliária e o de venda de veículos, segundo Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Por outro lado, o quadro de incertezas acima tratado desfavoreceu de modo geral a indústria de transformação e particularmente a despesa em investimento, com o que a formação bruta de capital fixo declinou 2,5% até setembro, conforme o IBGE.

Esse quadro se reproduziu no Paraná, entretanto, com efeitos mais pronunciados sobre sua atividade econômica. Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes, órgão de pesquisa e estatística do Governo do Paraná, o PIB paranaense acumulou crescimento de 6,9% até o terceiro trimestre do ano, impulsionado por safra de grãos recorde.

Em boa medida, essas performances foram corroboradas pelo mercado externo, tendo em vista o crescimento das exportações estaduais, segundo a Secretaria do Comércio Exterior - SECEX, de 13,7% em 2023 – muito superiores às do País, com crescimento de apenas 1,7% no período.

A taxa de desocupação calculada pelo IBGE atingiu 4,6% no terceiro trimestre do ano, um dos menores patamares da série histórica para o Estado, tendo decorrido de elevados níveis de ocupação. Essa situação favoreceu o setor de serviços do Estado, com expansão acumulada de 3,9% de seu PIB até o terceiro trimestre.

Para números consolidados do ano pelos órgãos oficiais de estatística é possível esperar para a economia paranaense crescimento significativamente superior ao da média brasileira, à qual o Relatório Focus, no momento de elaboração desta nota, registra expectativa mediana de 2,9% de expansão para 2023.

3.2. Ambiente regulatório

O ano de 2023 foi marcado pelo debate relacionado à transição energética; eventos climáticos, como os decorrentes do El Niño; pela ampliação do mercado livre e dos desafios impostos pela modernização, segurança, flexibilidade e sustentabilidade de longo prazo para a operação do sistema devido ao peso cada vez maior de fontes renováveis de origem eólica e solar na matriz elétrica brasileira.

O ano também foi marcado pelos recordes de geração das fontes renováveis, sobretudo a solar — que durante o mês de novembro de 2023, registrou, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, 25 recordes de geração solar fotovoltaica considerando o Sistema Interligado Nacional - SIN e os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste — aliado ao forte crescimento da micro e minigeração distribuída no período.

De acordo com dados do Sistema de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em 2023 o país alcançou 199.324,5 MW de potência fiscalizada, 83,67% oriundos de fontes renováveis, com um incremento recorde de 10.324,2 MW na matriz elétrica em comparação a 2022, sendo os parques eólicos contribuindo em cerca de 47% neste aumento recorde.

Quanto às ações do Ministério de Minas e Energia - MME, cabe inicialmente destacar as Consultas Públicas: (i) nº 152/2023 sobre as concessões vincendas de distribuição, submetendo à Consulta Pública as diretrizes a serem observadas pelo MME na condução do processo das 20 concessões de distribuição de energia elétrica com vencimentos entre 2025 a 2031; (ii) consulta nº 156/2023 sobre proposta de Portaria Normativa para estabelecer diretrizes gerais para o enfrentamento de situações emergenciais de restrição temporária do fornecimento de energia elétrica ou situações com potencial risco iminente de suspensão do fornecimento de energia elétrica, no Sistema Elétrico Brasileiro, relacionadas a ações específicas deliberadas pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, (iii) consulta nº 157/2023, em que foi debatida a proposta de Resolução do CNPE para reestruturar a governança institucional e as diretrizes das metodologias e programas computacionais do setor elétrico brasileiro, e por fim, a (iv) consulta nº 158/2023, em que foi discutida a proposta de Portaria Normativa para estabelecer diretrizes para a otimização do uso de geração de energia elétrica inflexível proveniente de usinas termelétricas no SIN em cenário de excedentes energéticos.

Também no âmbito do MME, destaca-se a instituição, em março de 2023, por meio da Portaria Normativa nº 61/2023, o Protocolo Geral de Segurança e de Gerenciamento de situações Crises de Ativos de Infraestrutura de Energia Elétrica, Mineração, Petróleo e seus derivados, Gás Natural e Biocombustíveis (PGC), para o gerenciamento de crises decorrentes de incidentes que comprometam a integridade ou disponibilidade dos serviços, bem como o Comitê de Gerenciamento de Crise - CGC, composto por representantes do MME e Diretores Gerais das agências reguladoras de energia elétrica (Aneel), mineração (ANM), petróleo, gás natural e biocombustíveis (ANP) e por fim, da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN).

Dentre outros temas debatidos no setor, destacam-se também a publicação pela Aneel da Resolução Normativa nº 1.062/2023 para considerar os aprimoramentos em relação à prestação e remuneração de serviços ancilares no SIN, obtidos por meio da Consulta Pública nº 83/2021, bem como a possibilidade de o ONS dispor, mediante autorização específica da Aneel, de produtos alternativos para prestação de serviços ancilares em ambiente regulatório experimental.

Além disso, o Governo Federal publicou em dezembro de 2023 o Decreto nº 11.835/2023 para alterar os Decretos nº 5.177/2004, nº 6.353/2008 nº 10.707/2021, no intuito principal de promover mudanças na estrutura de governança da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, garantir arcabouço legal para representação de consumidores com carga inferior a 500 kW por meio de agentes varejistas e reforçar a possibilidade da atuação da Câmara em sistemas de certificação de energia.

Nessa mesma temática, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.081 em dezembro de 2023, no intuito do aprimoramento do arcabouço normativo que trata da comercialização varejista sob a ótica da flexibilização dos requisitos de migração para o Ambiente de Contratação Livre.

Cabe destacar também no âmbito da Aneel, a Consulta Pública nº 012/2023 para obter subsídios para aprimorar a elaboração do Plano Estratégico Quinquenal de Inovação (PEQuI 2023-2028) do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI Aneel), bem como a Consulta Pública nº 018/2023, objetivando obter subsídios no aprimoramento da minuta da Chamada nº 23/2023 do Projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Estratégico intitulado "Hidrogênio Renovável no Contexto do Setor Elétrico Brasileiro", considerando que o hidrogênio pode ser produzido a partir de fontes renováveis de eletricidade, como a hidráulica, a eólica e a solar, tornando-o um vetor de transporte e de armazenamento para a energia limpa e segundo a Aneel, "mais um elo na cadeia de tendências que impulsionam o crescimento da demanda por eletricidade".

Em relação à tramitação de propostas legislativas no Congresso Nacional, as sugestões para o aprimoramento do arcabouço regulatório e legal do setor elétrico, quais sejam, os Projetos de Lei nº 414/2021 e nº 1.917/2015 não avançaram em 2023.

Geração

Em abril de 2023, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.063/2023 que alterou a Resolução Normativa nº 846/2019, de modo a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela agência reguladora, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334/2010. Na sequência, em maio de 2023, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.064/2023 para estabelecer os critérios e ações de segurança de barragens associadas a estas usinas hidrelétricas fiscalizadas.

Em julho de 2023, a Aneel concluiu a Consulta Pública nº 45/2022, culminando na publicação da Resolução Normativa nº 1.067/2023, que alterou a Resolução Normativa nº 1.029/2022, consolidando os procedimentos e condições para obtenção e manutenção da situação operacional e definição de potência instalada e líquida de empreendimento de geração de energia elétrica.

Em agosto de 2023, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.070/2023, de modo a alterar as normas referentes aos procedimentos e requisitos para realização de estudos de inventário hidrelétrico de bacias hidrográficas, exploração e outorga de empreendimentos hidrelétricos, consolidados na Resolução Normativa nº 875/2020. Adicionalmente, publicou também a Resolução Normativa nº 1.071/2023 para disciplinar os requisitos e procedimentos necessários à obtenção de outorga de autorização de centrais geradoras eólicas, fotovoltaicas, termelétricas, híbridas e outras fontes alternativas, em substituição à Resolução Normativa nº 876/2020.

Cabe destacar também no período, a publicação pela Aneel da Resolução Normativa nº 1.077/2023 para estabelecer critérios para aprovar plano de transferência de controle societário de concessionário, permissionário ou autorizado de serviços e instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, cujo empreendimento esteja em implantação ou em processo de ampliação, como alternativa à extinção da outorga, alterando desta forma a Resolução Normativa nº 846/2019.

Destaca-se também em 2023, a Consulta Pública nº 39/2023 da Aneel para aprimorar o Relatório de Análise de Impacto Regulatório sobre a regulamentação para o Armazenamento de Ener-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

gia Elétrica, incluindo Usinas Reversíveis, objetivando elaborar futuras propostas de adequações regulatórias necessárias à inserção de sistemas de armazenamento no setor elétrico brasileiro.

Em relação aos leilões, em 2023, o MME promoveu dois Leilões de Energia Existente, o 30º Leilão de Energia Existente A-1 e o 31º Leilão de Energia Existente A-2, ambos realizados em 1º de dezembro de 2023 e negociando Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs na modalidade quantidade de energia.

Transmissão

Em 07.07.2023, a Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 3.216, estabeleceu o reajuste das Receitas Anuais Permitidas - RAP, para os ativos de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2023-2024, com vigência a partir de 1º.07.2023 até 30.06.2024. De acordo com esta resolução, a RAP dos ativos de transmissão da Copel GeT para o ciclo 2023/2024 passou a ser de R$ 1.028,5 milhões, dos quais R$ 976 milhões correspondem à RAP dos ativos em operação. Considerando a RAP homologada para as Sociedades de Propósito Específico em que a Copel GeT tem participação acionária, o valor total consolidado dos ativos passou a ser de R$ 1.619,0 milhões, dos quais R$ 1.561,7 milhões correspondem aos ativos em operação. Por meio do Despacho nº 402/2023, publicado em 03/03/2023, a Aneel decidiu por adiar a Revisão Tarifária Periódica de 2023 da RAP das concessionárias de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, estabelecendo o prazo de 01.07.2024 para homologação da RAP integral destas concessionárias.

Conforme estabelecido na Portaria nº 67, de 21.08.2023, foram realizados dois Leilões de Transmissão em 2023. O Leilão de Transmissão Aneel nº 001/2023 ocorreu em 30.06.2023 e obteve todos os 9 lotes arrematados, com um deságio médio de 47% e expectativa de investimentos de R$ 15,7 bilhões em transmissão. O Leilão de Transmissão Aneel nº 002/2023 ocorreu em 15.12.2023, com oferta de 3 lotes. Todos foram arrematados, com deságio médio de 41% e expectativa de investimentos de R$ 21,8 bilhões em transmissão.

- **Fluxo de Energia (em % e GW/hora)**

Geração Própria	21.845

Energia Comprada	1.048
Copel Mercado Livre	398
CCE (MCP)	296
Dona Francisca	134
Recebimento MRE	220

Disponibilidade
22.893

Suprimento concessionária CCEE (1)	164

Energia Suprida	22.729
Contratos bilaterais	106
Leilão CCEAR	3.772
Entrega / Cessão MRE	6.361
CCEE(MCP)	188
Copel Mercado Livre	12.180
Empresas do Grupo	122

CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).
MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.
¹ Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR
Não considera a energia produzida pela UTE Araucária, vendida no mercado de curto prazo (MCP).

3.3. Segmentos de Negócios

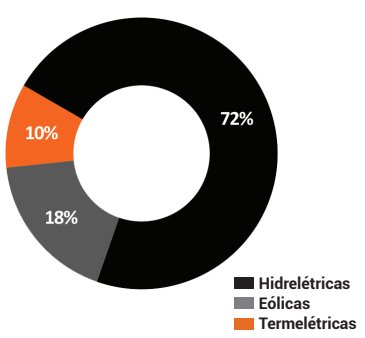
3.3.1. Geração

Em 31.12.2023, a Copel GeT operava 62 usinas próprias e participava em outras quatro usinas, sendo 21 hidrelétricas, 43 eólicas e duas termelétricas, com capacidade instalada total proporcional de 6.711,6 MW e garantia física de 3.098,4 MW médios, conforme quadro de usinas em operação:

Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Eólicas							
Santa Maria	29,7	15,7	100%	29,7	15,7	23.04.2015	08.05.2047
Santa Helena	29,7	16,0	100%	29,7	16,0	06.05.2015	09.04.2047
Olho d'Água	30,0	12,8	100%	30,0	12,8	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	100%	30,0	11,3	25.02.2015	19.05.2046
Eurus IV	27,0	12,4	100%	27,0	12,4	20.08.2015	27.04.2046
Asa Branca I	27,0	12,1	100%	27,0	12,1	05.08.2015	25.04.2046
Asa Branca II	27,0	11,9	100%	27,0	11,9	15.09.2015	31.05.2046
Asa Branca III	27,0	12,3	100%	27,0	12,3	04.09.2015	31.05.2046
Farol	20,0	8,8	100%	20,0	8,8	25.02.2015	20.04.2046
Ventos de Santo Uriel	16,2	9,0	100%	16,2	9,0	22.05.2015	09.04.2047
Boa Vista	14,0	5,2	100%	14,0	5,2	25.02.2015	28.04.2046
Cutia	23,1	9,6	100%	23,1	9,6	22.12.2018	05.01.2042
Esperança do Nordeste	27,3	9,1	100%	27,3	9,1	29.12.2018	11.05.2050
Guajiru	21,0	8,3	100%	21,0	8,3	29.12.2018	05.01.2042
Jangada	27,3	10,3	100%	27,3	10,3	29.12.2018	05.01.2042
Maria Helena	27,3	12,0	100%	27,3	12,0	29.12.2018	05.01.2042
Potiguar	27,3	11,5	100%	27,3	11,5	29.12.2018	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	27,3	10,6	100%	27,3	10,6	05.01.2019	11.05.2050
São Bento do Norte I	23,1	10,1	100%	23,1	10,1	31.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte II	23,1	10,8	100%	23,1	10,8	29.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte III	23,1	10,2	100%	23,1	10,2	09.04.2019	04.08.2050
São Miguel I	21,0	9,3	100%	21,0	9,3	14.02.2019	04.08.2050
São Miguel II	21,0	9,1	100%	21,0	9,1	02.02.2019	04.08.2050
São Miguel III	21,0	9,2	100%	21,0	9,2	14.02.2019	04.08.2050
Palmas	2,5	0,4	100%	2,5	0,4	01.02.1999	29.09.2029
Vila Ceará I (Paraíba IV)	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	19.12.2020	14.01.2054
Vila Maranhão I	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	11.02.2021	11.01.2054
Vila Maranhão II	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	31.03.2021	14.01.2054
Vila Maranhão III	32,0	16,6	100%	32,0	16,6	29.09.2020	14.01.2054
Vila Mato Grosso I	58,9	28,6	100%	58,9	28,6	11.06.2021	06.12.2054
Jandaíra Energias Renováveis I	10,4	5,6	100%	10,4	5,6	11.04.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis II	24,3	12,3	100%	24,3	12,3	18.10.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis III	27,7	14,8	100%	27,7	14,8	10.11.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis IV	27,7	14,2	100%	27,7	14,2	15.10.2022	02.04.2055
Aventura II	21,0	13,1	100%	21,0	13,1	08.07.2021	05.06.2053
Aventura III	25,2	15,5	100%	25,2	15,5	08.07.2021	11.06.2053
Aventura IV	29,4	18,5	100%	29,4	18,5	08.07.2021	05.06.2053
Aventura V	29,4	17,9	100%	29,4	17,9	08.07.2021	05.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo I	33,6	17,3	100%	33,6	17,3	08.02.2022	04.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo II	29,4	17,2	100%	29,4	17,2	01.12.2021	04.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo III	33,6	21,5	100%	33,6	21,5	05.01.2022	04.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo IV	33,6	21,0	100%	33,6	21,0	01.01.2022	01.06.2053
Santa Rosa e Mundo Novo V	25,2	15,8	100%	25,2	15,8	18.12.2021	01.06.2053
Total das Eólicas	**1.130,4**	**561,3**		**1.130,4**	**561,3**		
Hidrelétricas							
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	1.240,0	575,4	100%	1.240,0	575,4	18.02.1999	20.03.2033
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	1.260,0	558,3	100%	1.260,0	558,3	29.09.1992	25.09.2032
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	1.676,0	575,3	100%	1.676,0	575,3	01.10.1980	21.12.2024
UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	260,0	103,6	100%	260,0	103,6	03.09.1971	03.01.2053
UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	363,1	188,5	51%	184,1	96,1	23.11.2012	28.06.2049
UHE Guaricana	36,0	16,1	100%	36,0	16,1	01.01.1957	21.07.2028
PCH Chaminé	18,0	11,6	100%	18,0	11,6	01.01.1930	02.08.2028
PCH Cavernoso II	19,0	10,5	100%	19,0	10,5	15.05.2013	06.12.2050
PCH Apucaraninha	10,0	6,7	100%	10,0	6,7	06.04.1949	27.01.2027
PCH Derivação do Rio Jordão	6,5	5,9	100%	6,5	5,9	02.12.1997	21.06.2032
CGH Marumbi	4,8	2,4	100%	4,8	2,4	05.04.1961	-
UHE São Jorge	2,3	1,5	100%	2,3	1,5	01.01.1945	24.07.2026
CGH Chopim I	2,0	1,5	100%	2,0	1,5	28.05.1963	-
PCH Cavernoso	1,3	1,0	100%	1,3	1,0	07.12.1965	23.06.2033
CGH Melissa	1,0	0,6	100%	1,0	0,6	31.01.1966	-
CGH Salto do Vau	0,9	0,6	100%	0,9	0,6	01.01.1959	-
CGH Pitangui	0,9	0,1	100%	0,9	0,1	01.01.1911	-
UHE Baixo Iguaçu	350,2	172,4	30%	105,1	51,7	08.02.2019	03.12.2049
UHE Colíder	300,0	178,1	100%	300,0	178,1	09.03.2019	30.01.2046
PCH Bela Vista	29,8	18,6	100%	29,8	18,6	12.06.2021	02.01.2041
PCH Arturo Andreoli	29,1	20,4	36%	10,4	7,3	25.10.2001	07.07.2034
Total das Hidrelétricas	**5.610,9**	**2.449,1**		**5.168,1**	**2.222,9**		
Termelétricas							
UTE Figueira (1)	20,0	17,7	100%	20,0	17,7	08.04.1963	26.03.2019
UTE Araucária (2) (3)	484,5	365,2	60,9%	393,1	296,5	27.09.2002	23.12.2029
Total das Termelétricas	**504,5**	**382,9**		**413,1**	**314,2**		
TOTAL DAS FONTES	**7.245,8**	**3.393,3**		**6.711,6**	**3.098,4**		

(1) Em 30.10.2023 foi submetido ao Poder Concedente o pedido de desistência ao requerimento de prorrogação da usina.
(2) A Companhia possui participação de 20,3% pela Holding e 60,9% pela Copel GeT.
(3) Garantia Física nos termos da Portaria SPE/MME 05/2021. Os dados mais recentes do SIGA/ANEEL indicam a Garantia Física de 267 MW enquanto não há Garantia Física.

Parque de Geração Garantia Física por Fonte em 2023



Para cumprir com importantes diretrizes estratégicas e de sustentabilidade estabelecidas para o negócio de geração, a Companhia tem como principal objetivo investir em fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável.

No segmento de geração de energia elétrica, destacamos também:

- **PCH Bela Vista:** A pequena central hidrelétrica, localizada no rio Chopim entre os municípios de Verê e São João, no Paraná com capacidade para produzir 29,81 MW. Em 2023, foi concluída a implantação da quarta unidade geradora, que entrou em operação comercial em 07.06.2023, de forma antecipada ao prazo de suprimento dos contratos de venda de energia elétrica comercializados no 28º Leilão de Energia Nova (Leilão Aneel nº 003/2018).
- **UEG Araucária:** Realizado processo de desinvestimento de participação societária dos 81,2% da Copel na UEGA (60,9% da Copel GeT), por meio de procedimento competitivo, em sintonia com o Planejamento Estratégico Empresarial da Copel - Visão 2030 e atendimento à diretriz de descarbonização da matriz de geração da Companhia. O Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (CCVA) foi assinado com a empresa Âmbar Energia S.A. em 14.12.2023, conforme Fato Relevante 20/23. A operação está em análise pelo Conselho de Administração e Defesa Econômica (CADE), como procedimento sumário. O fechamento da operação está previsto para o primeiro trimestre de 2024.
- **Renovação das Concessões das usinas GBM, GNB e GJR:** Em 11.08.2023 ocorreu a liquidação financeira da oferta base secundária de ações de titularidade do Estado do Paraná e da oferta base primária de novas ações da Copel, transformando a Copel em sociedade anônima de capital disperso e sem acionista controlador (Corporação). Em decorrência dessa operação, a Copel cumpriu com os requisitos para fins de obtenção de novos contratos de concessão para as usinas GBM, GNB e GJR, nos termos da Lei nº 9.074/1995. Os novos contratos de concessão serão celebrados com o Poder Concedente em 2024.
- **Modernização da Usina Termelétrica de Figueira:** Em 30.10.2023, foi submetido ao Poder Concedente o pedido de desistência ao requerimento de prorrogação da concessão da usina, nos termos da Lei nº 12.783/2013, em virtude da diretriz do Conselho de Administração da Companhia, estabelecida no Planejamento Estratégico da Copel 2030, no sentido de descarbonizar portfólio atual e acelerar posicionamento em renováveis e nas avenidas da transição energética, por meio do Plano de Neutralidade em Carbono Copel.
- **Complexos eólicos Santa Rosa & Mundo Novo e Aventura:** Em 30.01.2023, a Companhia concluiu a aquisição de nove parques eólicos em operação, localizados nos Municípios de Touros e São Tomé, no Rio Grande do Norte, totalizando 260,4 MW de capacidade instalada, por R$ 1.004,5 milhões.

3.3.2. Transmissão

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. A Companhia detém propriedade integral e participa de concessões de transmissão em operação, correspondente a 9.685 km de linhas de transmissão, com potência de transformação de suas subestações na ordem de 20.612 MVA (megavolt amperes).

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação em 31.12.2023

Linhas e Subestações de Transmissão		Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transfomação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias				**3.395**	**14.540**		
Contrato nº 060/2001	Instalações de transmissão diversas (1)	Ambos	Diversas	2.129	12.590	Diversos	01.01.2043
Contrato nº 075/2001	LT Bateias - Jaguariaíva	CS	230 kV	138	-	01.11.2003	17.08.2031
Contrato nº 006/2008	LT Bateias - Pilarzinho	CS	230 kV	32	-	14.09.2009	17.03.2038
Contrato nº 027/2009	LT Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	525 kV	117	-	06.12.2012	19.11.2039
Contrato nº 010/2010	LT Araraquara 2 - Taubaté	CS	500 kV	334	-	27.07.2018	06.10.2040
Contrato nº 015/2010	SE Cerquilho III	-	230/138 kV	-	300	01.06.2014	06.10.2040
Contrato nº 022/2012	LT Londrina - Figueira C2	CS	230 kV	92	-	30.06.2015	27.08.2042
	LT Foz do Chopim - Salto Osório C2	CS	230 kV	10	-		
Contrato nº 002/2013	LT Assis - Paraguaçu Paulista II C1 e C2	CD	230 kV	83	-	25.01.2016	25.02.2043
	SE Paraguaçu Paulista II	-	230 kV	-	150		-
Contrato nº 005/2014	LT Bateias - Curitiba Norte	CS	230 kV	31	-	29.07.2016	29.01.2044
	SE Curitiba Norte	-	230/138 kV	-	300		-
Contrato nº 021/2014	LT Foz do Chopim - Realeza	CS	230 kV	52	-	05.03.2017	05.09.2044
	SE Realeza	-	230/138 kV	-	300		-
Contrato nº 022/2014	LT Assis - Londrina C2	CS	500 kV	122	-	05.09.2017	05.09.2044
Contrato nº 006/2016	SE Medianeira Norte	-	230/138 kV		300	09.06.2019	07.04.2046
	SE Andirá Leste		230/138 kV		300	07.09.2019	07.04.2046
	SE Curitiba Centro		230/138 kV		300	04.09.2019	07.04.2046
	SE Baixo Iguaçu		230 kV			21.12.2020	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C1	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C2	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Realeza Sul	CS	230 kV	37		04.08.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Leste - Blumenau	CS	525 kV	145		28.03.2021	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	230 kV	57		21.12.2020	07.04.2046
Sociedades de Propósito Específico				**6.290**	**6.072**		
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	100,0%						
Contrato nº 001/2012	LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste	CS	230kV	29			
	LT Cascavel Norte - Umuarama Sul	CS	230 kV	130	-	31.08.2014	12.01.2042
	SE Umuarama Sul	-	230/138 kV	-	300	27.07.2014	
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	49,0%						
Contrato nº 007/2012	LT Umuarama - Guaíra	CS	230 kV	105	-	12.05.2014	10.05.2042
	LT Cascavel Oeste - Cascavel Norte	CS	230 kV	37	-	02.07.2014	
	SE Santa Quitéria - SF6	-	230/138/13,8 kV	-	400	01.06.2014	
	SE Cascavel Norte	-	230/138 kV	-	300	02.07.2014	
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	100,0%						
Contrato nº 008/2012	LT Curitiba - Curitiba Leste	CS	525 kV	29	-	28.06.2015	10.05.2042
	SE Curitiba Leste	-	525/230 kV	-	672		
Integração Maranhense e Transmissora de Energia S.A.	49,0%						
Contrato nº 011/2012	LT Açailândia - Miranda II	CS	500 kV	365	-	02.12.2014	10.05.2042
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	49,0%						
Contrato nº 012/2012	LT Paranatinga - Ribeirãozinho	CD	500 kV	710	-	29.07.2016	10.05.2042
	LT Paranaíta - Cláudia	CD	500 kV	594	-	09.10.2015	
	LT Cláudia - Paranatinga	CD	500 kV	708	-	29.07.2016	
	LT Sinop - Intersecção Santa Carmen	CS	500 kV	21		09.10.2015	
	SE Paranaíta	-	500 kV	-	-	09.10.2015	
	SE Cláudia	-	500 kV	-	-	09.10.2015	
	SE Paranatinga	-	500 kV	-	-	29.07.2016	
	SE Sinop	-	500 kV	-	800	09.10.2015	
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	50,1%						
Contrato nº 001/2014	SE Fernão Dias	-	500/440 kV		3.600	07.02.2020	
	LT Bateias - Itatiba	CS	500 kV	414	-	05.03.2020	15.05.2044
	LT Araraquara 2 - Itatiba	CS	500 kV	223	-	24.03.2020	
	LT Araraquara 2 - Fernão Dias	CS	500 kV	250		03.05.2020	
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A.	49,0%						
Contrato nº 013/2012	LT Ribeirãozinho - Rio Verde Norte C3	CS	500 kV	240	-		
	LT Rio Verde Norte - Marimbondo II	CD	500 kV	690	-	30.08.2016	10.05.2042
	SE Marimbondo II	-	500 kV	-	-		
	SE Rio Verde	-	500 Kv	-	-		
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	24,5%						
Contrato nº 007/2013	LT Barreiras II - Rio das Éguas	CS	500 Kv	244	-	30.01.2017	02.05.2043
	LT Rio das Éguas - Luziânia	CS	500 Kv	350	-		
	LT Luziânia - Pirapora 2	CS	500 Kv	373	-		
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	49,0%						
Contrato nº 019/2014	LT Estreito - Fernão Dias C1 e C2	CD	500 kV	656	-	05.03.2018	05.09.2044
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.							
Contrato nº 02/2005	LT Ivaiporã - Londrina ESUL	100,0% CS	500 kV	122	-	09.07.2006	05.03.2035
Total				**9.685**	**20.612**		

As concessões de transmissão em operação geram atualmente uma RAP à Copel GeT de R$ 1,56 bilhão, proporcional à sua participação nos empreendimentos.

A Copel GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas com o objetivo ampliar e melhorar as instalações existentes, tais como:

Resolução Autorizativa n.º 8.543/2020 (alterada pela Resolução Autorizativa nº 8.951/2020): recapacitação da linha de transmissão 230 kV Pilarzinho - Santa Mônica, recapacitação da linha de transmissão 230 kV Bateias - Pilarzinho e implantação de reforços nas respectivas subestações 230kV Santa Mônica, Bateias e Pilarzinho, com investimento total de cerca de R$ 32,5 milhões e RAP de aproximadamente R$ 4,2 milhões, a partir da entrada em operação comercial.

A recapacitação da linha de transmissão 230 kV Bateias – Pilarzinho foi concluída, com início da operação comercial em agosto de 2022, com mais de quatro meses de antecipação. A recapacitação da linha de transmissão 230 kV Pilarzinho – Santa Mônica foi concluída, com início da operação comercial em fevereiro de 2023.

Resolução Autorizativa n.º 9.219/2020: implantação de reforços na subestação 230 kV Guaíra, com investimento de cerca de R$ 44,9 milhões e RAP de aproximadamente R$ 6,8 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2024.

Resolução Autorizativa n.º 9.564/2020: implantação de reforços na subestação 230 kV Sarandi, com investimento de cerca de R$ 21,0 milhões e RAP de aproximadamente R$ 3,4 milhões, a partir da entrada em operação comercial. O empreendimento foi totalmente concluído, com início da operação comercial em maio de 2023.

Resolução Autorizativa n.º 9.741/2021: recapacitação da linha de transmissão 230 kV Campo Comprido - Santa Quitéria, com investimento de cerca de R$ 4,3 milhões e RAP de aproximadamente R$ 577,7 mil, a partir da entrada em operação comercial. A recapacitação da linha de transmissão 230 kV Campo Comprido – Santa Quitéria foi concluída, com início da operação comercial em maio de 2023.

Resolução Autorizativa n.º 10.688/2021: implantação de reforços na subestação 230 kV CIC, com investimento de cerca de R$ 24,4 milhões e RAP de aproximadamente R$ 3,7 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2024.

Resolução Autorizativa n.º 12.638/2022: implantação de reforços na subestação 230 kV Campo do Assobio, com investimento de cerca de R$ 65 milhões e RAP de aproximadamente R$ 9,7 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

Resolução Autorizativa n.º 12.892/2022: recapacitação da linha de transmissão 230 kV Gralha Azul - Umbará, com investimento de cerca de R$ 8,1 milhões e RAP de aproximadamente R$ 1,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

Resolução Autorizativa n.º 13.573/2023: seccionamento da linha de transmissão 230 kV Cascavel – Salto Osório C1 na subestação Foz do Chopim, com a implantação trecho de circuito duplo entre o ponto de seccionamento e a subestação Foz do Chopim e dois módulos de entrada de linha na subestação Foz do Chopim, com investimento total de cerca de R$ 25,5 milhões e RAP de aproximadamente R$ 4,0 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é fevereiro de 2026.

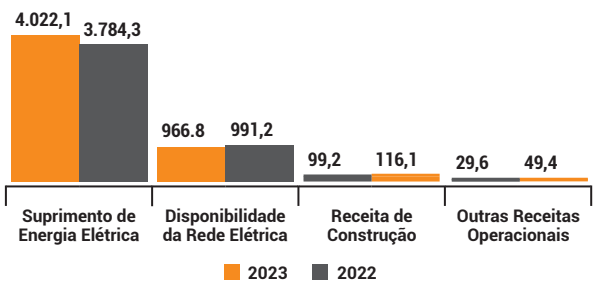
Resolução Autorizativa n.º 14.531/2023: melhorias de grande porte (substituição de transformadores e reatores) nas subestações Maringá, Cascavel, Campo Comprido, Figueira, Londrina COT, Ponta Grossa Sul e Uberaba, com investimento total de cerca de R$ 135,5 milhões e RAP de aproximadamente R$ 22,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial dos empreendimentos, cujo prazo previsto pela Aneel é maio de 2026.

Resolução Autorizativa n.º 14.711/2023: implantação de reforços na subestação 230 kV Umuarama Sul, de concessão da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., subsidiária integral da Copel GeT, com investimento de cerca de R$ 33,9 milhões e RAP de aproximadamente R$ 4,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

1. Desempenho Econômico-Financeiro

1.1. Receita Operacional Líquida

Em 2023, a Receita Operacional Líquida foi de R$ 5.117,7 milhões, um acréscimo de R$ 176,5 milhões, representando 3,6% de aumento em relação a 2022 (R$ 4.941,2 milhões). Tal variação decorre principalmente de:

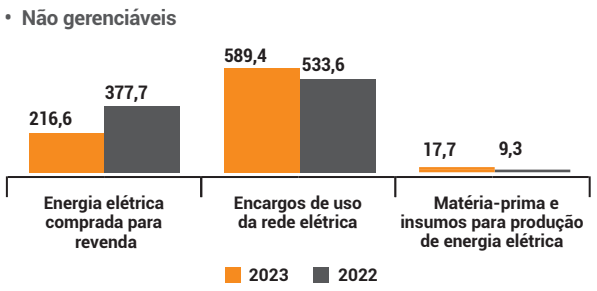


1) acréscimo de R$ 237,8 milhões em **Suprimento de Energia Elétrica**, sobretudo pelo reajuste dos contratos no ambiente regulado e também por novos contratos decorrentes da repactuação do GSF e pela aquisição dos Complexos Eólicos Aventura e SRMN;
2) decréscimo de R$ 24,4 milhões na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica**, decorrente essencialmente da redução dos índices de inflação que corrigem os ativos de contrato de transmissão, bem como pelos efeitos das revisões tarifárias de Costa Oeste e Marumbi ocorridas em 2022 e não recorrente em 2023;
3) decréscimo de R$ 16,9 milhões em **Receita de Construção** decorrente dos menores gastos com obras de infraestrutura de transmissão de energia elétrica; e
4) decréscimo de R$ 19,8 milhões em **Outras Receitas Operacionais** sobretudo pela redução na renda de prestação de serviços de operação e manutenção de empreendimento de terceiros.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2023, os Custos e despesas operacionais totais tiveram acréscimo de R$ 145,2 milhões, representando 5,5% de aumento em relação a 2022. Tal variação decorre principalmente de:

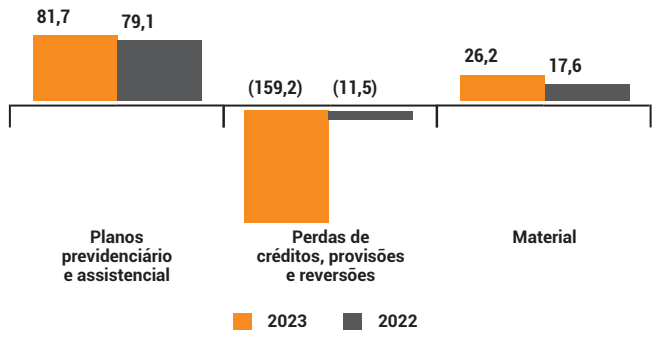
- **Não gerenciáveis**



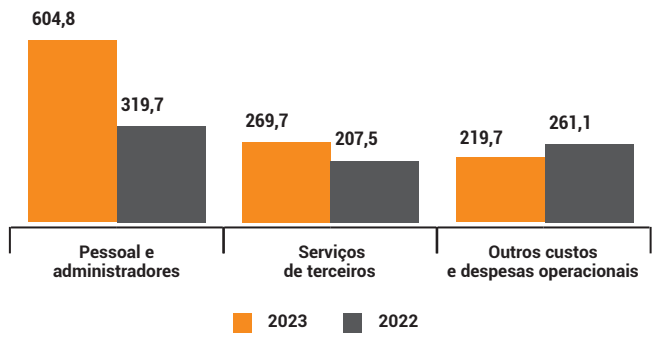
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf
Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

1) decréscimo de R$ 161,1 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, principalmente em decorrência da redução das compras devido a melhora no cenário hidrológico;
2) acréscimo de R$ 55,8 milhões em **Encargos de uso da rede elétrica** em virtude, principalmente, pelo reajuste dos contratos de uso da rede e entrada de novos ativos no Sistema Interligado Nacional - SIN;
3) acréscimo de R$ 8,4 milhões em **Matéria prima e insumos para produção de energia elétrica** devido a entrada em operação da UTE Figueira.

• **Gerenciáveis**

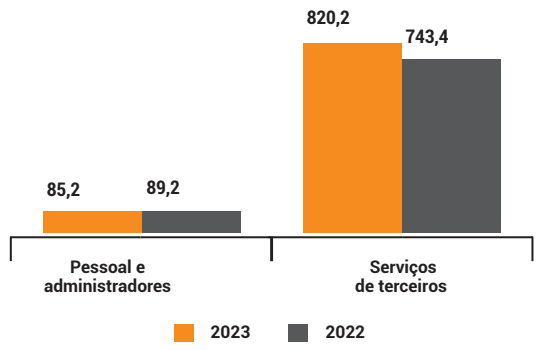


4) decréscimo de R$ 147,7 milhões em **Perdas estimadas, Provisões e Reversões**, devido principalmente pelo aumento de R$ 152,3 milhões na reversão parcial do *impairment* nas UHEs Colíder e Baixo Iguaçu.



5) acréscimo de R$ 285,1 milhões em **Pessoal e Administradores**, refletindo principalmente o pagamento da indenização de R$ 42 milhões do segundo terço adicional de férias para retirada do benefício do Acordo Coletivo de Trabalho, o provisionamento no montante de R$ 190 milhões referente ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) que compreende o desligamento de 375 empregados até agosto de 2024 e pelo aumento de R$ 38 milhões em provisões por desempenho e participação nos lucros reflexo da melhora nos resultados;
5) acréscimo de R$ 62,2 milhões em **Serviços de terceiros**, especialmente, pela elevação dos custos com manutenção do sistema elétrico e instalações, reflexo parcial de novos ativos, consultoria para o processo de aquisição dos complexos eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo;
6) decréscimo de R$ 41,4 milhões em **Outros custos e despesas operacionais**, principalmente pelo maior ressarcimento de matéria prima e insumos pela CDE e menor perda com valor justo de ativos de concessão de geração de energia elétrica.

• **Outros**



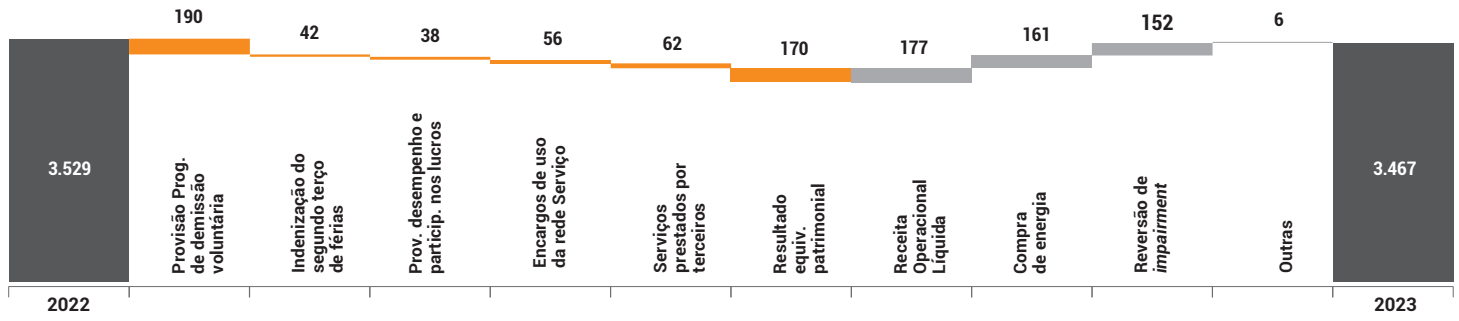
7) decréscimo de R$ 4,0 milhões no **Custo de construção**, refletindo investimentos realizados na infraestrutura de transmissão de energia.
8) acréscimo de R$ 76,8 em **depreciação e amortização decorrente**, principalmente, da entrada em operação de novos ativos como o Complexo Eólico Jandaíra, da UTE Figueira e da aquisição dos Complexos Eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo.

4.3. Resultado da Equivalência Patrimonial

O Resultado da Equivalência Patrimonial de 2023 no montante de R$ 300,6 milhões foi 36,1% inferior aos R$ 470,6 milhões de 2022, decorrente da equivalência patrimonial nas controladas em conjunto de transmissão de energia elétrica, em função da redução dos índices de inflação que corrigem os ativos de contrato de transmissão, bem como pelos efeitos das revisões tarifárias de Caiuá, Integração Maranhense, Matrinchã e Guaraciaba ocorridas em 2022 e não recorrente em 2023.

4.4. EBITDA ou LAJIDA

O Lajida/Ebitda teve uma redução em 2023 de R$ 62,1 milhões em relação ao resultado de 2022, inferior em -1,8% no comparativo dos períodos, devido principalmente pela provisão de R$ 190 milhões do Programa de Demissão Voluntário – PDV, indenização de R$ 42 milhões do segundo terço de férias, aumento de R$ 38 milhões nas provisões por desempenho e participação nos lucros, aumento de R$ 55,8 milhões nos encargos de uso da rede, aumento de R$ 62,2 milhões nos serviços prestados por terceiros e redução de R$ 170 milhões no resultado de equivalência patrimonial, compensado pelo aumento de R$ 176,6 milhões na Receita Operacional Líquida, redução de R$ 161,1 milhões em compra de energia e aumento de R$ 152,3 milhões na reversão de *impairment*.



O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization – Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

Em R$ milhões	Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido	1.700,5	1.599,5
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas	(66,2)	254,1
IRPJ e CSLL diferidos	17,5	82,6
IRPJ e CSLL	247,0	213,0
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	747,4	636,0
Lajir/Ebit	**2.646,2**	**2.785,1**
Depreciação e Amortização	820,2	743,4
Lajida/Ebitda	**3.466,4**	**3.528,5**
Receita Operacional Líquida - ROL	5.117,7	4.941,2
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	**67,7%**	**71,4%**

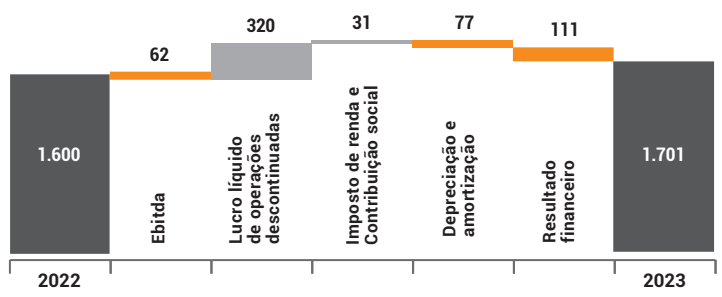
O Lajida/Ebitda não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

4.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou aumento das despesas de R$ 111,4 milhões, devido principalmente à maior dívida e encargos sobre as dívidas, parcialmente compensado pelo aumento na renda de aplicações financeiras.

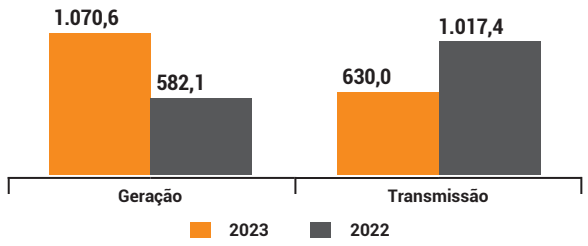
4.6. Lucro Líquido

Em 2023, o lucro líquido consolidado foi de R$ 1.700,5 milhões, sendo 6,3% superior ao obtido no exercício anterior, de R$ 1.599,5 milhões. O acréscimo decorre principalmente do aumento na Receita Operacional Líquida, redução nas compras de energia, aumento na reversão de impairment, compensado pela provisão do Programa de Demissão Voluntário – PDV, indenização do segundo terço de férias, aumento nas provisões por desempenho e participação nos lucros, aumento nos serviços prestados por terceiros, no encargos de uso da rede e na depreciação e amortização decorrente de novos ativos, bem como o efeito do resultado financeiro com acréscimo em encargos da dívida e rendimento das aplicações financeiras.



4.7. Lucro Líquido por Segmento

O lucro líquido consolidado segregado por segmento pode ser representado da seguinte forma:



4.8. Valor Adicionado

No exercício de 2023, a Copel Geração e Transmissão apurou R$ 4.439,6 milhões de Valor Adicionado - total 11,3% superior ao ano anterior, no montante de R$ 3.988,3 milhões. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado	2023	2022	Variação %
Pessoal	14,7%	9,4%	56,4
Governo	24,6%	26,7%	(7,9)
Estadual e Municipal	24,5%	0,8%	2.962,5
Federal	0,1%	25,9%	(99,6)
Terceiros	24,9%	23,2%	7,3
Acionistas	18,6%	40,5%	(54,1)
Retido	18,2%	5,9%	208,5
Operações descontinuadas	-1,0%	-5,7%	(82,5)
Total	**100,0%**	**100,0%**	**-**

4.9. Programa de Investimentos

O programa de investimentos para 2024 foi aprovado na 240ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Seguem valores realizados e previstos:

Em R$ milhões	Consolidado		Previsto	Variação %
	2023	2022	2024	2023-2022
Empreendimentos eólicos	1,0	250,5	55,5	(99,6)
Geração de energia	63,8	63,3	46,2	0,8
Transmissão de energia	134,3	104,0	91,3	29,1
Outros	36,0	54,9	-	(34,4)
Total (1)	**235,1**	**472,7**	**193,0**	**(50,3)**

(1) Não inclui aquisição do Complexo Eólico Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo.

Endividamento

A Companhia financia liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados por operações e mediante financiamentos, visando à ampliação e à modernização dos negócios ligados a geração e transmissão de energia.

É importante ressaltar que a Companhia busca investir em projetos e, para tanto, utiliza linhas de financiamento disponíveis no mercado, que façam sentido na estrutura de capital da Copel, no que tange à alavancagem financeira frente ao retorno dos projetos. Salienta-se que as perspectivas de financiamentos, bem como as disponibilidades de caixa, serão suficientes para atendimento ao plano de investimentos do exercício. Em 2023 foram obtidos os recursos a seguir:

Ingressos (Em R$ milhões)	Empresa	Financiador	Valor
8° Emissão de Debêntures	Copel Geração e Transmissão	Debenturistas	1.300,0
Contrato de financiamento	Jandaíra I	Banco do Nordeste	3,3
Contrato de financiamento	Jandaíra II	Banco do Nordeste	8,5
Contrato de financiamento	Jandaíra III	Banco do Nordeste	9,8
Contrato de financiamento	Jandaíra IV	Banco do Nordeste	9,8
Contrato de financiamento	Aventura II	Banco do Nordeste	2,6
Contrato de financiamento	Aventura III	Banco do Nordeste	2,9
Contrato de financiamento	Aventura IV	Banco do Nordeste	4,5
Contrato de financiamento	Aventura V	Banco do Nordeste	4,0
Total			**1.345,4**

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R$ 2.059,1 milhões, sendo R$ 1.111,8 milhões de principal e R$ 947,3 milhões de encargos. O cronograma de vencimento da dívida de longo prazo, contemplando empréstimos, financiamentos e debêntures é:

	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
	2.207	892	328	314	1.008	3.186	7.935
Total	**2.207**	**892**	**328**	**314**	**1.008**	**3.186**	**7.935**

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023
em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

Ativo	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.008.767	380.955	2.311.905	1.580.000
Clientes	7	425.448	389.967	635.495	585.584
Dividendos a receber		212.944	352.718	94.999	136.278
Contas a receber vinculadas à concessão	8	9.354	8.603	9.354	8.603
Ativos de contrato	9	268.260	205.647	284.616	220.660
Outros créditos	10	118.627	137.224	117.954	134.279
Estoques		37.923	30.024	42.519	30.225
Imposto de renda e contribuição social		150.720	102.625	174.754	135.031
Outros tributos a recuperar	11.2	18.688	11.312	19.993	32.378
Despesas antecipadas	12	11.334	13.000	21.181	19.791
Partes relacionadas	34	24.474	15.162	10.637	10.695
		2.286.539	**1.647.237**	**3.723.407**	**2.893.524**
Ativos classificados como mantidos para venda	38	196.564	-	428.522	-
		2.483.103	**1.647.237**	**4.151.929**	**2.893.524**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	136.591	123.022	487.790	428.369
Clientes	7	-	-	-	347
Depósitos judiciais	13	94.368	87.125	94.667	94.261
Contas a receber vinculadas à concessão	8	855.222	826.871	855.222	826.871
Ativos de contrato	9	4.639.497	4.607.214	5.118.487	5.089.816
Outros créditos	10	81.646	89.225	83.549	91.173
Imposto de renda e contribuição social		508	106.729	508	106.729
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	-	-	-	36.271
Outros tributos a recuperar	11.2	78.799	84.383	79.658	85.180
		5.886.631	**5.924.569**	**6.719.881**	**6.759.017**
Investimentos	14	**8.629.485**	**7.720.268**	**3.345.352**	**3.163.154**
Imobilizado	15	**5.259.216**	**5.278.437**	**10.446.055**	**9.713.188**
Intangível	16	**1.028.600**	**1.126.526**	**2.645.952**	**2.075.841**
Direito de uso de ativos	25.1	**64.341**	**60.316**	**107.579**	**82.822**
		20.868.273	**20.110.116**	**23.264.819**	**21.794.022**
TOTAL DO ATIVO		**23.351.376**	**21.757.353**	**27.416.748**	**24.687.546**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

Passivo	NE nº	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	17	290.601	77.637	290.667	78.371
Partes relacionadas	34	5.967	5.897	7.530	54.558
Fornecedores	18	318.600	312.042	405.213	375.628
Imposto de renda e contribuição social		-	-	132.502	139.049
Outras obrigações fiscais	11.2	57.245	35.711	71.494	48.681
Empréstimos e financiamentos	19	174.260	173.609	300.845	272.635
Debêntures	20	607.981	923.657	655.949	972.713
Dividendos a pagar		1.274.433	372.899	1.274.434	387.816
Benefícios pós-emprego	21	22.124	18.795	22.124	18.795
Encargos setoriais a recolher	22	15.248	14.914	16.677	17.456
Pesquisa e desenvolvimento	23	55.130	83.566	56.080	84.472
Contas a pagar vinculadas à concessão	24	2.170	1.918	2.170	1.918
Passivo de arrendamentos	25.2	8.364	10.777	8.851	10.922
Outras contas a pagar	26	97.548	46.509	330.211	199.780
		2.929.671	**2.077.931**	**3.574.747**	**2.662.794**
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda	38	-	-	77.417	-
		2.929.671	**2.077.931**	**3.652.164**	**2.662.794**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	18	131.143	125.447	131.143	125.447
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	1.207.009	1.188.192	1.575.592	1.382.263
Outras obrigações fiscais	11.2	60.756	55.695	60.756	62.026
Empréstimos e financiamentos	19	2.106.275	2.215.315	4.291.652	3.619.720
Debêntures	20	3.160.977	2.304.860	3.642.981	2.814.535
Benefícios pós-emprego	21	398.594	300.979	398.594	301.880
Pesquisa e desenvolvimento	23	-	5.983	8.482	20.709
Contas a pagar vinculadas à concessão	24	62.990	61.437	62.990	61.437
Passivo de arrendamentos	25.2	60.761	52.848	106.542	75.878
Outras contas a pagar	26	49.539	46.171	145.574	100.511
Provisões para litígios	27	435.495	532.428	465.912	563.549
		7.673.539	**6.889.355**	**10.890.218**	**9.127.955**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	28.1	6.242.757	6.242.757	6.242.757	6.242.757
Ajustes de avaliação patrimonial	28.2	498.183	586.053	498.183	586.053
Reserva legal	28.3	961.538	877.479	961.538	877.479
Reserva de retenção de lucros	28.3	5.045.688	4.241.625	5.045.688	4.241.625
Dividendo adicional proposto	28.4	-	842.153	-	842.153
		12.748.166	**12.790.067**	**12.748.166**	**12.790.067**
Atribuível aos acionistas não controladores	14.2.2	**-**	**-**	**126.200**	**106.730**
		12.748.166	**12.790.067**	**12.874.366**	**12.896.797**
TOTAL DO PASSIVO		**23.351.376**	**21.757.353**	**27.416.748**	**24.687.546**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf
Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023
em milhares de reais

Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Controladora Reapresentado 31.12.2023	Controladora Reapresentado 31.12.2022	Consolidado Reapresentado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29	3.557.904	3.553.084	5.117.723	4.941.152
Custos Operacionais	30	(1.484.510)	(1.628.288)	(2.368.575)	(2.339.695)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.073.394	1.924.796	2.749.148	2.601.457
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	30	(6.162)	(2.804)	(6.619)	(2.833)
Despesas gerais e administrativas	30	(310.497)	(179.385)	(354.076)	(213.623)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(12.419)	(48.968)	(42.674)	(70.558)
Resultado da equivalência patrimonial	14.1	653.072	855.267	300.589	470.606
		323.994	**624.110**	**(102.780)**	**183.592**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		2.397.388	2.548.906	2.646.368	2.785.049
Resultado Financeiro	31				
Receitas financeiras		164.132	155.889	334.020	257.977
Despesas financeiras		(829.660)	(725.411)	(1.081.429)	(894.022)
		(665.528)	**(569.522)**	**(747.409)**	**(636.045)**
LUCRO OPERACIONAL		1.731.860	1.979.384	1.898.959	2.149.004
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.3				
Imposto de renda e contribuição social		(33.414)	-	(247.136)	(212.852)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(47.410)	(112.429)	(17.478)	(82.552)
		(80.824)	**(112.429)**	**(264.614)**	**(295.404)**
LUCRO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		1.651.036	1.866.955	1.634.345	1.853.600
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido (prejuízo) proveniente de operações descontinuadas	38	30.134	(162.903)	66.176	(254.141)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.681.170	1.704.052	1.700.521	1.599.459
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		-	-	1.651.036	1.866.955
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas				30.134	(162.903)
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações descontinuadas	14.2.2			19.351	(104.593)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - OPERAÇÕES CONTINUADAS - em reais	28.5				
Ações ordinárias		0,26447	0,30658		
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	28.5				
Ações ordinárias		0,26930	0,27983		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Controladora Reapresentado 31.12.2023	Controladora Reapresentado 31.12.2022	Consolidado Reapresentado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.681.170	1.704.052	1.700.521	1.599.459
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado	28.2				
Ajustes de passivos atuariais					
benefícios pós-emprego		(84.096)	88.303	(83.792)	88.200
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		185	(63)	-	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes		28.593	(30.023)	28.593	(30.023)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		**(55.318)**	**58.217**	**(55.199)**	**58.177**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		1.625.852	1.762.269	1.645.322	1.657.636
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		-	-	1.595.533	1.925.235
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas		-	-	30.319	(162.966)
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações descontinuadas		-	-	19.470	(104.633)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora: Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial: Custo atribuído do imobilizado	Ajustes de avaliação patrimonial: Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022		5.772.757	470.000	633.788	(69.439)	792.276	4.205.112	857.729	-	12.662.223	211.363	12.873.586
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.704.052	1.704.052	(104.593)	1.599.459
Outros resultados abrangentes												
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos	28.2	-	-	-	58.217	-	-	-	-	58.217	(40)	58.177
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	58.217	-	-	-	1.704.052	1.762.269	(104.633)	1.657.636
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	28.2	-	-	(36.513)	-	-	-	-	36.513	-	-	-
Aumento de capital		470.000	(470.000)	-	-	-	-		-	-	-	-
Deliberaçao de dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	(857.729)	-	(857.729)	-	(857.729)
Destinação proposta à A.G.O.:												
Reserva legal	28.3	-	-	-	-	85.203	-	-	(85.203)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	28.4	-	-	-	-	-	-	-	(776.696)	(776.696)	-	(776.696)
Dividendos	28.4	-	-	-	-	-	-	842.153	(842.153)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	28.3	-	-	-	-	-	36.513	-	(36.513)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		6.242.757	-	597.275	(11.222)	877.479	4.241.625	842.153	-	12.790.067	106.730	12.896.797
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.681.170	1.681.170	19.351	1.700.521
Outros resultados abrangentes												
Ajustes de passivos atuariais, líquidos de tributos	28.2	-	-	-	(55.318)	-	-	-	-	(55.318)	119	(55.199)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	(55.318)	-	-	-	1.681.170	1.625.852	19.470	1.645.322
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	28.2	-	-	(32.552)	-	-	-	-	32.552	-	-	-
Deliberaçao de dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	(842.153)	-	(842.153)	-	(842.153)
Destinação proposta à A.G.O.:												
Reserva legal	28.3	-	-	-	-	84.059	-	-	(84.059)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	28.4	-	-	-	-	-	(281.979)	-	(543.621)	(825.600)	-	(825.600)
Reserva de retenção de lucros	28.3	-	-	-	-	-	1.086.042	-	(1.086.042)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		6.242.757	-	564.723	(66.540)	961.538	5.045.688	-	-	12.748.166	126.200	12.874.366

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Controladora Reapresentado 31.12.2023	Controladora Reapresentado 31.12.2022	Consolidado Reapresentado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		**1.651.036**	**1.866.955**	**1.634.345**	**1.853.600**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		820.203	685.112	1.086.202	860.401
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	8.1	(114.370)	(118.439)	(114.370)	(118.439)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	9.1	(677.543)	(674.379)	(730.094)	(769.248)
Imposto de renda e contribuição social	11.3	33.414	-	247.136	212.852
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3	47.410	112.429	17.478	82.552
Resultado da equivalência patrimonial	14.1	(653.072)	(855.267)	(300.589)	(470.606)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego		86.180	84.292	86.179	84.292
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	23.1	29.894	30.679	37.727	38.343
Depreciação e amortização	30	394.279	387.812	820.188	743.375
Provisão decorrente do programa de demissão voluntária	30.2.1	190.305	-	190.305	-
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	30.4	(147.548)	(7.659)	(159.214)	(11.461)
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	9.1	-	-	(722)	(721)
Valor justo nas operações com derivativos	31	-	2.907	-	2.907
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão		-	26.451	-	26.451
Resultado das baixas de imobilizado		2.918	2.135	9.373	7.783
Resultado das baixas de intangíveis	16.2	-	1.518	-	1.519
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	25.1 e 25.2	-	(32)	1.644	(40)
		1.663.106	**1.544.514**	**2.825.588**	**2.543.560**
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		713.750	621.691	784.818	648.231
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		619.948	454.094	170.450	63.930
Depósitos judiciais		2.453	1.487	2.206	1.507
Outros créditos		23.539	(12.778)	28.881	(7.394)
Estoques		(7.899)	(3.829)	(7.983)	(3.829)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(139.565)	(212.910)	(144.006)	(224.262)
Outros tributos a recuperar		(3.137)	(3.685)	6.410	3.041
Despesas antecipadas		1.666	(1.560)	(1.166)	(4.855)
Partes relacionadas		(9.312)	(279)	58	35
		1.201.443	**842.231**	**839.668**	**476.404**
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		22.659	(82.879)	22.637	(83.064)
Partes relacionadas		70	(83)	376	(317)
Fornecedores		(100.093)	(203.949)	(117.440)	(203.740)
Outras obrigações fiscais		121.069	77.339	112.101	81.206
Benefícios pós-emprego		(69.332)	(61.404)	(69.332)	(61.404)
Encargos setoriais a recolher		334	(1.664)	(779)	(4.132)
Pesquisa e desenvolvimento	23.1	(64.037)	(59.554)	(71.105)	(65.029)
Contas a pagar vinculadas à concessão	24.1	(6.055)	(3.842)	(6.055)	(3.842)
Outras contas a pagar		10.808	34.455	125.748	90.158
Provisões para litígios quitadas		(67.472)	(54.387)	(67.516)	(54.410)
		(152.049)	**(355.968)**	**(71.365)**	**(304.574)**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.712.500	2.030.777	3.593.891	2.715.390

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Controladora Reapresentado 31.12.2023	Controladora Reapresentado 31.12.2022	Consolidado Reapresentado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(33.414)	-	(254.331)	(134.372)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	19.2	(230.557)	(99.225)	(414.099)	(218.711)
Encargos de debêntures pagos	20.2	(490.206)	(386.296)	(533.193)	(428.659)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	25.2	(6.541)	(5.781)	(9.641)	(6.973)
Encargos de obrigações com partes relacionadas pagos		-	(59.256)	(5.356)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		1.951.782	1.480.219	2.377.271	1.926.675
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	38	-	-	(67.767)	(94.446)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.951.782	1.480.219	2.309.504	1.832.229
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(13.569)	(27.494)	(33.226)	(92.586)
Aquisições de controladas - efeito líquido do caixa adquirido	1.2	(1.004.484)	(18.031)	(911.450)	(18.031)
Alienação de investimento - adiantamento	26	43.599	-	43.599	-
Aportes em investimentos	14.1	(29.780)	(81.622)	(10.780)	-
Redução de capital em investidas	14.1	120.500	61.536	-	61.536
Aquisições de imobilizado		(100.218)	(104.197)	(155.034)	(366.997)
Aquisições de intangível	16.2	(8.410)	(4.606)	(10.243)	(4.368)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(992.362)	(174.414)	(1.077.134)	(420.446)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	38	-	-	(9.870)	(139.033)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(992.362)	(174.414)	(1.087.004)	(559.479)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	19.2	-	1.033.651	45.325	1.141.954
Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	19.2	(4.251)	(4.202)	(4.251)	(4.202)
Ingressos de debêntures emitidas	20.2	1.300.000	-	1.300.000	-
Custos de transação na emissão de debêntures	20.2	(24.688)	-	(27.705)	-
Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas		-	-	3.024	46.063
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	19.2	(134.972)	(132.168)	(251.244)	(215.693)
Amortizações de principal de debêntures	20.2	(809.646)	(739.617)	(860.576)	(793.148)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	25.2	(15.672)	(13.939)	(16.348)	(14.081)
Amortizações de principal de obrigações com partes relacionadas		-	(407.650)	(49.087)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(642.379)	(1.783.400)	(642.379)	(1.783.400)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(331.608)	(2.047.325)	(503.241)	(1.622.507)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	38	-	-	35.000	(101)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(331.608)	(2.047.325)	(468.241)	(1.622.608)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		627.812	(741.520)	754.259	(349.858)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	380.955	1.122.475	1.580.000	1.929.858
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	1.008.767	380.955	2.311.905	1.515.009
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa proveniente de operações descontinuadas	38	-	-	22.354	64.991
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		627.812	(741.520)	754.259	(349.858)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023
em milhares de reais

Demonstrações do Valor Adicionado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

Valor Adicionado a Distribuir	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	3.944.433	3.906.810	5.653.592	5.432.129
Receita de construção	208.601	224.725	225.963	657.619
Outras receitas	40.078	28.401	41.990	29.933
Perdas de crédito esperadas	(6.164)	(2.804)	(6.619)	(2.833)
	4.186.948	**4.157.132**	**5.914.926**	**6.116.848**
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	131.277	350.882	215.491	390.215
Encargos de uso da rede elétrica	411.290	378.399	643.071	582.638
Material, insumos e serviços de terceiros	191.428	152.925	320.144	240.834
Custo de construção	167.880	168.437	185.233	588.830
Perda de valores ativos	3.252	37.102	8.399	46.299
Reversão de perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*	(177.693)	(25.374)	(177.693)	(25.374)
Outros insumos / reversões de provisões	47.973	61.099	60.057	72.807
	775.407	**1.123.470**	**1.254.702**	**1.896.249**
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.411.541**	**3.033.662**	**4.660.224**	**4.220.599**
(-) Depreciação e amortização	**394.279**	**387.812**	**820.188**	**743.375**
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**3.017.262**	**2.645.850**	**3.840.036**	**3.477.224**
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	653.072	855.267	300.589	470.606
Receitas financeiras	164.132	155.889	334.020	257.977
Outras receitas	7.223	5.919	7.266	5.968
	824.427	**1.017.075**	**641.875**	**734.551**
Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	**30.134**	**(162.903)**	**(42.290)**	**(223.453)**
	3.871.823	**3.500.022**	**4.439.621**	**3.988.322**

Demonstrações do Valor Adicionado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
em milhares de reais

Distribuição do Valor Adicionado	Controladora				Consolidado			
	31.12.2023	%	Reapresentado 31.12.2022	%	31.12.2023	%	Reapresentado 31.12.2022	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	261.999		225.943		280.560		240.252	
Planos previdenciário e assistencial	78.917		77.134		81.704		79.056	
Auxílio alimentação e educação	31.838		26.781		31.925		26.847	
Encargos sociais - FGTS	16.028		14.311		17.265		15.250	
Programa de desligamentos voluntários	190.305		(2.461)		190.305		(2.461)	
Provisões por desempenho e participação nos lucros	49.029		10.715		49.060		10.717	
	628.116	16,2	**352.423**	10,1	**650.819**	14,7	**369.661**	9,4
Governo								
Federal								
Tributos	444.159		443.409		726.701		716.011	
Encargos setoriais	265.763		259.195		329.387		314.838	
Estadual	9.396		4.766		27.375		25.586	
Municipal	5.575		6.820		6.487		7.560	
	724.893	18,7	**714.190**	20,4	**1.089.950**	24,6	**1.063.995**	26,7
Terceiros								
Juros	831.528		721.648		1.081.928		901.261	
Arrendamentos e aluguéis	5.916		6.923		20.024		18.948	
Doações, subvenções e contribuições	200		786		4.845		4.310	
	837.644	21,6	**729.357**	20,8	**1.106.797**	24,9	**924.519**	23,2
Acionistas								
Lucros retidos	825.436		248.106		808.745		234.751	
Remuneração do capital próprio	825.600		776.696		825.600		776.696	
Dividendos	-		842.153		-		842.153	
	1.651.036	42,7	**1.866.955**	53,4	**1.634.345**	36,8	**1.853.600**	46,4
Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	**30.134**	0,8	**(162.903)**	(4,7)	**(42.290)**	(1,0)	**(223.453)**	(5,7)
	3.871.823	100,0	**3.500.022**	100,0	**4.439.621**	100,0	**3.988.322**	**100,0**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Companhia ou Controladora), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, bairro Mossunguê, Curitiba - PR, é uma companhia aberta registrada na categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A Companhia tem como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte e comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, a Companhia tem participação em consórcios e em sociedades de propósito específico, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação") por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 11.08.2023 foi efetuada a liquidação da oferta pública de ações de modo que, a partir desta data, o Estado do Paraná deixou de ser o acionista controlador da Copel e, consequentemente, não tem mais o controle indireto das subsidiárias da Copel. Deste modo, a Copel GeT fica desobrigada do cumprimento das obrigações previstas na Lei 13.303/16 e demais obrigações aplicáveis às sociedades de economia mista.

No entanto, o Estado do Paraná passou a deter uma ação preferencial de classe especial, criada nos termos da Lei Estadual nº 21.272/2022, que confere, enquanto for titular de ações representativas de, pelo menos, 10% do total de ações emitidas pela Copel, o poder de veto em deliberações da Assembleia Geral que visem à modificação da denominação e sede da Copel e que alterem as cláusulas do estatuto relacionadas a limitação para que nenhum acionista ou grupo de acionistas venha a exercer votos correspondentes a mais de 10% do total e à celebração de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto.

A transformação da Copel em "Corporação" possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95 a renovação integral das Concessões das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - GBM ("Foz do Areia"), Governador Ney Braga - GNB ("Segredo") e Governador José Richa - GJR ("Salto Caxias") por 30 anos contados a partir da assinatura do novo contrato de concessão. O pagamento dos respectivos bônus de outorga, estipulado em R$ 3.719.428 conforme Portaria Interministerial dos Ministérios de Minas e Energia e da Fazenda - MME/MF nº 01, de 30.03.2023, ocorrerá em até 20 dias após a assinatura dos contratos, com atualização pela taxa Selic pro rata die sobre valor do bônus de outorga a partir de 1º.01.2024 até seu efetivo pagamento. A conclusão deste processo de renovação das concessões está, neste momento, aguardando a convocação pelo Poder Concedente para assinatura dos novos contratos.

1.1 Participações societárias da Copel GeT

A Copel GeT participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4). Até 31.12.2023 não ocorreram alterações, aquisições e alienações em relação às participações societárias de 31.12.2022, exceto a combinação de negócios descrita na NE nº 1.2. Conforme NE nº 38, está em andamento o processo de desinvestimento da controlada UEGA.

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação %	Participação Investidora
UEG Araucária S.A. (UEGA) (NE nº 38)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	60,9	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Brownfield Investment Holding Ltda. (Brownfield)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Ventos de Serra do Mel B S.A.	Serra do Mel/RN	Controle e gestão de participações	68,8	Copel GeT
			31,2	Brownfield
Aventura Holding S.A. (Aventura) (b)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
SRMN Holding S.A. (SRMN) (b)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Eol Potiguar B61 SPE S.A. (1)	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Eol Potiguar B141 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B142 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B143 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Central Eólica Aventura II S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura III S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura IV S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica Aventura V S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Aventura
Central Eólica SRMN I S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN II S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN III S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN IV S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN
Central Eólica SRMN V S.A. (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	SRMN

(a) Empreendimento eólico com 99,99992% da Copel Get e 0,00008% da Brownfield.
(b) Participações adquiridas em 2023 (NE nº 1.2).

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação %	Participação Investidora
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Jundiaí/SP	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	Participação Investidora
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

A Companhia possui participação em algumas operações em conjunto. Os dois empreendimentos relevantes, com valores registrados no imobilizado da Companhia, estão apresentados na NE nº 15.3.

1.2 Aquisição dos complexos eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo

Em 30.01.2023, a Copel GeT concluiu a aquisição de 100% das ações das empresas pertencentes aos Complexos Eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo apresentadas no quadro abaixo, com o pagamento de R$ 1.004.484 para a vendedora, EDP Renováveis Brasil S.A. Nesta data de fechamento da operação ocorreu a transferência das ações para a Copel GeT bem como a aprovação das indicações e posse dos novos administradores das Companhias.

Complexo Eólico Santa Rosa & Mundo Novo	Complexo Eólico Aventura
SRMN Holding S.A.	**Aventura Holding S.A.**
Central Eólica SRMN I S.A.	Central Eólica Aventura II S.A.
Central Eólica SRMN II S.A.	Central Eólica Aventura III S.A.
Central Eólica SRMN III S.A.	Central Eólica Aventura IV S.A.
Central Eólica SRMN IV S.A.	Central Eólica Aventura V S.A.
Central Eólica SRMN V S.A.	

A aquisição está alinhada com a estratégia de crescimento sustentável em energia renovável, ampliando a diversificação da matriz de geração alinhada ao Planejamento Estratégico e à Política de Investimentos da Companhia. A transação contemplou o mecanismo de Locked box em que todo o caixa gerado entre 1º.01.2022 até a data fechamento permaneceu no caixa das Companhias adquiridas.

O fechamento da operação estava sujeito à satisfação de determinadas condições precedentes as quais foram cumpridas na sua integralidade até 30.01.2023, entre elas: obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, declarações e garantia, cumprimento de avenças e obrigações, anuência de terceiros, ausência de efeito material adverso.

Ainda, houve a necessidade de anuência de contrapartes, incondicional e irrestrita, para a alteração do controle das Companhias adquiridas, inclusive com relação aos limites de crédito para manutenção dos contratos de financiamentos pelas Companhias, conforme Resolução CMN nº 4.995 de 24.03.2022, condição que só foi cumprida em janeiro de 2023.

Os complexos estão situados no Rio Grande do Norte, maior centro de energia eólica do país e possuem 260,4 MW de capacidade instalada com 157,8 MWm de garantia física. As companhias possuem financiamentos de longo prazo (vencimentos até 2043) contratados junto ao Banco do Nordeste - BNB, com taxas de IPCA + 2,19% a.a. (Complexo Aventura) e IPCA + 1,98% a.a. (Complexo Santa Rosa & Mundo Novo).

A vendedora está desenvolvendo projetos nas proximidades dos parques eólicos do Complexo Aventura que, durante a construção e/ou operação, podem, no futuro, potencialmente afetar o volume de eletricidade gerada pelos parques eólicos (efeito esteira). A vendedora estima que a operação comercial destes empreendimentos poderá ocorrer a partir de janeiro de 2027. Caso o efeito esteira se concretize de modo que os parques eólicos adquiridos gerem energia abaixo do que foi acordado entre as partes, a vendedora terá a obrigação de indenizar a Copel. Caso contrário, se a geração de energia for superior, a Copel deverá indenizar a vendedora. O valor desta indenização é proporcional ao prejuízo causado ou ao ganho apurado em relação ao efeito esteira, limitado a R$ 4.167 para ambas as situações, corrigidos monetariamente, a serem pagos em parcela única.

As tabelas a seguir demonstram os valores finais da combinação de negócios:

Complexo Eólico Aventura	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativos identificados	**518.023**	**254.390**	**772.413**
Caixa e equivalentes	42.671	-	42.671
Clientes	7.013	-	7.013
Tributos a recuperar	3.823	-	3.823
Cauções e depósitos vinculados	9.118	-	9.118
Outros créditos	2.919	-	2.919
Imobilizado	452.475	-	452.475
Intangível	4	254.390	254.394
Passivos assumidos	**329.967**	**92.435**	**422.402**
Fornecedores	6.814	-	6.814
Empréstimos e financiamentos	317.928	-	317.928
Obrigações fiscais	2.879	-	2.879
Outras contas a pagar	2.346	-	2.346
Passivos contingentes		9.003	9.003
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	83.432	83.432
Ativos líquidos adquiridos	**188.056**	**161.955**	**350.011**

Complexo Eólico Santa Rosa & Mundo Novo	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativos identificados	**827.735**	**360.568**	**1.188.303**
Caixa e equivalentes	50.363	-	50.363
Clientes	10.757	-	10.757
Tributos a recuperar	5.747	-	5.747
Cauções e depósitos vinculados	17.077	-	17.077
Outros créditos	9.158	-	9.158
Imobilizado	734.633	-	734.633
Intangível	-	360.568	360.568
Passivos assumidos	**612.608**	**125.665**	**738.273**
Fornecedores	43.406	-	43.406
Empréstimos e financiamentos	557.810	-	557.810
Obrigações fiscais	7.579	-	7.579
Outras contas a pagar	3.813	-	3.813
Passivos contingentes	-	4.654	4.654
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	121.011	121.011
Ativos líquidos adquiridos	**215.127**	**234.903**	**450.030**

Os passivos contingentes se referem principalmente a riscos tributários para os quais a Administração acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais.

O direito de autorização e o passivo fiscal diferido gerados na combinação de negócios foram registrados no investimento da Copel GeT. No balanço consolidado estes valores irão compor os saldos do intangível e de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O quadro abaixo apresenta a contraprestação transferida pelos ativos adquiridos e o ágio técnico apurado em decorrência do reconhecimento do passivo fiscal diferido na combinação de negócios:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo na data da aquisição
Total de ativos líquidos adquiridos	**403.183**	**396.858**	**800.041**
Ágio técnico			204.443
Total da contraprestação			**1.004.484**

O montante pago está suportado pelas projeções dos fluxos de caixa descontados das operações dos empreendimentos adquiridos. Considerando o caixa adquirido no valor de R$ 93.034, o efeito líquido no caixa consolidado da Companhia foi de R$ 911.450 conforme apresentado nas Demonstrações dos Fluxo de Caixa.

Caso essa combinação de negócio tivesse sido efetivada em 1º.01.2023, a receita operacional líquida consolidada aumentaria em R$ 13.143, totalizando R$ 5.130.866, e o lucro líquido consolidado diminuiria em R$ 1.824, totalizando R$ 1.698.697.

2. Concessões e Autorizações

Copel GeT		Participação %	Vencimento
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP			
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)		51	28.06.2049
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder		100	30.01.2046
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II		100	06.12.2050
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu		30	03.12.2049
Contrato de Concessão nº 007/2013			
UHE Apucaraninha		100	27.01.2027
UHE Chaminé		100	02.08.2028
UHE Derivação do Rio Jordão		100	21.06.2032
UHE Cavernoso		100	23.06.2033
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO			
Contrato de Concessão nº 045/1999 (NE nº 34.2.6)			
UTE Figueira		100	26.03.2019
UHE São Jorge		100	24.07.2026
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)		100	25.09.2032
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)		100	20.03.2033
Contrato de Concessão nº 001/2020			
UHE Guaricana		100	21.07.2028
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas		100	29.09.2029
Despacho n° 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)		100	-
Contrato de Concessão nº 003/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)		100	03.01.2053
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02		100	-
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)		100	-
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
UEG Araucária (NE nº 39)	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20,3% da Copel)	60,9	23.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurus IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurus IV	100	27.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria n° 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria n° 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria n° 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I	Portaria n° 352/2015 - EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II	Portaria n° 351/2015 - EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III	Portaria n° 350/2015 - EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim (b)	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	07.07.2034
PCH Bela Vista	Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	02.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica (NE nº 34.2.6)	Contrato de Concessão de Geração nº 002/2020	100	21.12.2024
Jandaíra I Energias Renováveis	Portaria n° 140/2020 - EOL Jandaíra I	100	02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis	Portaria n° 141/2020 - EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis	Portaria n° 142/2020 - EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis	Portaria n° 139/2020 - EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055
EOL Potiguar B 141 SPE S.A.	Portaria n° 02/2019 - EOL Vila Maranhão I	100	11.01.2054
EOL Potiguar B 142 SPE S.A.	Portaria n° 12/2019 - EOL Vila Maranhão II	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 143 SPE S.A.	Portaria n° 13/2019 - EOL Vila Maranhão III	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 61 SPE S.A.	Portaria n° 453/2019 - EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	100	06.12.2054
Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A	Portaria n° 10/2019 - EOL Vila Ceará I	100	14.01.2054
EOL Aventura II	Portaria n° 209/2018 - Aventura II	100	05.06.2053
EOL Aventura III	Portaria n° 220/2018 - Aventura III - REA n° 7.820/2019	100	11.06.2053
EOL Aventura IV	Portaria n° 215/2018 - Aventura IV	100	05.06.2053
EOL Aventura V	Portaria n° 213/2018 - Aventura V	100	05.06.2053
EOL SRMN I S.A.	Portaria n° 196/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo I	100	04.06.2053
EOL SRMN II S.A.	Portaria n° 194/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo II	100	04.06.2053
EOL SRMN III S.A.	Portaria n° 197/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo III	100	04.06.2053
EOL SRMN IV S.A.	Portaria n° 188/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo IV	100	01.06.2053
EOL SRMN V S.A.	Portaria n° 189/2018 - Santa Rosa e Novo Mundo V - REA 7.783/2019	100	01.06.2053

(a) A Resolução Autorizativa Aneel nº 14.435/2023 e a Resolução Homologatória Aneel nº 3.242/2023 deferiram o pleito de recomposição do prazo de outorga para exploração da usina em 763 dias, alterando o vencimento para 28.06.2049.
(b) A Resolução Autorizativa nº 14.896/2023 deferiu o pleito de recomposição do prazo de outorga para exploração da usina em 986 dias, alterando o vencimento para 07.07.2034.
Usina Hidrelétrica - UHE Pequena Central Hidrelétrica - PCH Usina Termelétrica - UTE Usina Eolioelétrica - EOL

Concessões de transmissão		Participação %	Vencimento	Próxima revisão tarifária
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE				
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) - prorrogado pelo 3º termo aditivo		100	01.01.2043	2023 (b)
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva		100	17.08.2031	(a)
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho		100	17.03.2038	2023 (c)
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste		100	19.11.2039	2025
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilho III 230/138 kV		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório		100	27.08.2042	2023 (c)
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV		100	25.02.2043	2023 (c)
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV		100	29.01.2044	2024
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba SE Medianeira 230/138 kV SE Curitiba Centro 230/138 kV SE Andirá Leste 230/138 kV		100	07.04.2046	2026
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias				
Costa Oeste Transmissora	**Contrato nº 001/2012:** LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama SE Umuarama 230/138 kV	**100**	**12.01.2042**	**2027**
Caiuá Transmissora	**Contrato nº 007/2012:** LT 230 kV Umuarama - Guaíra LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV	**49**	**10.05.2042**	**2027**
Marumbi Transmissora	**Contrato nº 008/2012:** LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste SE Curitiba Leste 525/230 kV	**100**	**10.05.2042**	**2027**
Integração Maranhense	**Contrato nº 011/2012: LT 500 Kv Açailândia - Miranda II**	**49**	**10.05.2042**	**2027**
Matrinchã Transmissora	**Contrato nº 012/2012:** LT 500 kV Paranaíta - Cláudia LT 500 kV Cláudia - Paranatinga LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho SE Paranaíta 500 kV SE Cláudia 500 kV SE Paranatinga 500 kV	**49**	**10.05.2042**	**2027**
Guaraciaba Transmissora	**Contrato nº 013/2012:** LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II SE Marimbondo II 500 kV	**49**	**10.05.2042**	**2027**
Paranaíba Transmissora	**Contrato nº 007/2013:** LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2	**24,5**	**02.05.2043**	**2023 (c)**
Mata de Santa Genebra	**Contrato nº 001/2014:** LT 500 kV Itatiba - Bateias LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias SE Santa Bárbara D´Oeste 440 kV SE Itatiba 500 kV SE Fernão Dias 500/440 kV	**50,1**	**14.05.2044**	**2024**
Cantareira Transmissora	**Contrato nº 019/2014: LT 500 kV Estreito - Fernão Dias**	**49**	**05.09.2044**	**2025**
Uirapuru Transmissora	**Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina**	**100**	**04.03.2035**	**(a)**

(a) Não passam por revisão tarifária e a RAP reduziu para 50% no 16º ano.
(b) Revisão postergada para 2024 (porém referente a 2023), nos termos do despacho nº 402/2023.
(c) A Resolução Homologatória nº 3.205/2023 reposicionou a RAP das transmissoras. No entanto, os efeitos foram desconsiderados na Resolução Homologatória 3.216/2023 para o ciclo da RAP 2023/2024 e serão processados no ciclo 2024/2025, após a publicação do Despacho nº 4.675/2023.

3. Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29.02.2024.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.3.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- NEs nºs 4.1 e 14 - Base de consolidação e Investimentos: avaliação sobre a existência de controle e influência significativa; e
- NEs nºs 4.2 e 33 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros;
- NEs nºs 4.17 e 38 - Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas: avaliação da venda como altamente provável.

3.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício:

- NEs nºs 4.3 e 8 - Contas a receber vinculadas à concessão: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos contratos de concessão;
- NEs nºs 4.4 e 9 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 4.7 e 15 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 4.8 e 16 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 4.9.1 e 7.2 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 4.9.2 e 15.4 - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 4.10 e 27 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 4.11 e 4.12 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção;
- NE nº 4.13 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nºs 4.14.1 e 11.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;
- NEs nºs 4.15 e 21 - Benefícios pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs nºs 4.16 e 25 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos.

3.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões públicas de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Controladora, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações de adequação do programa de investimentos da Companhia, manutenção das ações de redução de custos e alongamento da dívida.

3.5 Reapresentação de saldos comparativos

Em virtude da apresentação dos saldos de operação descontinuada decorrentes do processo de desinvestimento da controlada UEGA, descrito na NE nº 38, os saldos das Demonstrações de Resultado, de Fluxos de Caixa e de Valor Adicionado estão sendo reapresentados, para fins de comparabilidade, conforme quadros a seguir:

31.12.2022	Controladora			Consolidado		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	**3.553.084**	**-**	**3.553.084**	**5.039.660**	**(98.508)**	**4.941.152**
Custos operacionais	(1.628.288)	-	(1.628.288)	(2.653.101)	313.406	(2.339.695)
Lucro operacional bruto	**1.924.796**	**-**	**1.924.796**	**2.386.559**	**214.898**	**2.601.457**
Despesas com vendas	(2.804)	-	(2.804)	(2.833)	-	(2.833)
Despesas gerais e administrativas	(179.385)	-	(179.385)	(225.281)	11.658	(213.623)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(48.968)	-	(48.968)	(97.665)	27.107	(70.558)
Resultado da equivalência patrimonial	692.364	162.903	855.267	470.606	-	470.606
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	**2.386.003**	**162.903**	**2.548.906**	**2.531.386**	**253.663**	**2.785.049**
Resultado Financeiro	(569.522)	-	(569.522)	(624.638)	(11.407)	(636.045)
Lucro operacional	**1.816.481**	**162.903**	**1.979.384**	**1.906.748**	**242.256**	**2.149.004**
Imposto de renda e contribuição social	(112.429)	-	(112.429)	(307.289)	11.885	(295.404)
Lucro líquido do exercício - operações continuadas	**1.704.052**	**162.903**	**1.866.955**	**1.599.459**	**254.141**	**1.853.600**
Resultado de operações descontinuadas	-	(162.903)	(162.903)	-	(254.141)	(254.141)
Lucro líquido do exercício	**1.704.052**	**-**	**1.704.052**	**1.599.459**	**-**	**1.599.459**
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	1.704.052	-	1.704.052
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(104.593)	-	(104.593)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	58.217	-	58.217	58.177	-	58.177
Resultado abrangente do exercício	**1.762.269**	**-**	**1.762.269**	**1.657.636**	**-**	**1.657.636**
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	-	-	-	1.762.269	-	1.762.269
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(104.633)	-	(104.633)
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA						
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**1.480.219**	**-**	**1.480.219**	**1.832.229**	**-**	**1.832.229**
Lucro líquido do exercício	1.704.052	162.903	1.866.955	1.599.459	254.141	1.853.600
Ajustes ao lucro	(159.538)	(162.903)	(322.441)	875.783	(185.823)	689.960
Variações de ativos e passivos	486.263	-	486.263	145.736	26.094	171.830
Impostos e encargos pagos	(550.558)	-	(550.558)	(788.749)	34	(788.715)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	(94.446)	(94.446)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	**(174.414)**	**-**	**(174.414)**	**(559.479)**	**-**	**(559.479)**
Aquisições de ativo de contrato, imobilizado e intangível	(108.803)	-	(108.803)	(524.969)	153.604	(371.365)
Outras atividades	(65.611)	-	(65.611)	(34.510)	(14.571)	(49.081)
Operações descontinuadas	-	-	-	-	(139.033)	(139.033)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**(2.047.325)**	**-**	**(2.047.325)**	**(1.622.608)**	**-**	**(1.622.608)**
Ingressos de empréstimos e debêntures	1.029.449	-	1.029.449	1.137.752	-	1.137.752
Amortizações de empréstimos e debêntures	(871.785)	-	(871.785)	(1.008.841)	-	(1.008.841)
Outras atividades	(2.204.989)	-	(2.204.989)	(1.751.519)	101	(1.751.418)
Operações descontinuadas	-	-	-	-	(101)	(101)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	**(741.520)**	**-**	**(741.520)**	**(349.858)**	**-**	**(349.858)**
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Valor Adicionado a Distribuir	**3.500.022**	**-**	**3.500.022**	**3.988.322**	**-**	**3.988.322**
Receitas	4.157.132	-	4.157.132	6.226.533	(109.685)	6.116.848
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.123.470)	-	(1.123.470)	(2.225.387)	329.138	(1.896.249)
(-) Depreciação e amortização	(387.812)	-	(387.812)	(767.069)	23.694	(743.375)
(+) Valor adicionado transferido	854.172	162.903	1.017.075	754.245	(19.694)	734.551
Operações descontinuadas	-	(162.903)	(162.903)	-	(223.453)	(223.453)
Distribuição do Valor Adicionado	**3.500.022**	**-**	**3.500.022**	**3.988.322**	**-**	**3.988.322**
Pessoal	352.423	-	352.423	376.173	(6.512)	369.661
Governo	714.190	-	714.190	1.074.026	(10.031)	1.063.995
Terceiros	729.357	-	729.357	938.664	(14.145)	924.519
Acionistas	1.704.052	162.903	1.866.955	1.599.459	254.141	1.853.600
Operações descontinuadas	-	(162.903)	(162.903)	-	(223.453)	(223.453)

4. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas (no balanço da Controladora), em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

4.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com elas e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os saldos das transações entre operações continuadas e operações descontinuadas também são integralmente eliminados no balanço consolidado.

4.1.3 Participação de acionistas não controladores

A participação de acionistas não controladores é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Os lucros, os prejuízos e os outros resultados abrangentes também são atribuídos separadamente dos atribuídos aos acionistas da Controladora, ainda que isso resulte em que as participações de acionistas não controladores tenham saldo deficitário.

4.1.4 Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os empreendimentos controlados em conjunto são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto ou de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

4.1.5 Operações em conjunto (consórcios)

Operação em conjunto é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

As operações em conjunto são contabilizadas na proporção de cota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que detém a participação.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf
Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

4.1.6 Combinação de negócios

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados utilizando o método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente e são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) é reconhecido como ágio (goodwill), apresentado no investimento nas demonstrações financeiras individuais da empresa adquirente e no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

O valor pago que se refira especificamente a direito de concessão adquirido em combinação de negócios onde a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido, não se caracteriza como goodwill e, portanto, são amortizados pelo período da concessão.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos pelos seus valores justos como investimento na adquirente e como provisão para litígios no balanço consolidado.

Nas aquisições de participação em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo e o ágio é apresentado no investimento.

4.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

4.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

4.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.3 Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se aos ativos financeiros das concessões com direito incondicional de receber caixa pela Companhia, garantido pelo Poder Concedente por cláusula contratual e legislação específica.

4.3.1 Bonificação pela outorga de contrato de concessão de geração em regime de cotas

O contrato de concessão de geração em regime de cotas prevê o pagamento de bonificação pela outorga ao Poder Concedente, nos termos do parágrafo 7° do artigo 8° da Lei nº 12.783/2013.

Esta bonificação é reconhecida como ativo financeiro por representar um direito incondicional de receber caixa, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda.

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês) definido pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE na Resolução 2/2015, a qual está sendo apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.3.2 Concessão de geração de energia elétrica

A Companhia operou e opera contratos de concessão de geração de energia elétrica que contém cláusulas de indenização da infraestrutura não depreciada, amortizada e/ou recebida durante o prazo da concessão. Após o vencimento, os saldos residuais dos ativos são transferidos para contas a receber vinculadas à concessão. Ao final de cada período de divulgação, a Administração avalia a recuperabilidade do ativo, remensurando seu fluxo de caixa com base em sua melhor estimativa.

4.4 Ativos de contrato

Representado pela construção em curso ou em serviço da infraestrutura delegada pelo Poder Concedente, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura.

4.4.1 Concessão de transmissão de energia elétrica

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e também faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida, já liquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 4.12) e por sua remuneração financeira (NE nº 4.11.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Rede Básica do Sistema Existente - RBSE

Os saldos dos ativos RBSE são compostos por um componente econômico, referente ao custo de capital dos ativos não depreciados em julho de 2017 e um componente financeiro, decorrente do direito pela Receita Anual Permitida – RAP do Contrato de concessão n° 060/2001 não recebida no período de janeiro de 2013 a junho de 2017, acrescido de atualização monetária e juros remuneratórios.

4.5 Contas a pagar vinculadas à concessão

Referem-se aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial da obrigação é feito na data da assinatura do contrato de concessão e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros. Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

4.6 Estoque (inclusive do ativo imobilizado e do ativo de contrato)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado e no ativo de contrato, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

4.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, que é revisada anualmente e ajustada, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.8 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além dos contratos de concessão apresentados a seguir.

4.8.1 Concessão onerosa de geração de energia elétrica

Corresponde à aquisição de direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica cujo contrato prevê pagamentos à União a título de Uso do Bem Público – UBP e/ou Bônus de Outorga.

O montante é reconhecido pelo valor presente das saídas de caixa futuras no período de vigência do contrato de concessão. Na data de início da operação comercial ou da aquisição do direito de exploração do empreendimento, o montante apresentado é fixado e amortizado durante o período da concessão.

4.8.2 Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

4.8.3 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

4.8.4 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

4.9 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

4.9.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

4.9.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor justo líquido da despesa de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Os ativos provenientes da concessão onerosa e direitos de concessão e/ou autorização de geração de energia elétrica, classificados como ativos intangíveis, têm seu valor recuperável testado juntamente com os demais ativos daquela unidade geradora de caixa.

Os valores recuperáveis dos ativos de contratos na sua fase de formação são testados no momento de sua mensuração, em decorrência principalmente da utilização da taxa efetiva de juros fixada no início do projeto e levada até o final do fluxo de caixa da concessão. Após o início da operação comercial a parte da receita faturada é testada no contas a receber de clientes e a parte a receber condicionada a cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura, a Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas, pois são garantidas por estruturas de fianças, pelo rateio compartilhado de eventual inadimplência entre os demais integrantes do sistema interligado nacional gerido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS e pela regulamentação do setor.

4.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

4.11 Reconhecimento da receita

4.11.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Para as empresas de geração eólica sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

A receita proveniente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. Além disso, a Companhia registra a receita não faturada, calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base no último faturamento e/ou considerando a energia contratada e sazonalizada no mês.

4.11.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica é reconhecida receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.12 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

4.13 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.14 Tributos

4.14.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

4.14.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

4.14.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

4.15 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela Companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivadas por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.16 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Quando da atualização monetária dos contratos, os ativos e passivos são remensurados para refletir as alterações nos pagamentos do arrendamento. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

4.17 Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

Ativos e passivos são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável por meio da venda. A reclassificação do ativo só deve ser efetuada quando a venda for altamente provável, o que significa que deve estar disponível para venda imediata nas condições atuais e deve existir o comprometimento da alta administração com o desinvestimento, com previsão de finalização em até 12 meses a partir da data da reclassificação. A mensuração dos ativos mantidos para venda e passivos associados é realizada pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Se o ativo representar uma importante linha separada de negócios, a referida transação é considerada uma operação descontinuada, e seus resultados e fluxos de caixa são apresentados de forma segregada.

4.18 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRS.

4.19 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1°.01.2023

A partir de 1°.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);

(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);

(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

4.20 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);

ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback" (a partir de 1º.01.2024);

iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);

iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);

v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	29.145	53.117	89.214	113.310
Aplicações financeiras de liquidez imediata	979.622	327.838	2.222.691	1.466.690
	1.008.767	**380.955**	**2.311.905**	**1.580.000**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação são remuneradas entre 92,0% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

6. Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 13 e 54 meses a partir do final do período, porém, a maior parte do saldo está registrada no ativo não circulante pois se refere a recursos vinculados à garantia financeira de contratos de longo prazo.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	74.200	66.196	405.249	353.361
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98,3% do CDI	62.391	56.826	82.541	75.008
		136.591	**123.022**	**487.790**	**428.369**

Certificado de Depósito Interbancário - CDI
(a) Tratam-se, em sua maioria, de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

7. Clientes

Controladora	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2023	Saldo 31.12.2022
Consumidores					
Outros créditos	-	37	41	78	51
	-	**37**	**41**	**78**	**51**
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	142.882	-	-	142.882	159.083
Contratos regulados	170.011	1.079	5.271	176.361	142.055
CCEE (7.1)	-	-	119.665	119.665	119.665
	312.893	**1.079**	**124.936**	**438.908**	**420.803**
Encargos de uso da rede elétrica	**98.827**	**6.695**	**9.950**	**115.472**	**94.716**
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	**(155)**	**(2)**	**(128.853)**	**(129.010)**	**(125.603)**
	411.565	**7.809**	**6.074**	**425.448**	**389.967**

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2023	Saldo 31.12.2022
Consumidores					
Outros créditos	-	37	41	78	51
	-	**37**	**41**	**78**	**51**
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	217.075	6.663	33	223.771	252.127
Contratos regulados	236.901	18.003	7.318	262.222	208.836
CCEE (7.1)	36.364	-	119.665	156.029	149.532
	490.340	**24.666**	**127.016**	**642.022**	**610.495**
Encargos de uso da rede elétrica	**104.852**	**7.393**	**10.680**	**122.925**	**101.033**
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	**(254)**	**(2)**	**(129.274)**	**(129.530)**	**(125.648)**
	594.938	**32.094**	**8.463**	**635.495**	**585.931**
			Circulante	**635.495**	**585.584**
			Não circulante	**-**	**347**

7.1 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

Do total apresentado, R$ 119.665 se referem à parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder. Como resultado de caso fortuito e força maior, a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada. Foram registradas perdas de crédito esperadas no mesmo valor do saldo a receber, conforme demonstrado na NE n° 7.2.

A Copel GeT moveu ação judicial em 2018 em face da Aneel com o intuito de impugnar as deliberações que rejeitaram o pedido de reconhecimento de excludentes de responsabilidade pelo deslocamento do cronograma de implantação da UHE Colíder constante do Contrato de Concessão nº 01/2011-MME-UHE Colíder, de que é titular, mantido também o cronograma de suprimento nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Foi concedida decisão liminar provisória favorável à Companhia junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região ("TRF1") para suspender os efeitos sancionatórios e contratuais das deliberações questionadas. Em maio de 2023 foi proferida sentença pelo Juízo Federal competente, em que se reconheceu os pedidos de forma parcial. A Copel GeT interpôs recurso de apelação ao TRF1 defendendo a extensão do reconhecimento das excludentes para todo período, e renovou o pedido de tutela recursal para manter a sustação dos efeitos das deliberações da Aneel, até o julgamento do recurso, o que foi novamente concedido em agosto de 2023 pelo Desembargador Relator. Aguarda-se o processamento e o julgamento do recurso.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios. Para os períodos em atraso o contrato foi cumprido e, em virtude do não julgamento do mérito da ação, a Companhia reconheceu a receita se limitando às cláusulas econômicas do contrato e às regras regulatórias, bem como ao custo da energia para cobertura do lastro contratual.

7.2 Perdas de créditos esperadas

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Adições/ (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2022	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2023
Consumidores							
Industrial	12	(12)	-	-	-	-	-
	12	**(12)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Concessionárias e permissionárias							
CCEE (7.1)	119.665	-	-	119.665	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	5.599	430	(91)	5.938	3.624	(217)	9.345
	125.264	**430**	**(91)**	**125.603**	**3.624**	**(217)**	**129.010**
	125.276	**418**	**(91)**	**125.603**	**3.624**	**(217)**	**129.010**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Adições/ (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2022	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2023
Consumidores							
Industrial	12	(12)	-	-	-	-	-
	12	**(12)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Concessionárias e permissionárias							
CCEE (7.1)	119.665	-	-	119.665	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	5.638	471	(126)	5.983	4.131	(249)	9.865
	125.303	**471**	**(126)**	**125.648**	**4.131**	**(249)**	**129.530**
	125.315	**459**	**(126)**	**125.648**	**4.131**	**(249)**	**129.530**

8. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Controladora e Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (8.1)	792.741	766.832
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (8.2)	71.835	68.642
	864.576	**835.474**
Circulante	9.354	8.603
Não circulante	855.222	826.871

8.1 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2022	**730.851**
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(82.458)
Juros efetivos (NE nº 29.1)	118.439
Em 31.12.2022	**766.832**
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(88.461)
Juros efetivos (NE nº 29.1)	114.370
Em 31.12.2023	**792.741**

A Copel GeT firmou em 05.01.2016, por 30 anos, contrato de concessão da UHE GPS, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento ao Poder Concedente da Bonificação pela Outorga no montante de R$ 574.827, conforme regras do Edital de Leilão Aneel n° 12/2015.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como ativo financeiro em função do direito incondicional da Copel GeT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

8.2 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2022	**102.220**
Remuneração	1.934
Ajustes ao valor justo	(35.512)
Em 31.12.2022	**68.642**
Ajustes ao valor justo	3.193
Em 31.12.2023	**71.835**

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até 2015, data de vencimento das concessões, e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão e subsequentemente mensurados pela melhor estimativa de valor justo. Em 2015 a Copel GeT manifestou à Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável, com a comprovação da realização dos respectivos investimentos, e em 2022 protocolou o relatório de avaliação do valor indenizável atualizado (NE nº 33.2.1 – d).

9. Ativos de contrato

Controladora e Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de concessão de transmissão	3.591.810	3.396.661	4.087.156	3.894.276
Contratos de concessão de transmissão - RBSE	1.315.947	1.416.200	1.315.947	1.416.200
	4.907.757	**4.812.861**	**5.403.103**	**5.310.476**
Circulante	268.260	205.647	284.616	220.660
Não circulante	4.639.497	4.607.214	5.118.487	5.089.816

9.1 Mutação dos ativos de contrato

	Controladora			Consolidado		
	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total
Em 1º.01.2022	**3.177.338**	**1.427.652**	**4.604.990**	**3.632.386**	**1.427.652**	**5.060.038**
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	-	-	-	721	-	721
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(337.533)	(213.378)	(550.911)	(389.939)	(213.378)	(603.317)
Transferências para o imobilizado	(3.822)	-	(3.822)	(3.822)	-	(3.822)
Transferência de litígios	-	-	-	(1.558)	-	(1.558)
Remuneração	445.507	201.926	647.433	509.722	201.926	711.648
Receita de construção	88.225	-	88.225	89.166	-	89.166
Margem de construção	1.456	-	1.456	1.458	-	1.458
Ganho por eficiência (9.1.1)	25.490	-	25.490	56.142	-	56.142
Em 31.12.2022	**3.396.661**	**1.416.200**	**4.812.861**	**3.894.276**	**1.416.200**	**5.310.476**
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	-	-	-	722	-	722
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(369.324)	(294.975)	(664.299)	(423.851)	(294.975)	(718.826)
Transferências para o imobilizado	(3.830)	-	(3.830)	(4.086)	-	(4.086)
Transferência de litígios	-	-	-	(458)	-	(458)
Remuneração	468.759	194.722	663.481	521.308	194.722	716.030
Receita de construção	85.482	-	85.482	85.181	-	85.181
Margem de construção	1.409	-	1.409	1.409	-	1.409
Ganho por eficiência (9.1.1)	12.653	-	12.653	12.655	-	12.655
Em 31.12.2023	**3.591.810**	**1.315.947**	**4.907.757**	**4.087.156**	**1.315.947**	**5.403.103**
Circulante			**268.260**			**284.616**
Não circulante			**4.639.497**			**5.118.487**

Em junho de 2022 foi emitida a Nota Técnica nº 85/2022-SGT/Aneel que tratou da análise dos pedidos de reconsideração sobre pagamento do componente financeiro e reperfilamento do Ativo RBSE, com decisão monocrática (Despacho nº 1.762/2022) deliberada por um diretor da Aneel sobre o referido tema. Esta decisão foi suspensa pelo colegiado, conforme Despacho n° 1.844/2022, e os termos da referida Nota Técnica estão em discussão pelas assessorias da Diretoria da Aneel, em conjunto com a Superintendência de Gestão Tarifária e Regulação Econômica, acerca das premissas, metodologias e cálculos considerados para formação deste componente tarifário. Mais recentemente, em 27.04.2023, foi emitida a Nota Técnica nº 85/2023–SGT/ANEEL, por meio da qual apresentou-se análise técnica das manifestações acerca dos cálculos apresentados na Nota Técnica nº 085/2022-SGT/Aneel. Tendo em vista que este assunto ainda não foi deliberado pela Diretoria colegiada da Aneel, os valores homologados por meio da Resolução Homologatória Aneel n 2.847 de 22.04.2021 seguem vigentes e contabilmente apropriados.

9.1.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados à moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados. Em junho de 2023 a Aneel homologou a revisão tarifária dos contratos de Concessão da Copel GeT nºs 006/2008 – Bateias/Pilarzinho, 022/2012 – Londrina/Figueira e 002/2013 – Assis/Paraguaçu Paulista II, com reposicionamento positivo em termos nominais de 11,15%, 4,15% e 7,84%, respectivamente, gerando um ganho de R$ 4.014 (Em 2022, a revisão tarifária dos contratos de Costa Oeste e Marumbi, apurou ganho de R$ 30.654).

9.1.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2023			31.12.2022		
		Ativo RBSE			Ativo RBSE	
	Ativo concessões	Financeiro	Econômico	Ativo concessões	Financeiro	Econômico
Margem de construção	1,65%	N/A	N/A	1,65%	N/A	N/A
Margem de operação e manutenção	1,65%	N/A	N/A	1,65%	N/A	N/A
Taxa de remuneração (a)	9,60% a.a.	8,11% a.a.	11,10% a.a.	9,58% a.a.	8,11% a.a.	11,10% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA (b)	IPCA	IPCA	IPCA (b)	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória (c)	574.028	201.158	157.525	523.713	91.276	151.560

(a) Taxa média dos contratos
(b) O contrato 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva, da Copel GET, e o 002/2005 - LT 525 kV Ivaiporã - Londrina, da Uirapuru, são corrigidos pelo IGPM.
(c) incremento na parcela financeira da RAP dos ativos RBSE, devido ao reperfilamento definido pela Resolução Homologatória nº 2.847/2021.

10. Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Serviços em curso (a)	78.212	102.620	79.809	104.550
Matéria-prima e insumos para produção de energia	61.317	58.367	61.317	58.367
Alienações e desativações em curso	13.615	9.845	20.521	20.735
Adiantamentos contratuais a fornecedores	9.697	11.019	13.244	11.265
Adiantamento a empregados	6.660	7.581	6.660	7.585
Serviços prestados a terceiros	14.156	15.337	5.536	6.877
Outros créditos	16.616	21.680	14.416	16.073
	200.273	**226.449**	**201.503**	**225.452**
Circulante	118.627	137.224	117.954	134.279
Não circulante	81.646	89.225	83.549	91.173

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

11. Tributos

11.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2023
Ativo não circulante							
Impairment	302.827	(17.486)	-	285.341	(72.054)	-	213.287
Benefícios pós-emprego	130.907	7.781	(30.023)	108.665	5.713	28.593	142.971
Provisões para litígios	141.078	(8.404)	-	132.674	(9.212)	-	123.462
Amortização do direito de concessão	47.578	4.839	-	52.417	4.839	-	57.256
Perdas de créditos esperadas	43.156	104	-	43.260	1.241	-	44.501
Programa de desligamentos voluntários	5.885	(5.951)	-	(66)	64.770	-	64.704
Passivo de arrendamentos	19.704	1.929		21.633	1.871	-	23.504
Provisão para compra de energia	18.039	-	-	18.039	2.803	-	20.842
Provisões por desempenho e participação nos lucros	29.738	(25.935)	-	3.803	5.919	-	9.722
Outros	50.994	10.654	-	61.648	1.732	-	63.380
	789.906	**(32.469)**	**(30.023)**	**727.414**	**7.622**	**28.593**	**763.629**
(-) Passivo não circulante							
Contratos de concessão	1.346.329	72.952	-	1.419.281	44.142	-	1.463.423
Custo atribuído ao imobilizado	326.498	(18.810)	-	307.688	(16.769)	-	290.919
Depreciação acelerada	102.323	25.832	-	128.155	18.382	-	146.537
Direito de uso de ativos	18.915	1.564		20.479	1.368	-	21.847
Atualização de depósitos judiciais	12.221	2.242	-	14.463	2.396	-	16.859
Outros	29.360	(3.820)	-	25.540	5.513	-	31.053
	1.835.646	**79.960**	**-**	**1.915.606**	**55.032**	**-**	**1.970.638**
Líquido	**(1.045.740)**	**(112.429)**	**(30.023)**	**(1.188.192)**	**(47.410)**	**28.593**	**(1.207.009)**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Reconhecido no resultado	Outros (a)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022	Reconhecido no resultado	Outros (a)	Reclassificação (b)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2023
Ativo não circulante										
Impairment	302.827	(17.486)	-	-	285.341	(72.054)	-	-	-	213.287
Benefícios pós-emprego	130.907	7.781	-	(30.023)	108.665	5.713	-	-	28.593	142.971
Provisões para litígios	147.187	(10.441)	-	-	136.746	(11.261)	4.643	-	-	130.128
Programa de desligamentos voluntários	5.741	(5.807)	-	-	(66)	64.770	-	-	-	64.704
Amortização do direito de concessão	47.578	4.839	-	-	52.417	4.839	-	-	-	57.256
Perdas de créditos esperadas	43.156	106	-	-	43.262	1.242	-	-	-	44.504
Passivo de arrendamentos	19.704	1.929	-		21.633	1.871	-	-		23.504
Provisão para compra de energia	18.039	-	-	-	18.039	2.803	-	-	-	20.842
Provisões por desempenho e participação nos lucros	29.882	(26.079)	-	-	3.803	5.919	-	-	-	9.722
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	48.157	(2.978)	-	-	45.179	(8.907)	-	(36.272)	-	-
Outros	51.837	3.612	-	-	55.449	10.529	-	-	-	65.978
	845.015	**(44.524)**	**-**	**(30.023)**	**770.468**	**5.464**	**4.643**	**(36.272)**	**28.593**	**772.896**
(-) Passivo não circulante										
Contratos de concessão	1.565.374	33.259	8.155	-	1.606.788	(2.994)	209.086	-	-	1.812.880
Custo atribuído ao imobilizado	326.498	(18.810)	-	-	307.688	(16.769)	-	-	-	290.919
Depreciação acelerada	102.324	25.832	-	-	128.156	18.382	-	-	-	146.538
Direito de uso de ativos	18.915	1.564	-	-	20.479	1.368	-	-		21.847
Atualização de depósitos judiciais	12.221	2.242	-	-	14.463	2.396	-	-	-	16.859
Outros	33.060	5.826	-	-	38.886	20.559	-	-	-	59.445
	2.058.392	**49.913**	**8.155**	**-**	**2.116.460**	**22.942**	**209.086**	**-**	**-**	**2.348.488**
Líquido	**(1.213.377)**	**(94.437)**	**(8.155)**	**(30.023)**	**(1.345.992)**	**(17.478)**	**(204.443)**	**(36.272)**	**28.593**	**(1.575.592)**
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	**48.156**				**36.271**					**-**
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	**(1.261.533)**				**(1.382.263)**					**(1.575.592)**

(a) Efeitos principalmente de combinação de negócios ocorridas em 2023 (NE nº 1.2) e 2022. (b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 38).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

11.1.1 Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, de acordo com as projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 29.02.2024.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos da Companhia, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos: realizados a medida em que ocorra a amortização e/ou depreciação do ativo reduzido;
- Custo atribuído do imobilizado: realizados a medida em que ocorra a amortização e/ou depreciação do ativo valorado;
- Contrato de concessão: realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros, considerando o limite estabelecido na legislação;
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2024	138.442	(152.582)	140.304	(204.915)
2025	31.347	(223.163)	32.085	(226.511)
2026	27.266	(209.760)	27.266	(212.487)
2027	24.065	(194.492)	24.065	(197.089)
2028	24.039	(171.860)	24.039	(174.457)
2029 a 2031	55.289	(431.871)	55.289	(438.522)
após 2031	463.181	(586.910)	469.848	(894.507)
	763.629	(1.970.638)	772.896	(2.348.488)

11.1.2 Créditos fiscais não reconhecidos

Além dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo, em 31.12.2023, a Companhia não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R$ 81.355 (R$ 192.379 em 31.12.2022) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos, principalmente na Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (subsidiária da Copel GeT). Em decorrência do processo de desinvestimento, o valor dos créditos não reconhecidos da UEGA em 31.12.2023 está apresentado na NE nº 38.

11.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	14.613	10.276	15.888	11.565
PIS/Pasep e Cofins a compensar	3.398	367	3.416	20.116
Outros tributos a compensar	677	669	689	697
	18.688	**11.312**	**19.993**	**32.378**
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	36.105	38.459	36.168	38.795
PIS/Pasep e Cofins	41.736	44.877	41.736	44.877
Outros tributos a compensar	958	1.047	1.754	1.508
	78.799	**84.383**	**79.658**	**85.180**
Passivo circulante				
ICMS a recolher	53	2	1.956	1.337
PIS/Pasep e Cofins a recolher	25.572	21.925	33.132	30.017
Outros tributos	31.620	13.784	36.406	17.327
	57.245	**35.711**	**71.494**	**48.681**
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	60.756	55.695	60.756	55.695
Outros tributos	-	-	-	6.331
	60.756	**55.695**	**60.756**	**62.026**

* Saldos de ativos e passivos apresentados de forma líquida, considerando o direito e a intenção da Companhia de realizar o ativo e o passivo em bases líquidas.

11.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.731.860	1.979.384	1.898.959	2.149.004
Equivalência patrimonial	(668.878)	(865.237)	(300.589)	(470.606)
	1.062.982	**1.114.147**	**1.598.370**	**1.678.398**
IRPJ e CSLL (34%)	(361.414)	(378.810)	(543.446)	(570.655)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	280.704	264.077	280.704	264.077
Despesas indedutíveis	(1.162)	(1.622)	(2.683)	(4.289)
Incentivos fiscais	1.022	3.926	5.667	7.511
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(23.450)	(26.622)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	18.844	35.677
Outros	26	-	(250)	(1.103)
IRPJ e CSLL correntes	(33.414)	-	(247.136)	(212.852)
IRPJ e CSLL diferidos	(47.410)	(112.429)	(17.478)	(82.552)
Alíquota efetiva - %	7,6%	10,1%	16,6%	17,6%

11.4 Reforma tributária do consumo

Em 20.12.2023, a Emenda Constitucional - EC 132 aprovou a reforma tributária do consumo, que substitui cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual de padrão internacional, formado pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS, federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de estados e municípios. A reforma cria ainda o Imposto Seletivo, de caráter regulatório, com o objetivo de desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Conforme a EC, os novos tributos terão início de vigência em 2026 (ano de calibragem), com a implantação completa a partir de 2033, encerrando-se a vigência dos atuais tributos até 2032. A aplicação dos novos tributos contará com regras gerais de não cumulatividade plena (creditamento amplo), regras equivalentes para o IBS e CBS, alíquotas equalizadas (ressalvados benefícios de redução específicos), base de incidência ampla, tributação no destino e cálculo por fora. Conforme previsto no texto da EC, haverá ainda a necessidade de regulamentações através de leis complementares que deverão ocorrer durante o ano de 2024.

Considerando as regras gerais estabelecidas no nível da referida EC, ainda não é possível determinar com exatidão os impactos finais da referida reforma para a Companhia. No entanto, considerando a atuação da Copel em negócios regulados, com preços e tarifas sujeitos a cláusulas contratuais de reequilíbrio econômico-financeiro, a Companhia espera que a implantação dos novos tributos não gere impacto relevante em seus resultados futuros. Para os segmentos de negócios com aplicação de preços de livre negociação, os contratos vigentes possuem, igualmente, cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro ou, alternativamente, poderão estar sujeitos a aplicação do artigo 21 da referida EC, de modo que também não há expectativa de impactos relevantes nos resultados futuros da Companhia.

12. Despesas Antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Prêmios de seguros	6.787	9.932	16.636	16.727
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	1.465	892	1.465	892
Outros	3.082	2.176	3.080	2.172
	11.334	**13.000**	**21.181**	**19.791**
Circulante	**11.334**	**13.000**	**21.181**	**19.791**
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**-**

13. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais (13.1)	72.176	55.949	72.183	62.279
Trabalhistas	17.910	26.918	17.961	27.366
Cíveis				
Cíveis	2.230	1.322	2.449	1.656
Servidões de passagem	2.048	2.932	2.070	2.956
	4.278	**4.254**	**4.519**	**4.612**
Outros	**4**	**4**	**4**	**4**
	94.368	87.125	94.667	94.261

13.1 Depósitos judiciais fiscais

Do saldo apresentado no consolidado, o montante de R$ 60.943 em 31.12.2023 (R$ 55.130 em 31.12.2022) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 11.2).

14. Investimentos

14.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Equivalência patrimonial (a)	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amortização	Dividendos e JSCP	Efeito de combinação de negócios (NE nº 1.2)	Reclassificação (b)	Saldo em 31.12.2023
Controladas										
UEGA	166.246	30.133	185	-	-	-	-	-	(196.564)	-
Bela Vista	229.656	6.532	-	-	-	-	(6.915)	-	-	229.273
São Bento	248.818	27.207	-	-	-	-	(25.389)	-	-	250.636
São Bento - direito de autorização	66.201	-	-	-	-	(2.830)	-	-	-	63.371
Cutia	1.167.358	(15.925)	-	-	-	-	-	-	-	1.151.433
Cutia - direito de autorização	7.285	-	-	-	-	(357)	-	-	-	6.928
Nova Asa Branca I	66.471	4.782	-	-	(30.000)	-	(1.136)	-	-	40.117
Nova Asa Branca I - direito de autorização	41.705	-	-	-	-	(1.793)	-	-	-	39.912
Nova Asa Branca II	70.071	4.948	-	-	(25.000)	-	(30.617)	-	-	19.402
Nova Asa Branca II - direito de autorização	42.132	-	-	-	-	(1.800)	-	-	-	40.332
Nova Asa Branca III	86.422	1.079	-	-	(34.500)	-	(20.025)	-	-	32.976
Nova Asa Branca III - direito de autorização	40.603	-	-	-	-	(1.740)	-	-	-	38.863
Nova Eurus IV	76.220	7.770	-	-	(26.000)	-	(39.046)	-	-	18.944
Nova Eurus IV - direito de autorização	42.999	-	-	-	-	(1.844)	-	-	-	41.155
Santa Maria	82.737	5.215	-	-	-	-	(1.238)	-	-	86.714
Santa Maria - direito de autorização	22.374	-	-	-	-	(916)	-	-	-	21.458
Santa Helena	84.612	5.605	-	-	-	-	(1.331)	-	-	88.886
Santa Helena - direito de autorização	24.085	-	-	-	-	(992)	-	-	-	23.093
Ventos de Santo Uriel	29.787	(333)	-	-	(5.000)	-	(6.402)	-	-	18.052
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	11.329	-	-	-	-	(464)	-	-	-	10.865
Costa Oeste	126.270	17.467	-	-	-	-	(4.148)	-	-	139.589
Costa Oeste - mais valia	2.076	444	-	-	-	-	-	-	-	2.520
Costa Oeste - direito de concessão	2.479	-	-	-	-	(132)	-	-	-	2.347
Marumbi	192.863	25.938	-	-	-	-	(6.160)	-	-	212.641
Marumbi - menos valia	(3.495)	1.172	-	-	-	-	-	-	-	(2.323)
Marumbi - direito de concessão	1.532	-	-	-	-	(80)	-	-	-	1.452
Uirapuru	184.949	16.181	-	-	-	-	(21.140)	-	-	179.990
Uirapuru - menos valia	(11.890)	2.563	-	-	-	-	-	-	-	(9.327)
Uirapuru - direito de concessão	15.534	-	-	-	-	(1.284)	-	-	-	14.250
FDA Geração de Energia	563.171	233.515	-	-	-	-	(162.632)	-	-	634.054
Jandaíra I	68.711	1.215	-	2.140	-	-	-	-	-	72.066
Jandaíra II	65.938	3.962	-	2.441	-	-	(941)	-	-	71.400
Jandaíra III	72.139	1.715	-	8.919	-	-	(280)	-	-	82.493
Jandaíra IV	72.342	2.109	-	5.500	-	-	(501)	-	-	79.450
Brownfield	54.577	2.313	-	-	-	-	(1.251)	-	-	55.639
Brownfield - mais valia	47.985	(1.504)	-	-	-	-	-	-	-	46.481
Brownfield - ágio técnico	24.022	-	-	-	-	-	-	-	-	24.022
Ventos de Serra do Mel	121.189	5.167	-	-	-	-	(2.926)	-	-	123.430
Ventos de Serra do Mel - mais valia	105.990	(3.320)	-	-	-	-	-	-	-	102.670
Ventos de Serra do Mel - ágio técnico	53.117	-	-	-	-	-	-	-	-	53.117
Potiguar B61	127.039	1.701	-	-	-	-	(506)	-	-	128.234
Potiguar B61 - mais valia	38.230	(1.196)	-	-	-	-	-	-	-	37.034
Potiguar B61 - ágio técnico	25.235	-	-	-	-	-	-	-	-	25.235
Aventura	-	(2.927)	-	-	-	-	(12.870)	188.056	-	172.259
Aventura - mais valia	-	(4.895)	-	-	-	-	-	161.956	-	157.061
Aventura - ágio técnico	-	-	-	-	-	-	-	83.431	-	83.431
SRMN	-	11.083	-	-	-	-	(2.517)	215.128	-	223.694
SRMN - mais valia	-	(7.099)	-	-	-	-	-	234.903	-	227.804
SRMN - ágio técnico	-	-	-	-	-	-	-	121.010	-	121.010
	4.557.114	**382.617**	**185**	**19.000**	**(120.500)**	**(14.232)**	**(347.971)**	**1.004.484**	**(196.564)**	**5.284.133**
Empreendimentos controlados em conjunto (14.3)										
Caiuá	125.297	12.262	-	-	-	-	(4.485)	-	-	133.074
Integração Maranhense	192.505	24.218	-	10.780	-	-	(15.440)	-	-	212.063
Matrinchã	931.529	77.493	-	-	-	-	(14.022)	-	-	995.000
Guaraciaba	467.099	30.871	-	-	-	-	(5.887)	-	-	492.083
Paranaíba	263.980	36.269	-	-	-	-	(8.226)	-	-	292.023
Mata de Santa Genebra	692.261	58.262	-	-	-	-	(13.837)	-	-	736.686
Cantareira	473.368	44.563	-	-	-	-	(49.620)	-	-	468.311
	3.146.039	**283.938**	**-**	**10.780**	**-**	**-**	**(111.517)**	**-**	**-**	**3.329.240**
Coligadas (14.4)										
Foz do chopim	17.115	16.651	-	-	-	-	(17.654)	-	-	16.112
	17.115	**16.651**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(17.654)**	**-**	**-**	**16.112**
	7.720.268	683.206	185	29.780	(120.500)	(14.232)	(477.142)	1.004.484	(196.564)	8.629.485

(a) Valores ajustados em função da cessação de depreciação de ativos reclassificados para mantidos para venda.
(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 38).

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amortização	Dividendos e JSCP	Efeito de combinação de negócios (NE nº 1.1.1)	Saldo em 31.12.2022
Controladas									
UEGA	329.212	(162.903)	(63)	-	-	-	-	-	166.246
Bela Vista	220.652	10.740	-	-	-	-	(1.736)	-	229.656
São Bento	228.564	26.563	-	-	-	-	(6.309)	-	248.818
São Bento - direito de autorização	69.030	-	-	-	-	(2.829)	-	-	66.201
Cutia	1.212.319	(44.961)	-	-	-	-	-	-	1.167.358
Cutia - direito de autorização	7.641	-	-	-	-	(356)	-	-	7.285
Nova Asa Branca I	60.666	7.613	-	-	-	-	(1.808)	-	66.471
Nova Asa Branca I - direito de autorização	43.497	-	-	-	-	(1.792)	-	-	41.705
Nova Asa Branca II	63.304	8.874	-	-	-	-	(2.107)	-	70.071
Nova Asa Branca II - direito de autorização	43.933	-	-	-	-	(1.801)	-	-	42.132
Nova Asa Branca III	87.655	(1.233)	-	-	-	-	-	-	86.422
Nova Asa Branca III - direito de autorização	42.344	-	-	-	-	(1.741)	-	-	40.603
Nova Eurus IV	67.470	11.476	-	-	-	-	(2.726)	-	76.220
Nova Eurus IV - direito de autorização	44.843	-	-	-	-	(1.844)	-	-	42.999
Santa Maria	79.327	4.472	-	-	-	-	(1.062)	-	82.737
Santa Maria - direito de autorização	23.290	-	-	-	-	(916)	-	-	22.374
Santa Helena	80.055	5.976	-	-	-	-	(1.419)	-	84.612
Santa Helena - direito de autorização	25.077	-	-	-	-	(992)	-	-	24.085
Ventos de Santo Uriel	29.986	(199)	-	-	-	-	-	-	29.787
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	11.794	-	-	-	-	(465)	-	-	11.329
Costa Oeste	104.916	28.005	-	-	-	-	(6.651)	-	126.270
Costa Oeste - mais valia	1.535	541	-	-	-	-	-	-	2.076
Costa Oeste - direito de concessão	2.611	-	-	-	-	(132)	-	-	2.479
Marumbi	161.790	40.752	-	-	-	-	(9.679)	-	192.863
Marumbi - menos valia	(4.742)	1.247	-	-	-	-	-	-	(3.495)
Marumbi - direito de concessão	1.613	-	-	-	-	(81)	-	-	1.532
Uirapuru	175.227	24.278	-	-	-	-	(14.556)	-	184.949
Uirapuru - menos valia	(14.534)	2.644	-	-	-	-	-	-	(11.890)
Uirapuru - direito de concessão	16.818	-	-	-	-	(1.284)	-	-	15.534
FDA Geração de Energia	701.122	245.421	-	-	-	-	(383.372)	-	563.171
Jandaíra I	58.675	(665)	-	10.701	-	-	-	-	68.711
Jandaíra II	40.106	1.608	-	24.275	-	-	(51)	-	65.938
Jandaíra III	46.069	494	-	25.576	-	-	-	-	72.139
Jandaíra IV	48.958	2.707	-	21.070	-	-	(393)	-	72.342
Brownfield	56.619	4.352	-	-	-	-	-	(6.394)	54.577
Brownfield - mais valia	44.601	(1.628)	-	-	-	-	-	5.012	47.985
Brownfield - ágio técnico	22.976	-	-	-	-	-	-	1.046	24.022
Ventos de Serra do Mel	125.674	9.639	-	-	-	-	-	(14.124)	121.189
Ventos de Serra do Mel - mais valia	98.552	(3.597)	-	-	-	-	-	11.035	105.990
Ventos de Serra do Mel - ágio técnico	50.769	-	-	-	-	-	-	2.348	53.117
Potiguar B61	131.081	838	-	-	-	-	-	(4.880)	127.039
Potiguar B61 - mais valia	39.746	(1.296)	-	-	-	-	-	(220)	38.230
Potiguar B61 - ágio técnico	20.475	-	-	-	-	-	-	4.760	25.235
	4.701.316	**221.758**	**(63)**	**81.622**	**-**	**(14.233)**	**(431.869)**	**(1.417)**	**4.557.114**
Empreendimentos controlados em conjunto (14.3)									
Caiuá	106.977	23.806	-	-	-	-	(5.486)	-	125.297
Integração Maranhense	166.565	32.824	-	-	-	-	(6.884)	-	192.505
Matrinchã	811.773	162.298	-	-	-	-	(42.542)	-	931.529
Guaraciaba	407.615	82.251	-	-	-	-	(22.767)	-	467.099
Paranaíba	226.924	47.623	-	-	-	-	(10.567)	-	263.980
Mata de Santa Genebra	710.990	56.140	-	-	(61.536)	-	(13.333)	-	692.261
Cantareira	437.329	45.293	-	-	-	-	(9.254)	-	473.368
	2.868.173	**450.235**	**-**	**-**	**(61.536)**	**-**	**(110.833)**	**-**	**3.146.039**
Coligadas (14.4)									
Foz do chopim	19.101	20.371	-	-	-	-	(22.357)	-	17.115
	19.101	**20.371**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(22.357)**	**-**	**17.115**
	7.588.590	692.364	(63)	81.622	(61.536)	(14.233)	(565.059)	(1.417)	7.720.268

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.12.2023
Empreendimentos controlados em conjunto (14.3)					
Caiuá	125.297	12.262	-	(4.485)	133.074
Integração Maranhense	192.505	24.218	10.780	(15.440)	212.063
Matrinchã	931.529	77.493	-	(14.022)	995.000
Guaraciaba	467.099	30.871	-	(5.887)	492.083
Paranaíba	263.980	36.269	-	(8.226)	292.023
Mata de Santa Genebra	692.261	58.262	-	(13.837)	736.686
Cantareira	473.368	44.563	-	(49.620)	468.311
	3.146.039	**283.938**	**10.780**	**(111.517)**	**3.329.240**
Coligadas (14.4)					
Foz do chopim	17.115	16.651	-	(17.654)	16.112
	17.115	**16.651**	**-**	**(17.654)**	**16.112**
	3.163.154	300.589	10.780	(129.171)	3.345.352

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.12.2022
Empreendimentos controlados em conjunto (14.3)					
Caiuá	106.977	23.806	-	(5.486)	125.297
Integração Maranhense	166.565	32.824	-	(6.884)	192.505
Matrinchã	811.773	162.298	-	(42.542)	931.529
Guaraciaba	407.615	82.251	-	(22.767)	467.099
Paranaíba	226.924	47.623	-	(10.567)	263.980
Mata de Santa Genebra	710.990	56.140	(61.536)	(13.333)	692.261
Cantareira	437.329	45.293	-	(9.254)	473.368
	2.868.173	**450.235**	**(61.536)**	**(110.833)**	**3.146.039**
Coligadas (14.4)					
Foz do chopim	19.101	20.371	-	(22.357)	17.115
	19.101	**20.371**	**-**	**(22.357)**	**17.115**
	2.887.274	470.606	(61.536)	(133.190)	3.163.154

14.2 Controladas com participação de não controladores

14.2.1 Informações financeiras resumidas

UEG Araucária	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO	423.367	334.418
Ativo circulante	36.580	97.586
Ativo não circulante	386.787	236.832
PASSIVO	423.367	334.418
Passivo circulante	49.797	45.115
Passivo não circulante	55.959	16.322
Patrimônio líquido	317.611	272.981
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	-	98.508
Custos e despesas operacionais	4.674	(365.522)
Resultado financeiro	2.856	11.407
Tributos	36.795	(11.885)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**44.325**	**(267.492)**
Outros resultados abrangentes	304	(103)
Resultado abrangente do exercício	**44.629**	**(267.595)**
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(67.767)	(94.401)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(9.870)	(139.033)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	35.000	(147)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(42.637)	(233.581)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	64.991	298.572
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	22.354	64.991
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(42.637)	(233.581)

Conforme NE nº 38, a UEGA está em processo de desinvestimento. Os saldos apresentados no quadro acima consideram os valores desta empresas antes de qualquer eliminação de saldos *intercompany* e da cessação da depreciação efetuada após a reclassificação dos ativos para mantidos para venda.

14.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	UEG Araucária: 39,1%
Em 1º.01.2022	211.363
Prejuízo do exercício	(104.593)
Outros resultados abrangentes	(40)
Em 31.12.2022	106.730
Lucro líquido do exercício	19.351
Outros resultados abrangentes	119
Em 31.12.2023	126.200

14.3 Informações resumidas dos principais empreendimentos controlados em conjunto

31.12.2023	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
ATIVO	335.003	585.668	2.984.765	1.611.484	2.047.430	3.768.174	1.799.642
Ativo circulante	**42.176**	**68.873**	**432.126**	**209.444**	**255.100**	**689.261**	**182.210**
Caixa e equivalentes de caixa	13.592	9.247	129.197	52.346	58.781	23.560	23.092
Outros ativos circulantes	28.584	59.626	302.929	157.098	196.319	665.701	159.118
Ativo não circulante	**292.827**	**516.795**	**2.552.639**	**1.402.040**	**1.792.330**	**3.078.913**	**1.617.432**
PASSIVO	335.003	585.668	2.984.765	1.611.484	2.047.430	3.768.174	1.799.642
Passivo circulante	**18.076**	**12.559**	**172.783**	**147.180**	**142.254**	**115.975**	**82.109**
Passivos financeiros	5.710	8.047	133.551	46.632	71.258	77.365	43.716
Outros passivos circulantes	12.366	4.512	39.232	100.548	70.996	38.610	38.393
Passivo não circulante	**45.349**	**140.334**	**781.369**	**460.052**	**713.251**	**2.181.769**	**761.795**
Passivos financeiros	23.381	32.919	493.603	360.398	416.535	1.685.717	410.552
Outros passivos não circulantes	21.968	107.415	287.766	99.654	296.716	496.052	351.243
Patrimônio líquido	**271.578**	**432.775**	**2.030.613**	**1.004.252**	**1.191.925**	**1.470.430**	**955.738**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	36.562	63.370	313.948	165.557	282.153	393.463	177.852
Custos e despesas operacionais	(7.069)	1.051	(42.853)	(25.321)	(19.808)	(64.658)	(8.992)
Despesas de juros	(2.817)	(4.236)	(70.612)	(43.496)	(58.254)	(117.202)	(39.969)
Receitas financeiras e demais despesas financeiras	2.437	3.970	22.390	8.472	9.899	(36.378)	8.354
Provisão para IR e CSLL	(4.088)	(14.735)	(64.724)	(42.209)	(65.954)	(58.933)	(46.300)
Lucro líquido do exercício	**25.025**	**49.420**	**158.149**	**63.003**	**148.036**	**116.292**	**90.945**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**25.025**	**49.420**	**158.149**	**63.003**	**148.036**	**116.292**	**90.945**
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	133.074	212.063	995.000	492.083	292.023	736.686	468.311

31.12.2022	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
ATIVO	327.819	588.279	2.935.068	1.568.964	1.921.848	3.587.501	1.805.583
Ativo circulante	**38.421**	**78.790**	**427.118**	**211.094**	**223.010**	**539.668**	**226.945**
Caixa e equivalentes de caixa	13.440	28.997	136.878	56.436	56.518	32.903	73.866
Outros ativos circulantes	24.981	49.793	290.240	154.658	166.492	506.765	153.079
Ativo não circulante	**289.398**	**509.489**	**2.507.950**	**1.357.870**	**1.698.838**	**3.047.833**	**1.578.638**
PASSIVO	327.819	588.279	2.935.068	1.568.964	1.921.848	3.587.501	1.805.583
Passivo circulante	**22.569**	**59.771**	**225.502**	**154.404**	**125.681**	**113.772**	**92.290**
Passivos financeiros	7.273	12.774	130.033	42.260	59.606	70.775	59.850
Outros passivos circulantes	15.296	46.997	95.469	112.144	66.075	42.997	32.440
Passivo não circulante	**49.542**	**135.645**	**808.485**	**461.297**	**718.700**	**2.091.971**	**747.233**
Passivos financeiros	28.705	40.415	578.340	397.181	475.804	1.668.794	423.563
Outros passivos não circulantes	20.837	95.230	230.145	64.116	242.896	423.177	323.670
Patrimônio líquido	**255.708**	**392.863**	**1.901.081**	**953.263**	**1.077.467**	**1.381.758**	**966.060**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	62.864	100.482	518.428	266.855	231.960	415.526	188.348
Custos e despesas operacionais	(5.876)	(4.022)	(33.073)	(40.926)	(20.181)	(68.472)	(10.885)
Despesas de juros	(3.225)	(4.914)	(76.652)	(45.487)	(55.971)	(117.725)	(40.077)
Receitas financeiras e demais despesas financeiras	1.620	2.628	17.109	7.889	7.541	(59.597)	2.262
Provisão para IR e CSLL	(6.802)	(27.185)	(94.589)	(20.473)	31.030	(57.676)	(47.212)
Lucro líquido do exercício	**48.581**	**66.989**	**331.223**	**167.858**	**194.379**	**112.056**	**92.436**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**48.581**	**66.989**	**331.223**	**167.858**	**194.379**	**112.056**	**92.436**
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	125.297	192.505	931.529	467.099	263.980	692.261	473.368

Em 31.12.2023, a participação da Copel GeT nos passivos contingentes classificados como perda possível equivale a R$ 373.771 (R$ 411.564 em 31.12.2022).

14.4 Informações resumidas das principais coligadas

	Foz do Chopim	
	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO	47.069	51.449
Ativo circulante	9.330	11.730
Ativo não circulante	37.739	39.719
PASSIVO	47.069	51.449
Passivo circulante	2.022	3.596
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	45.047	47.853
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	60.593	77.779
Depreciação e amortização	(2.634)	(2.957)
Outros custos e despesas operacionais	(9.610)	(15.707)
Resultado financeiro	207	449
Provisão para IR e CSLL	(2.009)	(2.617)
Lucro líquido do exercício	**46.547**	**56.947**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**46.547**	**56.947**
Participação na coligada - %	35,77	35,77
Valor contábil do investimento	16.113	17.116

Em 31.12.2023, não há passivos contingentes na coligada, Foz do Chopim.

15. Imobilizado

15.1 Imobilizado por classe de ativos

Controladora	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	5.431.941	(2.547.747)	2.884.194	5.431.492	(2.421.901)	3.009.591
Máquinas e equipamentos	3.214.035	(1.520.448)	1.693.587	2.955.074	(1.455.866)	1.499.208
Edificações	1.216.729	(491.372)	725.357	1.201.731	(462.986)	738.745
Terrenos	439.981	(59.400)	380.581	437.889	(51.341)	386.548
Veículos e aeronaves	13.001	(11.064)	1.937	35.349	(33.007)	2.342
Móveis e utensílios	8.627	(5.653)	2.974	10.825	(7.513)	3.312
(-) *Impairment* (15.4)	(674.078)	-	(674.078)	(677.074)	-	(677.074)
(-) Obrigações especiais	(6.876)	509	(6.367)	(579)	295	(284)
	9.643.360	**(4.635.175)**	**5.008.185**	**9.394.707**	**(4.432.319)**	**4.962.388**
Em curso						
Custo	265.910	-	265.910	502.432	-	502.432
(-) *Impairment* (15.4)	(14.879)	-	(14.879)	(186.383)	-	(186.383)
	251.031	**-**	**251.031**	**316.049**	**-**	**316.049**
	9.894.391	(4.635.175)	5.259.216	9.710.756	(4.432.319)	5.278.437

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.845.803	(4.894.234)	2.951.569	7.845.355	(4.764.451)	3.080.904
Máquinas e equipamentos	9.565.637	(2.965.022)	6.600.615	8.729.417	(2.945.782)	5.783.635
Edificações	1.944.103	(1.142.280)	801.823	1.936.842	(1.128.898)	807.944
Terrenos	475.992	(62.079)	413.913	490.043	(53.042)	437.001
Veículos e aeronaves	13.001	(11.064)	1.937	35.349	(33.007)	2.342
Móveis e utensílios	10.439	(6.891)	3.548	12.614	(8.843)	3.771
(-) *Impairment* (15.4)	(674.078)	-	(674.078)	(785.206)	-	(785.206)
(-) Obrigações especiais	(6.875)	508	(6.367)	(747)	329	(418)
	19.174.022	**(9.081.062)**	**10.092.960**	**18.263.667**	**(8.933.694)**	**9.329.973**
Em curso						
Custo	367.974	-	367.974	569.598	-	569.598
(-) *Impairment* (15.4)	(14.879)	-	(14.879)	(186.383)	-	(186.383)
	353.095	**-**	**353.095**	**383.215**	**-**	**383.215**
	19.527.117	(9.081.062)	10.446.055	18.646.882	(8.933.694)	9.713.188

Em 25.03.2023, após encerramento da parada programada para inspeção da unidade geradora 3 da UHE GBM, usina pertencente à FDA, subsidiária da Copel GET, foi identificada uma avaria isolada no anel de desgaste superior do rotor da turbina. Os procedimentos de recuperação foram concluídos em dezembro de 2023 e a montagem do equipamento na usina está em andamento, com retorno da operação da unidade geradora previsto para ocorrer até abril de 2024.

Em 07.06.2023 a central geradora (*Stream Diver*) da PCH Bela Vista foi liberada para início da operação comercial, finalizando 100% do empreendimento. Porém, a entrada em operação comercial das três unidades geradoras já ocorreu durante o ano de 2021.

15.2 Mutação do imobilizado

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.009.591	-	(125.862)	(15)	480	2.884.194
Máquinas e equipamentos	1.499.208	-	(92.987)	(1.708)	289.074	1.693.587
Edificações	738.745	-	(29.656)	(517)	16.785	725.357
Terrenos	386.548	-	(8.058)	(475)	2.566	380.581
Veículos e aeronaves	2.342	-	(456)	(1)	52	1.937
Móveis e utensílios	3.312	-	(345)	(202)	209	2.974
(-) *Impairment* (15.4)	(677.074)	174.500	-	-	(171.504)	(674.078)
(-) Obrigações especiais	(284)	-	214	-	(6.297)	(6.367)
	4.962.388	**174.500**	**(257.150)**	**(2.918)**	**131.365**	**5.008.185**
Em curso						
Custo	502.432	62.515	-	-	(299.037)	265.910
(-) *Impairment* (15.4)	(186.383)	-	-	-	171.504	(14.879)
	316.049	**62.515**	**-**	**-**	**(127.533)**	**251.031**
	5.278.437	237.015	(257.150)	(2.918)	3.832	5.259.216

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.131.861	-	(127.970)	-	5.700	3.009.591
Máquinas e equipamentos	1.575.453	-	(88.637)	(1.400)	13.792	1.499.208
Edificações	767.795	-	(29.314)	(306)	570	738.745
Terrenos	394.210	-	(7.944)	(381)	663	386.548
Veículos e aeronaves	1.107	-	(381)	-	1.616	2.342
Móveis e utensílios	2.596	-	(327)	(42)	1.085	3.312
(-) *Impairment* (15.4)	(710.510)	33.436	-	-	-	(677.074)
(-) Obrigações especiais	(325)	-	82	-	(41)	(284)
	5.162.187	**33.436**	**(254.491)**	**(2.129)**	**23.385**	**4.962.388**
Em curso						
Custo	389.630	132.370	-	(6)	(19.562)	502.432
(-) *Impairment* (15.4)	(187.382)	999	-	-	-	(186.383)
	202.248	**133.369**	**-**	**(6)**	**(19.562)**	**316.049**
	5.364.435	166.805	(254.491)	(2.135)	3.823	5.278.437

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transferências	Combinação de negócios (NE nº 1.2)	Reclassificação (a)	Saldo em 31.12.2023
Em serviço								
Reservatórios, barragens, adutoras	3.080.904	-	(129.800)	(15)	480	-	-	2.951.569
Máquinas e equipamentos	5.783.635	-	(381.008)	(1.802)	289.384	1.139.428	(229.022)	6.600.615
Edificações	807.944	-	(34.181)	(517)	37.746	-	(9.169)	801.823
Terrenos	437.001	-	(9.037)	(486)	1.484	-	(15.049)	413.913
Veículos e aeronaves	2.342	-	(456)	(2)	53	-	-	1.937
Móveis e utensílios	3.771	-	(413)	(220)	513	5	(108)	3.548
(-) *Impairment* (15.4)	(785.206)	282.632	-	-	(171.504)	-	-	(674.078)
(-) Obrigações especiais	(418)	-	247	-	(6.298)	-	102	(6.367)
	9.329.973	**282.632**	**(554.648)**	**(3.042)**	**151.858**	**1.139.433**	**(253.246)**	**10.092.960**
Em curso								
Custo	569.598	122.645	-	(7.590)	(323.849)	47.675	(40.505)	367.974
(-) *Impairment* (15.4)	(186.383)	-	-	-	171.504	-	-	(14.879)
	383.215	**122.645**	**-**	**(7.590)**	**(152.345)**	**47.675**	**(40.505)**	**353.095**
	9.713.188	405.277	(554.648)	(10.632)	(487)	1.187.108	(293.751)	10.446.055

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 38).

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.213.919	-	(138.715)	-	5.700	3.080.904
Máquinas e equipamentos	5.459.236	-	(325.332)	(29.678)	679.409	5.783.635
Edificações	832.571	-	(33.733)	(333)	9.439	807.944
Terrenos	444.147	-	(9.040)	(381)	2.275	437.001
Veículos e aeronaves	1.107	-	(381)	-	1.616	2.342
Móveis e utensílios	3.136	-	(395)	(58)	1.088	3.771
(-) *Impairment* (15.4)	(710.510)	(74.696)	-	-	-	(785.206)
(-) Obrigações especiais	(502)	-	125	-	(41)	(418)
	9.243.104	**(74.696)**	**(507.471)**	**(30.450)**	**699.486**	**9.329.973**
Em curso						
Custo	720.606	547.185	-	(12.324)	(685.869)	569.598
(-) *Impairment* (15.4)	(187.382)	999	-	-	-	(186.383)
	533.224	**548.184**	**-**	**(12.324)**	**(685.869)**	**383.215**
	9.776.328	473.488	(507.471)	(42.774)	13.617	9.713.188

Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 2023 estes custos totalizaram R$ 2.355, à taxa média de 0,051% a.a. (R$ 13.468, à taxa média de 0,32% a.a., em 2022).

15.3 Operações em conjunto – consórcios

Os valores registrados no imobilizado estão proporcionais a participação da Copel GeT nos ativos das usinas, conforme demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	31.12.2023	31.12.2022
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	**51,0**			
Em serviço			859.888	859.882
(-) Depreciação Acumulada		2,74	(313.253)	(288.728)
Em curso			20.447	19.899
			567.082	**591.053**
UHE Baixo Iguaçu	**30,0**			
Em serviço			697.225	693.487
(-) Depreciação Acumulada		3,29	(110.039)	(87.278)
Em curso			42.989	55.863
			630.175	**662.072**
			1.197.257	1.253.125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

15.4 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos do segmento de geração

A partir da análise de indicativos de *impairment*, de premissas representativas das melhores estimativas da Administração da Companhia, da metodologia prevista no CPC 01 / IAS 36 e da mensuração do valor em uso foram testadas as unidades geradoras de caixa do segmento geração de energia elétrica.

O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixa operacionais descontados pelo horizonte das concessões, mantendo-se as atuais condições comerciais da companhia. A taxa utilizada para descontar o fluxo de caixa foi definida e atualizada a partir da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) e CAPM (Modelo de Precificação de Ativos), por tipo de fonte, para o segmento de geração, considerando parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, atualização do cronograma de obras e montante de investimentos para empreendimentos em curso, embasam a definição de premissas chaves pela Administração. No mesmo contexto, referências externas como o nível de consumo de energia elétrica e a disponibilidade de recursos hídricos subsidiam as principais informações dos fluxos de caixa estimados.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político e econômico, por exemplo, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando as taxas de desconto utilizadas nos testes.

De forma geral, os testes contemplaram as seguintes premissas chaves:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxas de desconto após os impostos atualizadas, específicas para cada tipo de fonte testada, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos vigentes, e expectativa de mercado futuro, sem previsão de renovação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas a partir do orçamento aprovado pela Companhia;
- Atualização de encargos regulatórios.

A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos de geração como unidade geradora de caixa independente.

Em 31.12.2023, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

Consolidado			Imobilizado	
	Custo	Depreciação	*Impairment*	Valor em uso
UHE Colíder	2.580.309	(386.847)	(498.906)	1.694.556
Consórcio Tapajós (a)	14.879	-	(14.879)	-
Usinas no Paraná	462.999	(157.542)	(175.171)	130.286
	3.058.187	**(544.389)**	**(688.956)**	**1.824.841**

(a) Projeto em desenvolvimento

O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo de *impairment*:

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	*Impairment* / Reversão	Saldo em 31.12.2022	*Impairment* / Reversão	Transferência	Saldo em 31.12.2023
Em serviço						
UHE Colíder	(639.529)	6.970	(632.559)	133.653	-	(498.906)
UEGA (NE nº 38)	-	(108.132)	(108.132)	108.132	-	-
Usinas no Paraná	(70.981)	26.466	(44.515)	40.847	(171.504)	(175.172)
	(710.510)	**(74.696)**	**(785.206)**	**282.632**	**(171.504)**	**(674.078)**
Em curso						
Consórcio Tapajós	(14.879)	-	(14.879)	-	-	(14.879)
Usinas no Paraná	(172.503)	999	(171.504)	-	171.504	-
	(187.382)	**999**	**(186.383)**	**-**	**171.504**	**(14.879)**
	(897.892)	**(73.697)**	**(971.589)**	**282.632**	**-**	**(688.957)**

A transferência apresentada no quadro acima se refere a reclassificação do saldo acumulado de impairment da UTE Figueira, realizada após a finalização da obra de modernização e a entrada em operação comercial da usina

15.4.1 UHE Colíder e Usinas hídricas no Paraná

Em dezembro de 2023, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia e a taxa de desconto depois dos impostos de 5,43% a.a. (em 2022, 5,71% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica para fonte hídrica. O aumento dos encargos regulatórios compensado pela melhora nas estimativas de receita com venda de energia elétrica e, também, pela redução dos custos operacionais e redução da taxa de desconto, impactaram na reversão parcial do saldo de impairment registrado em períodos anteriores.

15.4.2 UTE Figueira

Em dezembro de 2023, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia, a taxa de desconto depois dos impostos de 5,74% a.a. (em 2022, 6,23% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica para fonte térmica, o saldo de carvão não consumido a ser ressarcido pela conta CDE e a revisão de custos operacionais. A revisão deste conjunto de premissas impactou na reversão parcial do saldo de impairment registrado em períodos anteriores.

15.4.3 Unidades geradoras de caixa que não apresentam reversão ou provisão para *impairment*

As usinas que não sofreram impairment tem valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. A tabela a seguir apresenta a porcentagem em que o valor recuperável ("VR") excede o valor contábil ("VC") dos ativos e demonstra a análise de sensibilidade aumentando em 5% e 10% a taxa de desconto para avaliação do risco de impairment de cada empreendimento.

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	VR/VC-1	VR/VC-1 (5% Variação)	VR/VC-1 (10% Variação)	Risco de *Impairment*
Ativos Eólicos					
Complexo São Bento (a)	8,17%	78,56%	73,72%	69,09%	-
Complexo Brisa I (b)	8,17%	74,49%	69,45%	64,64%	-
Complexo Brisa II (c)	8,17%	72,24%	66,94%	61,89%	-
Complexo Bento Miguel (d)	8,17%	27,10%	23,11%	19,34%	-
Complexo Cutia (e)	8,17%	21,56%	18,06%	14,72%	-
Complexo Jandaíra (f)	5,29%	33,62%	29,80%	26,16%	-
Complexo Vilas (g)	4,94%	46,42%	42,02%	37,81%	-
Complexo Aventura (h)	4,66%	22,96%	19,44%	16,07%	-
Complexo Santa Rosa e Mundo Novo (i)	4,66%	15,95%	12,71%	9,61%	-
Ativos Hídricos					
Foz do Areia	5,43%	12,36%	12,21%	12,07%	-
Segredo	5,43%	51,94%	49,82%	47,73%	-
Caxias	5,43%	49,54%	47,36%	45,22%	-
Chaminé	5,43%	4,85%	4,02%	3,21%	-
Apucaraninha	5,43%	8,91%	8,25%	7,61%	-
Mauá	5,43%	127,13%	122,18%	117,41%	-
Cavernoso II	5,43%	43,05%	39,63%	36,34%	-
Bela Vista	7,66%	75,43%	69,25%	63,43%	-

(a) Usinas GE Boa Vista, GE Farol, GE Olho D'Água e GE São Bento do Norte.
(b) Usinas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III e Nova Eurus IV.
(c) Usinas Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel.
(d) Usinas São Bento do Norte I, São Bento do Norte II, São Bento do Norte III, São Miguel I, São Miguel II e GE São Miguel III.
(e) Usinas Cutia, Guajiru, Jangada, Maria Helena, Potiguar, Esperança e Paraíso dos Ventos.
(f) Usinas Jandaíra I, Jandaíra II, Jandaíra III e Jandaíra IV
(g) Usinas Potiguar B61, Potiguar B141, Potiguar B142, Potiguar B143 e Ventos de Vila Paraíba IV.
(h) Usinas Aventura II, Aventura III, Aventura IV, Aventura V.
(i) Usinas Santa Rosa e Mundo Novo - SRMN: SRMN I, SRMN II, SRMN III, SRMN IV e SRMN V.

15.5 Taxas de depreciação

Taxas de depreciação (%)	31.12.2023	31.12.2022
Taxas médias do segmento de geração (15.5.1)		
Equipamento geral	6,24	6,25
Máquinas e equipamentos	3,87	3,68
Geradores	3,42	3,42
Reservatórios, barragens e adutoras	2,64	2,67
Turbina hidráulica	2,88	2,89
Unidade de geração eólica	4,94	4,94
Edificações	3,05	3,07
Taxas médias para ativos da Administração central		
Edificações	3,33	3,33
Máquinas e equipamentos de escritório	6,25	6,25
Móveis e utensílios	6,29	6,25
Veículos	14,29	14,29

15.5.1 Ativos com taxas de depreciação limitadas ao prazo de concessão

Os ativos do projeto original das usinas de Mauá, Colíder, Baixo Iguaçu, Cavernoso II e PCH Bela Vista, da Copel GeT, são considerados pelo Poder Concedente sem total garantia de indenização do valor residual ao final do prazo da concessão. Essa interpretação está fundamentada na Lei das Concessões nº 8.987/1995 e no Decreto nº 2.003/1996 que regulamentam a produção de energia elétrica por produtor independente. Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, inclusive terrenos, a depreciação é realizada pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados, serão indenizados ao final do prazo das concessões e depreciados com as taxas estabelecidas pela vida útil do ativo, a partir da entrada em operação.

Da mesma forma, os ativos de geração eólica, cuja energia produzida destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica conforme estabelecido nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/1995, também são depreciados pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de autorização.

16. Intangível

Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de concessão/autorização de geração (16.1)	1.005.968	1.106.988	2.610.684	2.049.738
Outros intangíveis (16.2)	22.632	19.538	35.268	26.103
	1.028.600	**1.126.526**	**2.645.952**	**2.075.841**

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

16.1 Contrato de concessão de geração

Controladora	Contrato de concessão (a)		
	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2022	**1.208.895**	**-**	**1.208.895**
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(101.907)	-	(101.907)
Em 31.12.2022	**1.106.988**	**-**	**1.106.988**
Outorga Aneel - uso do bem público	-	894	894
Capitalizações para intangível em serviço	894	(894)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(101.914)	-	(101.914)
Em 31.12.2023	**1.005.968**	**-**	**1.005.968**

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.
(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

Consolidado	Contrato de concessão (a)		Direito de concessão e autorização/ ágio técnico autorização/ ágio	
	em serviço	em curso		Total
Em 1º.01.2022	**1.555.292**	**-**	**703.824**	**2.259.116**
Mais valia na combinação de negócios - Complexo Vilas	-	-	23.982	23.982
Ágio técnico oriundo da combinação de negócios - Complexo Vilas	-	-	8.154	8.154
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(217.397)	-	(24.117)	(241.514)
Em 31.12.2022	**1.337.895**	**-**	**711.843**	**2.049.738**
Mais valia na combinação de negócios (NE nº 1.2)	-	-	614.958	614.958
Ágio técnico oriundo da combinação de negócios (NE nº 1.2)	-	-	204.443	204.443
Outorga Aneel - uso do bem público	-	894	-	894
Capitalizações para intangível em serviço	894	(894)	-	-
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(217.407)	-	(41.942)	(259.349)
Em 31.12.2023	**1.121.382**	**-**	**1.489.302**	**2.610.684**

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.
(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

16.2 Outros intangíveis

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização.

Controladora	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2022	**4.316**	**15.795**	**20.111**
Aquisições	-	4.606	4.606
Capitalizações para intangível em serviço	3.721	(3.721)	-
Quotas de amortização (a)	(3.661)	-	(3.661)
Baixas	-	(1.518)	(1.518)
Em 31.12.2022	**4.376**	**15.162**	**19.538**
Aquisições	-	8.410	8.410
Capitalizações para intangível em serviço	8.261	(8.261)	-
Quotas de amortização (a)	(5.316)	-	(5.316)
Em 31.12.2023	**7.321**	**15.311**	**22.632**

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2022	**17.431**	**19.611**	**37.042**
Aquisições	-	4.368	4.368
Transferências para imobilizado	(9.795)	-	(9.795)
Capitalizações para intangível em serviço	4.211	(4.211)	-
Quotas de amortização (a)	(3.993)	-	(3.993)
Baixas	-	(1.519)	(1.519)
Em 31.12.2022	**7.854**	**18.249**	**26.103**
Efeito de combinação de negócios (NE nº 1.2)	4	-	4
Aquisições	-	10.243	10.243
Transferências para imobilizado	4.570	-	4.570
Capitalizações para intangível em serviço	8.261	(8.261)	-
Quotas de amortização (a)	(5.618)	-	(5.618)
(-) Reclassificação (b)	(34)		(34)
Em 31.12.2023	**15.037**	**20.231**	**35.268**

(a) Taxa anual de amortização: 20%.
(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 38).

17. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	15.080	13.392	15.113	13.658
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	9.451	8.696	9.454	8.818
	24.531	**22.088**	**24.567**	**22.476**
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida (a)	-	13.900	-	13.900
Férias	26.736	29.332	26.736	29.678
Provisões por desempenho e participação nos lucros	49.029	11.233	49.060	11.233
Programa de desligamentos voluntários (NE nº 30.2.1)	190.305	990	190.304	990
Outros	-	94	-	94
	266.070	**55.549**	**266.100**	**55.895**
	290.601	**77.637**	**290.667**	**78.371**

(a) O saldo em 31.12.2022 refere-se a provisão do reajuste salarial referente ao Acordo Coletivo de Trabalho aprovado em janeiro de 2023, com efeitos retroativos a outubro de 2022 (data-base do acordo).

18. Fornecedores

Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	108.749	130.444	173.349	171.362
Energia elétrica	229.462	205.947	231.092	206.527
Encargos de uso da rede elétrica	111.532	101.098	131.915	123.186
	449.743	**437.489**	**536.356**	**501.075**
Circulante	**318.600**	**312.042**	**405.213**	**375.628**
Não circulante	**131.143**	**125.447**	**131.143**	**125.447**

19. Empréstimos e Financiamentos

Consolidado Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
BNDES												
820989.1	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	1,63% acima da TJLP	169.500	49.263	60.719
1120952.1		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% e 1,42% acima da TJLP	1,82% e 1,42% acima da TJLP	44.723	7.909	11.186
1220768.1		Implantação da PCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	1,36% acima da TJLP	73.122	27.422	32.012
13211061		Implantação da UHE Colíder.	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	6,43% e 7,68%	1.041.155	551.707	615.968
13210331		Implantação da subestação Cerquilho III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	6.240	7.502
15206041		Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	9,04%	34.265	14.127	16.139
15205921		Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim.		28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	8,93%	21.584	8.261	9.542
18205101		Implantação da UHE Baixo Iguaçu		22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% acima da TJLP	8,50%	194.000	148.613	159.948
19207901-A+B+E+F+G+H		Implantação das instalações de transmissão das linhas: SE Medianeira; SE Curitiba Centro e Curitiba Uberaba e SE Andirá Leste.		03.06.2020	279	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	206.882	202.439	200.932
19207901-C+D+I+J		Implantação das instalações de transmissão das linhas: Linha de Transmissão Curitiba Leste - Blumenau e Baixo Iguaçu - Realeza.		03.06.2020	267	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	225.230	190.270	188.869

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

Consolidado Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
BNDES (continuação)												
14.2.1271.1	Santa Maria	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas	Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	71.676	30.490	34.125
14.2.1272.1	Santa Helena				192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	82.973	33.082	37.027
11211521	GE Farol		Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	54.100	26.207	29.888
11211531	GE Boa Vista			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	40.050	19.374	22.096
11211541	GE S.B. do Norte			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	90.900	43.940	50.112
11211551	GE Olho D'Água			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	97.000	46.927	53.519
18204611	Cutia		Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	10.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	8,37%	619.405	521.972	543.337
13212221 - A	Costa Oeste	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	1,95% + TJLP	27.634	10.778	12.842
13212221 - B				03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,5%	3,5%	9.086	-	598
14205851 - A	Marumbi	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.		08.07.2014	168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	2,00% + TJLP	33.460	14.512	16.981
14205851 - B				08.07.2014	106	30.04.2024	Mensal	6,0%	6,0%	21.577	755	3.020
											1.954.288	**2.106.362**
Banco do Brasil - Repasse BNDES												
21/02000-0	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	2,13% acima da TJLP	169.500	49.263	60.720
											49.263	**60.720**
Banco do Nordeste do Brasil												
35202166127989	Jandaíra I	Implantação do Complexo Eólico Jandaíra.	Fiança bancária	31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	21.687	19.911	17.969
35202164527986	Jandaíra II			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA (1) e 2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	56.421	51.796	46.644
35202162927987	Jandaíra III			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	65.158	59.792	53.843
35202160027984	Jandaíra IV			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA (1) e 2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	65.421	60.033	54.053
35201915725525	Potiguar B141	Implantação do Complexo Eólico Vilas.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de direitos do contrato de O&M; cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização; penhor de ações; alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto; Fiança bancária de 100%; cessão fiduciária das Contas Reserva do serviço da dívida; cessão fiduciária da conta reserva de operação (O&M); Contrato de suporte de acionista	04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	85.776	89.685
35201922425522	Potiguar B142			04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.213	85.797	89.709
35201926525533	Potiguar B143			11.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	85.481	89.376
35201910625534	Ventos de Vila Paraíba IV			18.04.2019	216	15.05.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	87.046	91.004
352020148727169	Potiguar B61			11.08.2020	216	15.08.2040	Mensal	IPCA + 1,4865%	IPCA + 1,4865%	163.886	180.062	186.552
18120185433499	Aventura II	Implantação do Complexo Eólico Aventura.	Fiança bancária	28.12.2018	204	15.01.2039	Mensal	IPCA + 2,5707%	IPCA + 2,5707%	69.338	64.272	-
18120185473500	Aventura III			28.12.2018	204	15.01.2039	Mensal	IPCA + 2,5707%	IPCA + 2,5707%	82.490	76.460	-
18120185483501	Aventura IV			28.12.2018	204	15.01.2039	Mensal	IPCA + 2,5707%	IPCA + 2,5707%	97.887	91.322	-
18120185493502	Aventura V			28.12.2018	204	15.01.2039	Mensal	IPCA + 2,5707%	IPCA + 2,5707%	98.684	92.255	-
18720193955241	SRMN I	Implantação do Complexo Eólico Santa Rosa & Mundo Novo (SRMN)		30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	110.922	117.161	-
18720193965240	SRMN II			30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	97.057	101.752	-
18720193875242	SRMN III			30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	110.922	118.104	-
18720193985243	SRMN IV			30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	110.922	119.697	-
18720193995244	SRMN V			30.04.2019	252	15.05.2043	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	83.192	87.849	–
											1.584.566	**718.835**
Itaú Unibanco S.A												
Nota Comercial (a)	Copel GET	Amortização parcial da 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures da emitente e atendimento de obrigações diversas de curto prazo, incluindo compra de energia, obrigações regulatórias e dividendos.	Fidejussória	10.09.2022	2	10.09.2025	Semestral	DI + spread 1,22%	DI + spread 1,31%	1.000.000	1.039.097	1.037.946
											1.039.097	**1.037.946**
											5.387.977	4.694.957
										Dívida bruta	**4.627.214**	**3.923.863**
										(-) Custo de transação	**(34.717)**	**(31.508)**
										Dívida líquida	**4.592.497**	**3.892.355**
										Circulante	**300.845**	**272.635**
										Não Circulante	**4.291.652**	**3.619.720**

(a) Nota Comercial, série única, para distribuição pública com esforços restritos. Fiadora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
(1) - IPCA utilizado no cálculo do juros e não na atualização do principal.

19.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2023	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2025	1.136.324	(3.209)	1.133.115	1.261.485	(4.818)	1.256.667
2026	134.384	(739)	133.645	264.845	(2.350)	262.495
2027	133.586	(739)	132.847	270.567	(2.351)	268.216
2028	111.442	(742)	110.700	256.249	(2.364)	253.885
2029	106.870	(739)	106.131	255.797	(2.355)	253.442
Após 2029	493.407	(3.570)	489.837	2.011.472	(14.525)	1.996.947
	2.116.013	(9.738)	2.106.275	4.320.415	(28.763)	4.291.652

19.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2022	**1.423.657**	**2.859.142**
Efeito da aquisição de controle do Complexo Vilas	-	25.398
Ingressos	1.033.651	1.141.954
(-) Custos de transação	(4.202)	(4.202)
Encargos	138.256	269.489
Variação monetária	28.955	34.978
Amortização - principal	(132.168)	(215.693)
Pagamento - encargos	(99.225)	(218.711)
Em 31.12.2022	**2.388.924**	**3.892.355**
Efeito de combinação de negócios (NE nº 1.2)	-	875.738
Ingressos	-	45.325
(-) Custos de transação (a)	(4.251)	(4.251)
Encargos	233.940	413.489
Variação monetária	27.451	35.184
Amortização - principal	(134.972)	(251.244)
Pagamento - encargos	(230.557)	(414.099)
Em 31.12.2023	**2.280.535**	**4.592.497**

(a) Saldo refere-se às contraprestações financeiras (*waiver*) pagas em decorrência do processo de transformação da Copel em Corporação, conforme detalhado na NE nº 19.3.

19.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, em multas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2023, todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos.

Em decorrência do processo de transformação da Copel em sociedade com capital disperso e sem acionista controlador, conforme NE nº 1, foi obtido o consentimento dos credores mediante contraprestações financeiras (quitadas em julho e agosto de 2023) de modo que a alteração de controle acionário da Copel não caracterizasse um evento de vencimento antecipado das dívidas da Companhia e suas subsidiárias. Além disso, foram finalizadas as tratativas de itens administrativos e de comunicação com as instituições financeiras previstos nos documentos de consentimento.

No que diz respeito ao BNDES, em 13.07.2023 foi autorizado o processo, consignando de forma resolutiva outras condicionantes, conforme segue:

(i) Nenhum pronunciamento desfavorável do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que invalide o processo;

(ii) Valor da oferta primária dentro do limite pactuado;

(iii) Anuência à mudança de controle acionário da Copel pelos debenturistas, notistas e demais credores financeiros; e

(iv) Obtenção das novas concessões das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador Ney Braga e Governador José Richa.

A Companhia iniciou os trâmites formais para assinatura dos novos contratos de concessão que deve ocorrer após a convocação pelo Poder Concedente e até o momento não houve pronunciamentos desfavoráveis do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. As demais condicionantes foram atendidas.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Ebitda/ Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
	Nota Comercial	Índice de cobertura do serviço da dívida Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5 ≤ 3,5
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D´Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. O contrato estabelece que, caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, deve-se complementar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva de forma que a totalidade atinja o índice de 1,20, no prazo de até 2 dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

20. Debêntures

Empresa	Emissão	Características	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
Copel Get	4ª	(a)	Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.	Fidejussória	23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	133,77% da taxa DI	1.000.000	-	357.573
	5ª	(b)	Reembolso de gastos da construção das Linhas de Transmissão Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.		25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	IPCA+ 8,3295%	290.000	157.327	225.643
	6ª (série 1)	(c)	Resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		15.07.2019	2	15.07.2024	Semestral	109,0% da taxa DI	111,25% da taxa DI	800.000	424.292	852.816
	6ª (série 2)		Reembolso de gastos com os projetos UHE Colíder e UHE Baixo Iguaçu		15.07.2019	1	15.07.2025	Semestral	IPCA + 3,90%	IPCA+ 4,46%	200.000	263.113	251.363
	7ª (série 1)		Reforço do capital de giro da Emissora; amortização e/ou o reembolso de caixa de parcela de principal da 3ª e 4ª emissão de debêntures.		15.10.2021	2	15.10.2026	Semestral	DI + spread 1,38%	DI + spread 1,45%	1.133.363	1.163.255	1.166.982
	7ª (série 2)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas no âmbito dos Projetos: Melhorias da Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto; Implantação dos Ativos do Lote "E", do Leilão Aneel nº 05/2015; Aportes na Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. e Bela Vista Geração de Energia S.A.		15.10.2021	3	15.10.2031	Semestral	IPCA + 5,7138%	IPCA + 6,1033%	366.637	416.456	397.825
	8ª (série 1)		Aquisição dos Complexos Eólicos Santa Rosa & Mundo Novo (SRMN) e Aventura.		15.01.2023	2	15.01.2030	Semestral	DI + spread 1,40%	DI + spread 1,41%	1.100.000	1.168.465	-
	8ª (série 2)		Reembolso de despesas de investimentos e/ou de aportes no âmbito dos Projetos das Centrais Geradoras Eólicas denominadas Jandaíras I, II, III e IV.		15.01.2023	3	15.01.2035	Semestral	IPCA +6,8226%	IPCA +7,5817%	200.000	214.426	-
Brisa Potiguar	2ª (série 1)	(d)	Implantação de centrais geradoras eólicas.	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	TJLP + 2,02%	147.575	82.744	91.468
	2ª (série 2)				24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%	IPCA+ 10,92%	153.258	118.146	126.067
Cutia	1ª	(b)	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Fidejussória	20.03.2019	26	15.12.2031	Semestral	IPCA + 5,8813%	IPCA+ 6,83%	360.000	349.555	360.894
											Dívida bruta	**4.357.779**	**3.830.631**
											(-) Custo de transação	**(58.849)**	**(43.383)**
											Dívida líquida	**4.298.930**	**3.787.248**
											Circulante	**655.949**	**972.713**
											Não Circulante	**3.642.981**	**2.814.535**

(a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(c) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(d) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, emissão privada. Empresas: Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus e Ventos de Santo Uriel. Interveniente garantidora: Copel. Não possui agente fiduciário.

20.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2023	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2025	902.327	(7.541)	894.786	960.768	(10.075)	950.693
2026	566.682	(4.936)	561.746	636.829	(7.483)	629.346
2027	-	(2.893)	(2.893)	65.465	(5.454)	60.011
2028	-	(2.909)	(2.909)	65.465	(5.490)	59.975
2029	687.267	(2.908)	684.359	759.756	(5.495)	754.261
Após 2029	1.032.652	(6.764)	1.025.888	1.200.597	(11.902)	1.188.695
	3.188.928	**(27.951)**	**3.160.977**	**3.688.880**	**(45.899)**	**3.642.981**

20.2 Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2022	**3.865.354**	**4.446.300**
Encargos e variação monetária	489.076	562.755
Amortização - principal	(739.617)	(793.148)
Pagamento - encargos	(386.296)	(428.659)
Em 31.12.2022	**3.228.517**	**3.787.248**
Ingressos	1.300.000	1.300.000
(-) Custos de transação (a)	(24.688)	(27.705)
Encargos e variação monetária	564.981	633.156
Amortização - principal	(809.646)	(860.576)
Pagamento - encargos	(490.206)	(533.193)
Em 31.12.2023	**3.768.958**	**4.298.930**

(a) Contempla o valor de R$ 16.380 referente às contraprestações financeiras (waiver) pagas em decorrência do processo de transformação da Copel em Corporação, conforme detalhado na NE nº 20.3.

20.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de cumprimento de obrigações acessórias, na solicitação de anuência aos debenturistas ou até na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2023, todos os indicadores e condições contratuais acordados foram integralmente atendidos, exceto nas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca III e Ventos de Santo Uriel que não atenderam ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD de 1,3. Contudo, a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 29.12.2023, conforme carta do BNDES AEC/DEENE2 nº 042/2023, o compromisso da instituição bancária de fomento de não declarar o vencimento antecipado das escrituras de debêntures, com base no desempenho desse índice no exercício de 2023.

Em decorrência do processo de transformação da Copel em sociedade com capital disperso e sem acionista controlador, conforme NE nº 1, foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre o consentimento para a realização da operação, mediante contraprestação financeira (waiver fee), de modo que a alteração de controle acionário da Copel não caracterizasse um evento de vencimento antecipado das dívidas da Companhia e suas subsidiárias. A contraprestação financeira ficou condicionada ao sucesso da oferta, com pagamento em até dez dias de sua liquidação, e corresponde a remuneração de 0,20%, multiplicado pela duration remanescente das debêntures, incidente sobre seu valor nominal atualizado na data de realização das Assembleias, exceto para a 1ª série da 6ª Emissão da Copel GeT, em que a taxa de remuneração é 0,15% sobre o valor nominal atualizado na data de realização das Assembleias. A quitação das contraprestações financeiras ocorreu em agosto de 2023

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GET	4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures 6ª Emissão de Debêntures 7ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida	≤ 3,5 ≥ 1,5
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Eurus IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. O contrato estabelece que, caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, deve-se complementar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva de forma que a totalidade atinja o índice de 1,20, no prazo de até 2 dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

21. Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

21.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido – BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável – CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido – BD.

21.2 Plano Assistencial

A Companhia e sua controlada alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

21.3 Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Planos previdenciários	215	171	215	171
Planos assistenciais	420.503	319.603	420.503	320.504
	420.718	**319.774**	**420.718**	**320.675**
Circulante	**22.124**	**18.795**	**22.124**	**18.795**
Não circulante	**398.594**	**300.979**	**398.594**	**301.880**

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Empregados				
Planos previdenciários	20.733	17.988	22.034	18.930
Plano assistencial - pós-emprego	38.549	41.672	38.549	41.672
Plano assistencial - funcionários ativos	19.367	17.303	20.763	18.246
	78.649	**76.963**	**81.346**	**78.848**
Administradores				
Planos previdenciários	219	151	284	175
Plano assistencial	49	20	74	33
	268	**171**	**358**	**208**
	78.917	**77.134**	**81.704**	**79.056**

21.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2022	**385.189**	**385.896**
Apropriação do cálculo atuarial	41.672	41.764
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	42.620	43.146
Ganhos atuariais	(88.303)	(88.201)
Amortizações	(61.404)	(61.930)
Em 31.12.2022	**319.774**	**320.675**
Apropriação do cálculo atuarial	38.549	38.669
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	47.631	48.243
Perdas atuariais (a)	84.096	83.792
Amortizações	(69.332)	(69.943)
Reclassificação (b)	-	(718)
Em 31.12.2023	**420.718**	**420.718**

(a) Perdas decorrentes principalmente da redução da taxa de desconto, aumento dos custos médicos e variação esperada da obrigação pelo custo do serviço corrente e custo de juros.
(b)Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 38).

21.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1) / IAS 19

21.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

Consolidado	2023		2022	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	3,00%	-	5,10%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	5,33%	8,49%	6,08%	11,49%
Planos Unificado - Saldado	5,36%	8,52%	6,10%	11,51%
Planos III	5,37%	8,53%	6,10%	11,51%
Planos Assistencial	5,48%	8,64%	6,10%	11,51%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	0,00%	3,00%	0,00%	5,10%
Plano III a.a.	1,00%	4,03%	1,00%	6,15%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,30%	-	3,30%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

21.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média - Tábua AT-2000 (em anos)

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia e de suas controladas é, respectivamente, de 68,55 e 69,08 anos.

Consolidado	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2023		
Participantes aposentados	12,73	21,35
Participantes pensionistas	13,99	24,67
Em 31.12.2022		
Participantes aposentados	19,60	23,42
Participantes pensionistas	12,48	25,97

A Companhia e sua controlada procederam ajustes nos seus passivos previdenciários e assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12.2023, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes.

21.5.4 Movimentação do passivo atuarial

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2022	**2.483.865**	**1.057.561**	**444.820**
Custo de serviço	29	595	1.432
Custo dos juros	271.459	115.767	46.620
Benefícios pagos	(186.431)	(85.152)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(164.657)	1.828	(123.796)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2022	**2.404.265**	**1.090.599**	**369.076**
Custo de serviço	1.620	1.977	1.651
Custo dos juros	279.210	125.277	42.484
Benefícios pagos	(222.036)	(90.555)	(1.996)
(Ganhos) / perdas atuariais	127.843	81.583	59.280
Ajustes de saldo de Operações Descontinuadas	(354)	(4.132)	(718)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2023	**2.590.548**	**1.204.749**	**469.777**

21.5.5 Movimentação do ativo atuarial

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2022	**2.744.311**	**1.061.515**	**59.093**
Retorno esperado dos ativos	300.229	87.051	7.919
Contribuições e aportes	12.687	47.893	-
Benefícios pagos	(186.431)	(85.151)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(236.084)	2.759	(18.439)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2022	**2.634.712**	**1.114.067**	**48.573**
Retorno esperado dos ativos	306.052	129.390	5.464
Contribuições e aportes	4.531	2.927	17.117
Benefícios pagos	(222.035)	(90.554)	(1.996)
Ganhos / (perdas) atuariais	182.112	78.981	(19.884)
Ajustes de saldo de Operações Descontinuadas	(365)	(3.666)	-
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2023	**2.905.007**	**1.231.145**	**49.274**

21.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2024 para cada plano estão demonstrados a seguir:

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	(1.577)	3.399	2.135
Custo estimado dos juros	237.747	98.852	39.883
Rendimento esperado do ativo do plano	(237.951)	(98.984)	(4.259)
Custos (receitas)	**(1.781)**	**3.267**	**37.759**

Tendo em vista o superávit atual dos planos previdenciários, a Companhia não registrará as receitas e custos estimados apresentados no quadro acima para o Plano Unificado e Plano III, conforme legislação que não permite redução nas contribuições ou reembolsos à Companhia.

21.5.7 Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra o efeito de alterações nas premissas atuariais significativas. A apresentação desta análise de sensibilidade foi ajustada em relação ao ano de 2022 para refletir as variações que, no entendimento da Companhia, são mais prováveis de ocorrer.

Consolidado	Cenários projetados	
	Aumento 0,5%	Redução 0,5%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	3.642.941	3.960.921
Impactos nas obrigações do programa de saúde	439.840	503.136
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	503.553	439.286
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	2.226	1.742
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	4.497	4.752
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1.750	2.218

21.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, em 31.12.2023 os valores do Plano Unificado e Plano III totalizaram superávit de R$ 314.459 e R$ 26.396 (R$ 230.447 e de R$ 23.468 em 31.12.2022). A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual do Plano Unificado. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2023, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2023	31.12.2022
Obrigações total ou parcialmente cobertas	2.590.548	1.204.749	469.777	4.265.074	3.863.940
Valor justo dos ativos do plano	(2.905.007)	(1.231.145)	(49.274)	(4.185.426)	(3.797.352)
Estado de cobertura do plano	**(314.459)**	**(26.396)**	**420.503**	**79.648**	**66.588**
Ativo não reconhecido	314.459	26.396	-	340.855	253.915
	-	**-**	**420.503**	**420.503**	**320.503**

21.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia e suas controladas, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

Consolidado	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2024	222.391	93.975	17.154	333.521
2025	259.955	94.782	23.061	377.799
2026	234.225	97.053	22.614	353.891
2027	231.673	99.288	24.921	355.882
2028	234.587	101.483	27.269	363.339
2029 a 2053	4.611.017	2.684.502	1.393.110	8.688.629

21.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial da Companhia e de suas controladas no final de 2023 e a alocação-meta para 2024, por categoria de ativos, são as seguintes:

Consolidado	Meta para 2024 (*)	2023
Renda fixa	79,1%	77,2%
Renda variável	4,9%	5,3%
Empréstimos	1,3%	1,2%
Investimentos imobiliários	3,6%	5,6%
Investimentos estruturados	8,8%	8,7%
Investimentos no exterior	2,4%	2,0%
	100,0%	**100,0%**

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

Consolidado	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	89,5%	60,0%	70,0%	48,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	8,0%	3,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	2,5%	0,0%	1,0%	0,0%
Investimentos estruturados	4,5%	0,0%	15,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2023.
A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

22. Encargos Setoriais a Recolher

Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Reserva global de reversão - RGR	3.109	2.824	4.539	5.366
Conta de desenvolvimento energético - CDE	12.139	12.090	12.138	12.090
	15.248	**14.914**	**16.677**	**17.456**

23. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os saldos registrados de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D estão demonstrados no quadro a seguir:

Controladora	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022
FNDCT	-	1.146	-	1.146	2.077
MME	-	573	-	573	1.038
P&D	53.411	-	-	53.411	86.434
	53.411	**1.719**	**-**	**55.130**	**89.549**
			Circulante	**55.130**	**83.566**
			Não circulante	**-**	**5.983**

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022
FNDCT	-	1.374	-	1.374	2.576
MME	-	687	-	687	1.294
P&D	55.004	69	7.428	62.501	101.311
	55.004	**2.130**	**7.428**	**64.562**	**105.181**
			Circulante	**56.080**	**84.472**
			Não circulante	**8.482**	**20.709**

23.1 Mutação dos saldos de P&D

Controladora	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2021	**2.030**	**1.015**	**115.188**	**118.233**
Constituições	12.272	6.135	12.272	30.679
Juros (NE nº 32)	-	-	191	191
Recolhimentos	(12.225)	(6.112)	-	(18.337)
Conclusões	-	-	(41.217)	(41.217)
Em 31.12.2022	**2.077**	**1.038**	**86.434**	**89.549**
Constituições	11.958	5.978	11.958	29.894
Juros (NE nº 31)	-	-	(276)	(276)
Recolhimentos	(12.889)	(6.443)	-	(19.332)
Conclusões	-	-	(44.705)	(44.705)
Em 31.12.2023	**1.146**	**573**	**53.411**	**55.130**

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2021	**3.184**	**1.591**	**126.240**	**131.015**
Constituições	15.731	7.865	15.732	39.328
Juros (NE nº 32)	-	-	1.467	1.467
Recolhimentos	(16.339)	(8.162)	(911)	(25.412)
Conclusões	-	-	(41.217)	(41.217)
Em 31.12.2022	**2.576**	**1.294**	**101.311**	**105.181**
Constituições	15.089	7.543	15.095	37.727
Juros (NE nº 31)	-	-	1.449	1.449
Recolhimentos	(16.291)	(8.150)	(1.026)	(25.467)
Conclusões	-	-	(45.638)	(45.638)
Reclassificação (a)	-	-	(8.690)	(8.690)
Em 31.12.2023	**1.374**	**687**	**62.501**	**64.562**

(a) Reclassificação para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 38).

24. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Controladora e Consolidado	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	31.12.2023	31.12.2022
UHE Mauá	29.06.2007	03.07.2007	06.2049	5,65% a.a.	23.005	21.587
UHE Colíder	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	31.493	30.518
UHE Baixo Iguaçu	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	9.337	9.050
UHE Guaricana	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	1.325	2.200
					65.160	**63.355**
				Circulante	**2.170**	**1.918**
				Não circulante	**62.990**	**61.437**

Taxa de desconto no cálculo do valor presente
Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.
Pagamento à União
Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido pelo IPCA, conforme definido no contrato de concessão.

24.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão

Em 1º.01.2021	**59.360**
Adição	1.855
Ajuste a valor presente	(2.524)
Variação monetária	10.361
Pagamentos	(5.697)
Em 31.12.2022	**63.355**
Adição	894
Ajuste a valor presente	1.471
Variação monetária	5.495
Pagamentos	(6.055)
Em 31.12.2023	**65.160**

24.2 Valor nominal e valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão

Consolidado	Valor nominal	Valor presente
2024	6.324	2.170
2025	5.517	1.444
2026	5.236	1.249
2027	5.236	1.336
Após 2027	105.468	58.961
	127.781	**65.160**

25. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

25.1 Direito de uso de ativos

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2023
Imóveis	42.369	13.101	(3.192)	52.278
Veículos	15.619	7.621	(11.971)	11.269
Equipamentos	2.328	450	(1.984)	794
	60.316	**21.172**	**(17.147)**	**64.341**

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Imóveis	35.480	9.571	(2.475)	(207)	42.369
Veículos	17.404	9.193	(10.978)	-	15.619
Equipamentos	2.803	1.090	(1.565)	-	2.328
	55.687	**19.854**	**(15.018)**	**(207)**	**60.316**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Imóveis	64.875	37.415	(4.584)	(2.190)	95.516
Veículos	15.619	7.621	(11.971)	-	11.269
Equipamentos	2.328	450	(1.984)	-	794
	82.822	**45.486**	**(18.539)**	**(2.190)**	**107.579**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Imóveis	58.504	10.014	(3.084)	(559)	64.875
Veículos	17.456	9.193	(10.988)	(42)	15.619
Equipamentos	2.803	1.090	(1.565)	-	2.328
	78.763	**20.297**	**(15.637)**	**(601)**	**82.822**

25.2 Passivo de arrendamentos

25.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**57.949**	**81.386**
Adições	19.854	20.297
Encargos	5.781	7.008
Pagamento - principal	(13.939)	(14.182)
Pagamento - encargos	(5.781)	(7.007)
Baixas	(239)	(702)
Em 31.12.2022	**63.625**	**86.800**
Adições	21.172	45.486
Encargos	6.541	9.642
Pagamento - principal	(15.672)	(16.348)
Pagamento - encargos	(6.541)	(9.641)
Baixas	-	(546)
Em 31.12.2023	**69.125**	**115.393**
Circulante	**8.364**	**8.851**
Não circulante	**60.761**	**106.542**

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros praticada na última captação de debêntures, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 15,55% a.a.

25.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2023	Controladora	Consolidado
2025	10.593	14.027
2026	8.850	12.282
2027	7.560	10.992
2028	6.965	10.397
2029	6.577	10.009
Após 2029	73.993	164.455
Valores não descontados	**114.538**	**222.162**
Juros embutidos	(53.777)	(115.620)
Saldo passivo arrendamento	**60.761**	**106.542**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

25.2.3 Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Valor Presente	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	129.184	69.125	240.240	115.393
Pis/Cofins potencial	11.937	6.382	11.937	6.382

25.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

Controladora	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	69.125	78.698	13,85%
Direito de uso de ativos	64.341	64.635	0,46%
Despesa Financeira	6.541	7.669	17,25%
Despesa de amortização	17.147	16.329	-4,77%

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	115.393	142.106	23,15%
Direito de uso de ativos	107.579	118.807	10,44%
Despesa Financeira	9.642	11.829	22,68%
Despesa de amortização	18.539	18.024	-2,78%

25.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 30.6). O saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2023
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	11.050	47.613	257.488	316.151

25.5 Recebíveis de arrendamentos

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2023
Compartilhamento de instalações	2.082	8.327	26.665	37.074

26. Outras Contas a Pagar

Consolidado	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 33.2.7)	-	-	299.264	184.813
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	42.164	38.145	42.164	38.145
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	20.349	19.530	29.433	27.107
Reembolso - participação em consórcios	11.441	11.430	11.441	11.430
Cauções em garantia	2.953	3.057	3.042	3.070
Outras obrigações (a)	70.180	20.518	90.441	35.726
	147.087	**92.680**	**475.785**	**300.291**
Circulante	97.548	46.509	330.211	199.780
Não circulante	49.539	46.171	145.574	100.511

(a) No saldo de 2023 está contido o adiantamento recebido pela operação de venda da UEGA, no valor de R$ 43.599 (NE nº 38)

27. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando são atendidos os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.10.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

Considerando as análises quantitativas e qualitativas realizadas pela Companhia, a Administração concluiu que o efeito dessa mudança voluntária na forma de registro da atualização monetária sobre provisões para litígios é imaterial para as demonstrações financeiras já publicadas nos exercícios e trimestres anteriores tendo em vista que esta mudança não impacta o balanço patrimonial, o lucro líquido do exercício, a geração de caixa da Companhia e nem o atendimento a cláusulas restritivas de contratos de dívidas (Covenants).

27.1 Mutação das provisões para litígios

Controladora	Saldo em 1º.01.2023	Resultado: Provisões para litígios – Adições	Resultado: Provisões para litígios – Reversões	Resultado: Custo de construção – Reversões	Atualização monetária	Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2023
Fiscais	**7.084**	**1.264**	**(2.070)**	**-**	**(4.560)**	**-**	**(714)**	**1.004**
Trabalhistas	**138.003**	**34.908**	**(34.075)**	**-**	**6.663**	**-**	**(44.029)**	**101.470**
Benefícios a empregados	**8.264**	**3.883**	**(1.101)**	**-**	**-**	**-**	**58**	**11.104**
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	115.982	13.519	(1.245)	-	11.909	6	(19.314)	120.857
Servidões de passagem	111.722	1.748	-	(21.596)	-	163	(3.326)	88.711
Desapropriações e patrimoniais	149.466	5.074	(335)	(4.349)	25	(38.792)	(8)	111.081
Ambientais	1.158	194	(529)	-	(140)	-	(139)	544
	378.328	**20.535**	**(2.109)**	**(25.945)**	**11.794**	**(38.623)**	**(22.787)**	**321.193**
Regulatórias	**749**	**83.009**	**(83.088)**	**-**	**54**	**-**	**-**	**724**
	532.428	**143.599**	**(122.443)**	**(25.945)**	**13.951**	**(38.623)**	**(67.472)**	**435.495**

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Resultado: Provisões para litígios – Adições	Resultado: Provisões para litígios – Reversões	Resultado: Custo de construção – Adições	Atualização Monetária	Adições no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2022
Fiscais	**6.813**	**1.693**	**-**	**-**	**210**	**-**	**(1.632)**	**7.084**
Trabalhistas	**155.329**	**21.828**	**-**	**-**	**(5.833)**	**-**	**(33.321)**	**138.003**
Benefícios a empregados	**11.416**	**901**	**(3.942)**	**-**	**-**	**-**	**(111)**	**8.264**
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	81.144	29.985	(1.873)	-	18.120	-	(11.394)	115.982
Servidões de passagem	110.722	3.591	(55)	(721)	-	207	(2.022)	111.722
Desapropriações e patrimoniais	120.234	2.191	(8.113)	4.305	-	36.274	(5.425)	149.466
Ambientais	2.216	31	(1.124)	-	35	-	-	1.158
	314.316	**35.798**	**(11.165)**	**3.584**	**18.155**	**36.481**	**(18.841)**	**378.328**
Regulatórias	**39.060**	**124**	**(37.232)**	**-**	**(721)**	**-**	**(482)**	**749**
	526.934	**60.344**	**(52.339)**	**3.584**	**11.811**	**36.481**	**(54.387)**	**532.428**

Consolidado	Saldo em 1º.01.2023	Resultado: Provisões para litígios – Adições	Resultado: Provisões para litígios – Reversões	Resultado: Custo de construção – Reversões	Atualização monetária	Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Transferências/ Outros (a)	Saldo em 31.12.2023
Fiscais	**19.664**	**1.305**	**(2.070)**	**-**	**(4.559)**	**-**	**(713)**	**6.985**	**20.612**
Trabalhistas	**138.998**	**34.919**	**(34.086)**	**-**	**6.702**	**(91)**	**(44.490)**	**-**	**101.952**
Benefícios a empregados	**8.265**	**3.883**	**(1.101)**	**-**	**-**	**-**	**58**	**-**	**11.105**
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	123.631	24.406	(7.952)	-	10.738	284	(19.675)	(10.290)	121.142
Servidões de passagem	119.160	1.748	-	(21.596)	-	1.312	(3.327)	-	97.297
Desapropriações e patrimoniais	151.924	5.122	(376)	(4.349)	26	(39.803)	(8)	-	112.536
Ambientais	1.157	194	(529)	-	(140)	-	(139)	-	543
	395.872	**31.470**	**(8.857)**	**(25.945)**	**10.624**	**(38.207)**	**(23.149)**	**(10.290)**	**331.518**
Regulatórias	**750**	**83.009**	**(83.088)**	**-**	**54**	**-**	**-**	**-**	**725**
	563.549	**154.586**	**(129.202)**	**(25.945)**	**12.821**	**(38.298)**	**(68.294)**	**(3.305)**	**465.912**

(a) Reclassificação principalmente para Passivos classificados como mantidos para venda (NE nº 38).

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Resultado: Provisões para litígios – Adições	Resultado: Provisões para litígios – Reversões	Resultado: Custo de construção – Adições	Atualização Monetária	Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Transferências/ Outros (a)	Saldo em 31.12.2022
Fiscais	**25.346**	**1.731**	**-**	**-**	**210**	**-**	**(1.632)**	**(5.991)**	**19.664**
Trabalhistas	**156.194**	**24.094**	**-**	**-**	**(5.798)**	**-**	**(35.492)**	**-**	**138.998**
Benefícios a empregados	**11.417**	**901**	**(3.942)**	**-**	**-**	**-**	**(111)**	**-**	**8.265**
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	83.572	32.358	(1.905)	-	18.466	-	(11.718)	2.858	123.631
Servidões de passagem	120.009	3.593	(90)	(721)	-	(1.609)	(2.022)	-	119.160
Desapropriações e patrimoniais	123.335	2.194	(8.113)	4.305	-	35.627	(5.424)	-	151.924
Ambientais	2.215	31	(1.124)	-	35	-	-	-	1.157
	329.131	**38.176**	**(11.232)**	**3.584**	**18.501**	**34.018**	**(19.164)**	**2.858**	**395.872**
Regulatórias	**39.061**	**124**	**(37.232)**	**-**	**(721)**	**-**	**(482)**	**-**	**750**
	561.149	**65.026**	**(52.406)**	**3.584**	**12.192**	**34.018**	**(56.881)**	**(3.133)**	**563.549**

A Companhia efetuou mudança voluntária na forma de registro da atualização monetária sobre provisões para litígios. Os valores que eram registrados como despesas operacionais passaram a ser reconhecidos como despesas financeiras. Nas demonstrações do resultado do exercício consolidadas de 2023 o montante de R$ 12.821 (R$ 13.951 na Controladora) foi reconhecido como despesa financeira (NE nº 31). Caso essa mudança voluntária de prática contábil estivesse sendo aplicada no exercício findo em 31.12.2022, o valor da reclassificação de despesas operacionais para despesas financeiras seria de R$ 12.192 na demonstração do resultado do exercício consolidada (R$ 11.811 na Controladora).

27.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Natureza	Descrição	Controladora: Provisões para litígios 31.12.2023	Controladora: Provisões para litígios 31.12.2022	Controladora: Passivo contingente 31.12.2023	Controladora: Passivo contingente 31.12.2022	Consolidado: Provisões para litígios 31.12.2023	Consolidado: Provisões para litígios 31.12.2022	Consolidado: Passivo contingente 31.12.2023	Consolidado: Passivo contingente 31.12.2022
Fiscais									
Impostos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	290	496	-	-	320	523
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	734	969	49.410	43.880	734	969	49.410	43.880
ISS	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	189	181	-	-	189	181	58.032	56.683
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	81	5.934	27.763	23.905	19.689	18.514	35.390	31.265
		1.004	**7.084**	**77.463**	**68.281**	**20.612**	**19.664**	**143.152**	**132.351**
Trabalhistas	Cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	101.470	138.003	72.836	111.168	101.952	138.998	78.831	111.639
Benefícios a empregados	Reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	11.104	8.264	5.993	5.198	11.105	8.265	5.993	5.198
Regulatórias									
Excludente Colíder	Discussão sobre o valor de Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST e atualização monetária sobre valores de energia referente ao período de excludente de responsabilidade. Em decorrência da liminar judicial que excluiu o período de atraso da obra da UHE Colíder da responsabilidade pela entrega de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, a CCEE procedeu o crédito, valorado ao PLD, da energia anteriormente lastreada para cumprir os contratos de ACR. Contudo, em caso de insucesso na ação judicial, a Companhia deverá devolver os valores creditados, atualizados pelo IGPM. Outras informações sobre a ação estão apresentadas na NE nº 7.1	-	-	307.285	320.044	-	-	307.285	320.044
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	724	749	2.816	2.532	725	750	2.816	2.532
		724	**749**	**310.101**	**322.576**	**725**	**750**	**310.101**	**322.576**
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	13.876	14.910	35.192	60.113	14.160	22.558	35.832	60.991
Indenização a terceiros (cíveis)	Ação de indenização decorrentes de danos causados durante a construção de usinas. Houve início de execução de sentença sem a perícia contábil previamente determinada. Em 1º grau, a Copel impugnou a execução e apresentou apólice de seguro como garantia até decisão sobre a realização de perícia e excesso do valor. Não tendo havido ainda um posicionamento favorável quanto ao mérito, o risco foi reavaliado com alteração no saldo provisionado.	106.986	101.076	104.192	98.940	106.986	101.076	104.192	98.940
Servidões de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	88.708	111.720	8.442	9.269	97.295	119.215	8.520	9.350
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	111.081	149.466	126.265	30.509	112.535	151.867	126.265	31.128
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	542	1.156	226.530	216.113	542	1.156	226.554	216.135
		321.193	378.328	500.621	414.944	331.518	395.872	501.363	416.544
		435.495	532.428	967.014	922.167	465.912	563.549	1.039.440	988.308

28. Patrimônio Líquido

28.1 Capital social

Em 31.12.2023, o capital social integralizado é de R$ 6.242.757 (R$ 6.242.757 em 31.12.2022), composto por 6.242.757.424 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel.

28.2 Ajustes de avaliação patrimonial

Na adoção inicial das IFRS, foram reconhecidos os valores justos do ativo imobilizado - custo atribuído, com contrapartida na conta de Ajustes de avaliação patrimonial, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, inclusive por equivalência patrimonial. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de lucros acumulados, na medida em que ocorra a depreciação ou eventual baixa dos itens avaliados. Nessa conta também são registrados os ajustes dos passivos atuariais.

Consolidado	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**564.349**	**564.349**
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	88.303	88.200
Tributos sobre os ajustes	(30.023)	(30.023)
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	(63)	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(55.322)	(55.322)
Tributos sobre a realização dos ajustes	18.809	18.809
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	**40**
Em 31.12.2022	**586.053**	**586.053**
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	(84.096)	(83.792)
Tributos sobre os ajustes	28.593	28.593
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	185	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(49.321)	(49.321)
Tributos sobre a realização dos ajustes	16.769	16.769
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	**(119)**
Em 31.12.2023 (a)	**498.183**	**498.183**

(a) O saldo contempla R$ 441 de ajuste de avaliação patrimonial da operação descontinuada (R$ 269 na Controladora). A variação do ajuste de avaliação patrimonial da operação descontinuada no exercício de 2023 decorrente dos ajustes de passivos atuariais foi de R$ 304 (R$ 185 na Controladora).

28.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos

28.4 Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	1.681.170	1.704.052
Reserva legal (5%)	(84.059)	(85.203)
	1.597.111	**1.618.849**
Dividendos propostos		
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - valor bruto	825.600	776.696
Dividendo adicional proposto	-	842.153
	825.600	**1.618.849**
Valor bruto dos dividendos por ação:		
Dividendos por ação (em R$)	-	0,14588
Juros sobre o capital próprio por ação (em R$)	0,13225	0,13455

Em 20.09.2023 o Conselho de Administração - CAD da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários e intercalares na forma de Juros sobre Capital Próprio - JSCP, no montante de R$ 628.000, sendo R$ 543.621 com base no resultado do primeiro semestre

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

de 2023 e R$ 84.379 do saldo de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores não capitalizados. Em 20.12.2023 o CAD aprovou a distribuição de dividendos intermediários na forma de JSCP, no montante de R$ 197.600, do saldo de reserva de retenção de lucros de exercícios anteriores não capitalizados. A data do pagamento do valor total aprovado pelo CAD, de R$ 825.600, será definida na Assembleia Geral Ordinária que deliberar a destinação do resultado de 2023. Estes valores de JSCP, líquidos dos tributos retidos na fonte, foram imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2023, conforme critérios estabelecidos no Estatuto Social da Companhia e a diferença é considerada como dividendo adicional do exercício de 2023.

28.5 Lucro por ação – básico e diluído

Controladora	Operações continuadas	Operações descontinuadas	31.12.2023	Operações continuadas	Operações descontinuadas	31.12.2022
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora						
Ações ordinárias	1.651.036	30.134	1.681.170	1.866.955	(162.903)	1.704.052
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)						
Ações ordinárias	6.242.757.424	6.242.757.424	6.242.757.424	6.089.524.547	6.089.524.547	6.089.524.547
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora						
Ações ordinárias	0,26447	0,00483	0,26930	0,30658	(0,02675)	0,27983

29. Receita Operacional Líquida

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida 31.12.2023	Receita líquida 31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	103
Suprimento de energia elétrica	2.752.228	(241.412)	-	(47.439)	-	2.463.377	2.436.222
Disponibilidade da rede elétrica	1.100.179	(101.320)	-	(89.957)	-	908.902	898.353
Receita de construção	99.549	-	-	-	-	99.549	115.171
Outras receitas operacionais	99.249	(9.143)	(35)	-	(3.995)	86.076	103.235
	4.051.205	**(351.875)**	**(35)**	**(137.396)**	**(3.995)**	**3.557.904**	**3.553.084**

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida 31.12.2023	Receita líquida Reapresentado 31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	103
Suprimento de energia elétrica	4.454.686	(354.679)	(17.039)	(60.889)	-	4.022.079	3.784.322
Disponibilidade da rede elétrica	1.163.423	(104.091)	-	(92.488)	-	966.844	991.174
Receita de construção	99.248	-	-	-	-	99.248	116.112
Outras receitas operacionais	42.749	(9.167)	(35)	-	(3.995)	29.552	49.441
	5.760.106	**(467.937)**	**(17.074)**	**(153.377)**	**(3.995)**	**5.117.723**	**4.941.152**

29.1 Detalhamento da receita

Controladora	31.12.2023	31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica	**-**	**608**
Consumidores livres	-	608
Suprimento de energia elétrica	**2.752.228**	**2.721.261**
Contratos bilaterais	1.422.401	1.824.537
Contratos regulados	1.052.010	619.526
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	163.446	158.759
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	114.371	118.439
Disponibilidade da rede elétrica	**1.100.179**	**1.071.712**
Receita de operação e manutenção - O&M	439.522	405.832
Receita de juros efetivos	660.657	665.880
Receita de construção (a)	**99.549**	**115.171**
Outras receitas operacionais	**99.249**	**119.148**
Arrendamentos e aluguéis (29.2)	7.223	5.919
Renda da prestação de serviços	91.781	112.725
Outras receitas	245	504
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**4.051.205**	**4.027.900**
(-) Pis/Pasep e Cofins	(351.875)	(337.057)
(-) ICMS	(35)	(511)
(-) ISSQN	(3.995)	(5.214)
(-) Encargos setoriais (29.3)	(137.396)	(132.034)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.557.904**	**3.553.084**

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 9.

Consolidado	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica	**-**	**608**
Consumidores livres	-	608
Suprimento de energia elétrica	**4.454.686**	**4.202.623**
Contratos bilaterais	2.476.056	2.789.375
Contratos regulados	1.647.048	1.081.233
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	217.211	213.576
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	114.371	118.439
Disponibilidade da rede elétrica	**1.163.423**	**1.169.371**
Receita de operação e manutenção - O&M	453.462	417.560
Receita de juros efetivos	709.961	751.811
Receita de construção (a)	**99.248**	**116.112**
Outras receitas operacionais	**42.749**	**65.495**
Arrendamentos e aluguéis (29.2)	7.266	5.968
Renda da prestação de serviços	34.638	53.588
Outras receitas	845	5.939
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**5.760.106**	**5.554.209**
(-) Pis/Pasep e Cofins	(467.937)	(442.554)
(-) ICMS	(17.074)	(19.386)
(-) ISSQN	(3.995)	(5.214)
(-) Encargos setoriais (29.3)	(153.377)	(145.903)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**5.117.723**	**4.941.152**

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 9.

29.2 Arrendamentos e aluguéis

	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Equipamentos e estruturas	4.838	4.203	4.839	4.203
Compartilhamento de instalações e Imóveis	2.385	1.716	2.427	1.765
	7.223	**5.919**	**7.266**	**5.968**

29.3 Encargos setoriais

	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	68.901	65.460	68.901	65.458
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	29.894	30.679	37.727	38.342
Quota para reserva global de reversão - RGR	38.601	35.895	46.749	42.103
	137.396	**132.034**	**153.377**	**145.903**

30. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (30.1)	(138.667)	-	-	-	(138.667)	(341.302)
Encargos de uso da rede elétrica	(373.875)	-	-	-	(373.875)	(344.501)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(17.654)	-	-	-	(17.654)	(9.349)
	(530.196)	**-**	**-**	**-**	**(530.196)**	**(695.152)**
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (30.2)	(384.695)	-	(195.978)	-	(580.673)	(300.848)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 21.3)	(51.647)	-	(27.270)	-	(78.917)	(77.134)
Material	(15.029)	-	(1.277)	-	(16.306)	(16.226)
Serviços de terceiros (30.3)	(102.092)	-	(51.672)	-	(153.764)	(124.216)
Perdas estimadas, provisões e reversões (30.4)	177.693	(6.162)	-	(23.983)	147.548	7.659
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (30.6)	(127.590)	-	(19.726)	25.797	(121.519)	(177.491)
	(503.360)	**(6.162)**	**(295.923)**	**1.814**	**(803.631)**	**(688.256)**
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	(365.472)	-	(14.574)	(14.233)	(394.279)	(387.812)
Custo de construção (30.5)	(85.482)	-	-	-	(85.482)	(88.225)
	(450.954)	**-**	**(14.574)**	**(14.233)**	**(479.761)**	**(476.037)**
	(1.484.510)	**(6.162)**	**(310.497)**	**(12.419)**	**(1.813.588)**	**(1.859.445)**

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (30.1)	(216.565)	-	-	-	(216.565)	(377.716)
Encargos de uso da rede elétrica	(589.428)	-	-	-	(589.428)	(533.591)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(17.654)	-	-	-	(17.654)	(9.349)
	(823.647)	**-**	**-**	**-**	**(823.647)**	**(920.656)**
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (30.2)	(384.695)	-	(220.113)	-	(604.808)	(319.740)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 21.3)	(51.647)	-	(30.057)	-	(81.704)	(79.056)
Material	(24.871)	-	(1.375)	-	(26.246)	(17.640)
Serviços de terceiros (30.3)	(213.051)	-	(56.660)	-	(269.711)	(207.486)
Perdas estimadas, provisões e reversões (30.4)	177.693	(6.619)	-	(11.860)	159.214	11.461
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (30.6)	(199.597)	-	(31.205)	11.129	(219.673)	(261.051)
	(696.168)	**(6.619)**	**(339.410)**	**(731)**	**(1.042.928)**	**(873.512)**
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	(763.579)	-	(14.666)	(41.943)	(820.188)	(743.375)
Custo de construção (30.5)	(85.181)	-	-	-	(85.181)	(89.166)
	(848.760)	**-**	**(14.666)**	**(41.943)**	**(905.369)**	**(832.541)**
	(2.368.575)	**(6.619)**	**(354.076)**	**(42.674)**	**(2.771.944)**	**(2.626.709)**

30.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	49.931	22.609	90.336	44.059
Contratos bilaterais	81.348	328.273	125.157	346.156
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	14.741	19.384	14.741	19.384
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(7.353)	(28.964)	(13.669)	(31.883)
	138.667	**341.302**	**216.565**	**377.716**

30.2 Pessoal e administradores

	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
Pessoal				
Remunerações (a)	236.545	197.487	252.908	209.571
Encargos sociais	70.214	65.942	75.082	69.928
Auxílio alimentação e educação	31.838	26.781	31.925	26.847
Programa de desligamentos voluntários (30.2.1)	190.305	(2.461)	190.305	(2.461)
	528.902	**287.749**	**550.220**	**303.885**
Administradores				
Honorários	2.104	1.843	4.307	4.068
Encargos sociais	596	500	1.184	1.029
Outros gastos	42	41	37	41
	2.742	**2.384**	**5.528**	**5.138**
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	**49.029**	**10.715**	**49.060**	**10.717**
	580.673	**300.848**	**604.808**	**319.740**

(a) Em 2023 foi registrado o valor de R$ 42.358 referente a indenização do segundo terço adicional de férias aprovado em Acordo Coletivo de Trabalho em 19.01.2023.

30.2.1 Programa de Demissão Voluntária – PDV

Em 24.08.2023 foi instituído o Programa de Demissão Voluntária - PDV. Em 15.09.2023 foi encerrado o período de adesões, com a confirmação pela Companhia de 375 adesões na Copel GeT. O total provisionado se refere ao montante que será pago a título de indenização, acrescido da multa de 40% do FGTS e dos valores de auxílio alimentação e do subsídio da parte do empregador referente à mensalidade do plano de saúde, que serão pagos pela Copel por 12 meses a partir da data do desligamento.

30.3 Serviços de terceiros

	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
Manutenção de instalações	41.501	34.569	55.545	42.823
Manutenção do sistema elétrico	32.774	31.477	124.816	94.896
Comunicação, processamento e transmissão de dados	21.255	18.368	22.356	18.805
Consultoria e auditoria	10.794	4.700	14.670	6.444
Outros serviços	47.440	35.102	52.324	44.518
	153.764	124.216	269.711	207.486

30.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

Consolidado	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
Provisão para litígios	21.156	19.816	9.035	15.985
Perdas (reversão de perdas) estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica	(3.193)	9.061	(3.193)	9.061
Imobilizado	(174.500)	(34.435)	(174.500)	(34.435)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	6.164	2.804	6.619	2.833
Perdas (reversão de perdas) estimadas em créditos tributários	2.825	(4.905)	2.825	(4.905)
	(147.548)	**(7.659)**	**(159.214)**	**(11.461)**

30.5 Custo de construção

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Material	50.917	20.619
Serviços de terceiros	26.845	31.816
Pessoal	16.103	19.195
Outros (a)	(8.684)	17.536
	85.181	**89.166**

(a) No saldo está contido o valor de reversão de provisões para litígios, no total de R$ 8.737.

30.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

Consolidado	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	102.904	97.861	143.935	134.708
Seguros	15.811	16.693	36.533	29.995
Valor justo de ativos de concessão de geração de energia elétrica	-	26.451	-	26.451
Arrendamentos e aluguéis	4.873	6.001	18.981	18.025
Taxa de fiscalização da Aneel	10.720	9.916	17.332	14.843
Tributos	11.984	12.933	16.156	15.965
Indenizações	2.289	909	2.468	956
Comunicação corporativa				
Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP	2.801	2.593	2.801	2.593
Patrocínio	194	54	194	54
Publicidade	37	51	37	51
Ressarcimento de matéria prima e insumos pela CDE	(17.581)	-	(17.581)	-
Outras receitas, custos e despesas, líquidos (a)	(12.513)	4.029	(1.183)	17.410
	121.519	**177.491**	**219.673**	**261.051**

(a) A variação se refere principalmente ao aumento de recuperação de despesas no ano de 2023 em relação à 2022.

31. Resultado Financeiro

Consolidado	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado Reapresentado 31.12.2022
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	123.037	114.766	293.862	215.324
Juros sobre liquidações na CCEE	5.155	5.760	5.732	6.230
Atualização de depósitos judicias	6.176	6.552	6.179	6.554
Acréscimos moratórios sobre faturas	2.528	3.330	2.808	3.460
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 24.1)	-	2.721	-	2.722
(-) Pis e Cofins	(7.934)	(7.468)	(10.125)	(9.389)
Outras receitas financeiras	35.170	30.228	35.564	33.076
	164.132	**155.889**	**334.020**	**257.977**
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	795.079	697.330	1.044.171	855.122
Atualização monetária de litígios (NE nº 27.1)	13.951	-	12.821	-
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 24.1)	6.966	10.559	6.966	10.559
Juros sobre P&D (NE nº 23.1)	(276)	191	457	633
Valor justo dos derivativos - contrato a termo	-	2.907	-	2.907
Outras despesas financeiras	13.940	14.424	17.014	24.801
	829.660	**725.411**	**1.081.429**	**894.022**
Líquido	**(665.528)**	**(569.522)**	**(747.409)**	**(636.045)**

32. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

32.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pela diretoria, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

Até 31.12.2023, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 31.12.2023.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4.

32.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (GER), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (TRA); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada.

Em decorrência do processo de desinvestimento da UEGA detalhado na NE nº 38, as demonstrações do resultado por segmento apresentadas a seguir contém a coluna de reclassificação dos saldos da operação descontinuada que fazem parte do segmento de geração de energia elétrica.

32.3 Demonstração do resultado por segmento reportável

Demonstração do Resultado 31.12.2023	GER	TRA	Reclassificações NE nº 38	Operações inter-segmento	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.032.121	1.096.350	-	(10.748)	5.117.723
Receita operacional líquida com terceiros	4.032.121	1.085.602	-	-	5.117.723
Receita operacional líquida entre segmentos	-	10.748	-	(10.748)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.284.691)	(474.508)	(23.493)	10.748	(2.771.944)
Energia elétrica comprada para revenda	(205.106)	(14.741)	3.282	-	(216.565)
Encargos de uso da rede elétrica	(634.049)	-	33.873	10.748	(589.428)
Pessoal e administradores	(363.796)	(247.393)	6.381	-	(604.808)
Planos previdenciário e assistencial	(49.434)	(33.003)	733	-	(81.704)
Material	(20.704)	(5.583)	41	-	(26.246)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(19.113)	-	1.459	-	(17.654)
Serviços de terceiros	(228.612)	(50.021)	8.922	-	(269.711)
Depreciação e amortização	(820.413)	(16.207)	16.432	-	(820.188)
Provisão para litígios	(6.579)	(12.777)	10.321	-	(9.035)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	285.825	-	(108.132)	-	177.693
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(7.110)	(2.334)	-	-	(9.444)
Custo de construção	-	(85.181)	-	-	(85.181)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(215.600)	(7.268)	3.195	-	(219.673)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	16.651	283.938	-	-	300.589
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.764.081	905.780	(23.493)	-	2.646.368
Receitas financeiras	276.901	66.922	(9.803)	-	334.020
Despesas financeiras	(740.820)	(344.524)	3.915	-	(1.081.429)
LUCRO OPERACIONAL	1.300.162	628.178	(29.381)	-	1.898.959
Imposto de renda e contribuição social	(229.599)	1.780	(36.795)	-	(264.614)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	1.070.563	629.958	(66.176)	-	1.634.345
Resultado de operações descontinuadas			66.176		66.176
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.070.563	629.958	-	-	1.700.521

Demonstração do Resultado Reapresentado 31.12.2022	GER	TRA	Reclassificações NE nº 38	Operações inter-segmento	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.909.770	1.140.733	(98.508)	(10.843)	4.941.152
Receita operacional líquida com terceiros	3.909.770	1.129.890	(98.508)	-	4.941.152
Receita operacional líquida entre segmentos	-	10.843	-	(10.843)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.686.273)	(303.450)	352.171	10.843	(2.626.709)
Energia elétrica comprada para revenda	(377.716)	-	-	-	(377.716)
Encargos de uso da rede elétrica	(576.964)	-	32.530	10.843	(533.591)
Pessoal e administradores	(203.003)	(123.528)	6.791	-	(319.740)
Planos previdenciário e assistencial	(48.726)	(30.948)	618	-	(79.056)
Material	(12.606)	(5.297)	263	-	(17.640)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(123.279)	-	113.930	-	(9.349)
Serviços de terceiros	(203.594)	(37.041)	33.149	-	(207.486)
Depreciação e amortização	(753.377)	(13.692)	23.694	-	(743.375)
Provisão para litígios	(17.871)	(950)	2.836	-	(15.985)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	(82.758)	-	108.132	-	25.374
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(992)	3.064	-	-	2.072
Custo de construção	-	(89.166)	-	-	(89.166)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(285.387)	(5.892)	30.228	-	(261.051)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	20.371	450.235	-	-	470.606
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.243.868	1.287.518	253.663	-	2.785.049
Receitas financeiras	219.157	58.514	(19.694)	-	257.977
Despesas financeiras	(630.022)	(272.287)	8.287	-	(894.022)
LUCRO OPERACIONAL	833.003	1.073.745	242.256	-	2.149.004
Imposto de renda e contribuição social	(250.936)	(56.353)	11.885	-	(295.404)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	582.067	1.017.392	254.141	-	1.853.600
Resultado de operações descontinuadas	-	-	(254.141)		(254.141)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	582.067	1.017.392	-	-	1.599.459

33. Instrumentos Financeiros

33.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.12.2023 Valor contábil	31.12.2023 Valor justo	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	1.008.767	1.008.767	380.955	380.955
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	136.591	136.591	123.022	123.022
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.2	3	71.835	71.835	68.642	68.642
			1.217.193	**1.217.193**	**572.619**	**572.619**
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		425.448	425.448	389.967	389.967
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (g)	8.1		792.741	893.275	766.832	866.653
			1.218.189	**1.318.723**	**1.156.799**	**1.256.620**
Total dos ativos financeiros			2.435.382	2.535.916	1.729.418	1.829.239
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	18		449.743	449.743	437.489	437.489
Empréstimos e financiamentos (e)	19		2.294.611	2.127.880	2.401.483	2.200.609
Debêntures (f)	20		3.807.334	3.811.044	3.252.202	3.210.326
Contas a pagar vinculadas à concessão (g)	24		65.160	58.841	63.355	55.681
			6.616.848	**6.447.508**	**6.154.529**	**5.904.105**
Total dos passivos financeiros			6.616.848	6.447.508	6.154.529	5.904.105

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2023 Valor contábil	31.12.2023 Valor justo	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	2.311.905	2.311.905	1.580.000	1.580.000
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	487.790	487.790	428.369	428.369
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.2	3	71.835	71.835	68.642	68.642
			2.871.530	**2.871.530**	**2.077.011**	**2.077.011**
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		635.495	635.495	585.931	585.931
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (g)	8.1		792.741	893.275	766.832	866.653
			1.428.236	**1.528.770**	**1.352.763**	**1.452.584**
Total dos ativos financeiros			4.299.766	4.400.300	3.429.774	3.529.595
Custo amortizado						
Mútuo (a)	34		-	-	47.404	47.404
Fornecedores (a)	18		536.356	536.356	501.075	501.075
Empréstimos e financiamentos (e)	19		4.627.214	4.386.910	3.923.863	3.414.859
Debêntures (f)	20		4.357.779	4.354.139	3.830.631	3.771.847
Contas a pagar vinculadas à concessão (g)	24		65.160	58.841	63.355	55.681
			9.586.509	**9.336.246**	**8.366.328**	**7.790.866**
Total dos passivos financeiros			9.586.509	9.336.246	8.366.328	7.790.866

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Ativos financeiros com valores justos similares aos valores contábeis (NE nº 4.3).

d) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).

e) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, CDI + spread de 2,19%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado, exceto para os contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB que tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

f) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2023, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

g) Utilizada a taxa de desconto real e antes dos impostos, de 8,23% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

33.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

33.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	Controladora 31.12.2023	Controladora 31.12.2022	Consolidado 31.12.2023	Consolidado 31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.008.767	380.955	2.311.905	1.580.000
Títulos e valores mobiliários (a)	136.591	123.022	487.790	428.369
Clientes (b)	425.448	389.967	635.495	585.931
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (c)	792.741	766.832	792.741	766.832
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	71.835	68.642	71.835	68.642
	2.435.382	**1.729.418**	**4.299.766**	**3.429.774**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.

b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão das contas a receber, detectando clientes com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração – RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.

d) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição – VNR, para fins de indenização. Em julho de 2021 foi publicada a Resolução Normativa nº 942/2021, posteriormente abarcada pela Resolução Normativa n° 1027/2022, na qual disciplinou-se a apuração destes valores por meio da apresentação de laudos de avaliação a serem elaborados por empresas credenciadas. Em agosto de 2022 a Copel protocolou na Aneel os laudos de avaliação relativos aos valores residuais, com data base julho de 2015, para as UHEs Governador Parigot de Souza – GPS e Mourão – MOU, os quais, desde janeiro de 2023, passam por fiscalização por parte da agência reguladora. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.

33.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

Controladora	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2023							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 19	18.768	105.412	216.859	1.835.436	946.866	3.123.341
Debêntures	NE nº 20	113.219	5.689	751.444	2.318.566	2.248.867	5.437.785
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	516	1.051	4.774	23.145	161.974	191.460
Fornecedores	-	186.788	200.502	7.387	55.066	-	449.743
Passivo de arrendamentos	NE nº 25	1.493	2.978	10.183	35.339	108.231	158.224
		320.784	**315.632**	**990.647**	**4.267.552**	**3.465.938**	**9.360.553**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2023							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 19	41.022	153.656	403.198	2.816.344	3.369.102	6.783.322
Debêntures	NE nº 20	116.823	12.567	828.764	2.721.548	2.582.750	6.262.452
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	516	1.051	4.774	23.145	161.974	191.460
Fornecedores	-	263.537	201.360	16.393	55.066	-	536.356
Passivo de arrendamentos	NE nº 25	1.748	3.489	12.529	48.904	279.492	346.162
		423.646	**372.123**	**1.265.658**	**5.665.007**	**6.393.318**	**14.119.752**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 19.3 e 20.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

33.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 9,00%, IPCA - 3,86% e TJLP - 6,43%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Controladora Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2023	Cenários projetados: Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	136.591	12.293	9.220	6.147
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	792.741	30.600	22.950	15.300
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	71.835	-	-	-
		1.001.167	**42.893**	**32.170**	**21.447**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(813.542)	(52.312)	(65.390)	(78.468)
BNDES	Alta IPCA	(392.709)	(15.159)	(18.948)	(22.738)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(49.263)	(3.168)	(3.960)	(4.752)
Banco Itaú	Alta CDI	(1.039.097)	(93.519)	(116.898)	(140.278)
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.756.012)	(248.041)	(310.051)	(372.062)
Debêntures	Alta IPCA	(1.051.322)	(40.581)	(50.726)	(60.872)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(65.160)	(2.515)	(3.144)	(3.773)
		(6.167.105)	**(455.295)**	**(569.117)**	**(682.943)**

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Consolidado Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2023	Cenários projetados: Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	487.790	43.901	32.925	21.950
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	792.741	30.600	22.950	15.300
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	71.835	-	-	-
		1.352.366	**74.501**	**55.875**	**37.250**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(1.560.824)	(100.363)	(125.454)	(150.545)
BNDES	Alta IPCA	(392.709)	(15.159)	(18.948)	(22.738)
Banco do Nordeste	Alta IPCA	(1.584.566)	(61.164)	(76.455)	(91.746)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(49.263)	(3.168)	(3.960)	(4.752)
Banco Itaú	Alta CDI	(1.039.097)	(93.519)	(116.898)	(140.278)
Outros	Sem Risco	(755)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(1.587.547)	(142.879)	(178.599)	(214.319)
Debêntures	Alta IPCA	(2.687.488)	(103.737)	(129.671)	(155.606)
Debêntures	Alta TJLP	(82.744)	(5.321)	(6.651)	(7.981)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(65.160)	(2.515)	(3.144)	(3.773)
		(9.050.153)	**(527.825)**	**(659.780)**	**(791.738)**

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

33.2.4 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis durante os anos de 2022 e 2023, estima-se que o risco de falta energia em 2024 esteja minimizado.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

33.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF *(Generation Scaling Factor)*

O Mecanismo de Realocação de Energia – MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física – GF e é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Para os contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

Os riscos com o GSF estão bastante reduzidos devido à melhora do cenário hidrológico em 2022 e 2023.

33.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, alterada pela Lei nº 14.052/2020 no que diz respeito ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões pelo regime de cotas de garantia física.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração) e transmissão (RAP – Receita Anual Permitida).

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e n° 11.307/2022, que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia – PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 12 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Alguns empreendimentos de geração da Copel tiveram seu período de concessão estendido devido aos efeitos do GSF (Generation Scaling Factor), pois estabeleceu-se a compensação por meio de extensão do prazo de outorga das usinas contempladas pela Lei nº 13.203/2015, culminando na homologação do prazo de extensão da outorga destas usinas por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021.

Em 25.11.2022 a Copel manifestou junto ao poder concedente o interesse na obtenção de outorga por trinta anos para as UHEs Governador José Richa, Governador Ney Aminthas de Barros Braga e Governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Em 12.04.2023 foi publicada a Portaria Nº 726/2023, estabelecendo as condições complementares à outorga dos novos contratos de concessão. Conforme descrito na NE nº 1, foi concluído o processo de transformação da Copel em "Corporação", o que possibilitará a manutenção de 100% de participação da Companhia nestas usinas.

Com relação à UHE São Jorge, cuja concessão vence em 2026, a Copel não manifestou interesse na renovação e pretende, ao final da concessão, solicitar à Aneel a conversão da outorga em registro.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a usina passou por processo de modernização, tendo como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta. A usina foi liberada para operação comercial em 07.12.2022 por meio do Despacho nº 3.502/2022. Em 31.10.2023 a Companhia protocolou carta no Ministério de Minas e Energia requerendo a desistência da intenção de prorrogação da concessão da UTE Figueira, formulada em 2017, com retorno imediato ao Poder Concedente de todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à UTE Figueira e com a correspondente indenização à Copel GeT pela reversão dos bens.

Conforme a Lei nº 14.052/2020, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar as concessões das UHEs Guaricana e Chaminé até julho e agosto de 2025, respectivamente. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, as concessões, ao seu termo, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente. Em relação à UHE Apucaraninha a Copel solicitou a prorrogação da outorga em 26.01.2024, conforme previsto na Lei n ° 12.783/2013.

Em relação ao segmento de transmissão, a única concessão da Copel GeT a vencer nos próximos dez anos, é do Contrato de Concessão nº 75/2001, referente à LT Bateias-Jaguariaíva 230 kV, que vencerá em 17.08.2031.

Adicionalmente, quanto à prorrogação dos contratos de concessão de transmissão, em 29.12.2022 foi publicado o Decreto nº 11.314 que determina que a prorrogação das concessões de transmissão poderá ser realizada somente quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público e será realizada sem a indenização antecipada dos bens vinculados à prestação do serviço, condicionada à aceitação por parte da concessionária em relação à receita e demais condições do termo aditivo a ser elaborado pela Aneel.

33.2.7 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas futuras da Companhia.

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 26. O aumento do passivo em 2023 se deve ao fato de que os montantes a pagar estavam suspensos até 31.12.2023 em virtude das discussões no setor a respeito da restrição da geração dos parques eólicos (constrained-off). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência de eventos de constrained-off, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste.

33.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

33.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	2.280.535	2.388.924	4.592.497	3.892.355
Debêntures	3.768.958	3.228.517	4.298.930	3.787.248
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.008.767)	(380.955)	(2.311.905)	(1.580.000)
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	(74.200)	(66.196)	(405.249)	(353.362)
Dívida líquida ajustada	**4.966.526**	**5.170.290**	**6.174.273**	**5.746.241**
Patrimônio líquido	12.748.166	12.790.067	12.874.366	12.896.797
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	**0,39**	**0,40**	**0,48**	**0,45**

34. Transações com Partes Relacionadas

34.1 Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante				
Controlador (34.1.1)				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	808	815	808	815
Controladas (34.1.1)				
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	55	58	-	-
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	75	79	-	-
Uirapuru	77	80		
FDA Energia	652	691	-	-
Bela Vista	178	180		
Eólicas	12.800	3.379	-	-
Entidade sob controle em comum (34.1.1)				
Copel Distribuição S.A.	8.950	8.962	8.950	8.962
Copel Comercialização S.A.	167	141	167	141
Empreendimentos controlados em conjunto (34.1.1)				
Mata de Santa Genebra Transmissora	712	777	712	777
	24.474	**15.162**	**10.637**	**10.695**
Passivo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel - mútuo (34.1.2)	-	-	-	47.404
Entidade sob controle em comum (34.1.1)				
Copel Distribuição S.A.	5.967	5.897	7.530	7.154
	5.967	**5.897**	**7.530**	**54.558**

34.1.1 Compartilhamento de estruturas

Saldos se referem, principalmente, aos contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores, celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas, e saldo referente transferência de projetos entre subsidiárias da Copel GeT.

34.1.2 Contrato de Mútuo – Complexo Jandaíra

Em 17.05.2022, foi assinado contrato de mútuo entre as empresas do Complexo Eólico Jandaíra e a Companhia Paranaense de Energia – Copel, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de CDI + 1,38% ao ano, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. Os contratos têm vigência até 17.05.2024. Do valor global aprovado, de R$ 49.400, foram transferidos R$ 49.087. A liquidação foi efetuada em 31.07.2023 e a despesa financeira em 2023 foi de R$ 4.327 (R$ 1.313 em 2022).

34.1.3 Contrato de Mútuo – UEG Araucária

Em 04.07.2023, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel e a UEG Araucária, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de CDI + 1,40% ao ano, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O contrato tem vigência até 04.07.2025. Do valor global aprovado, de R$ 35.000, foram transferidos R$ 15.000 em outubro de 2023 e R$ 20.000 em dezembro de 2023. A despesa financeira em 2023 foi de R$ 410. Os valores foram reclassificados para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda e resultado de operações descontinuadas tendo em vista o processo de desinvestimento (NE nº 38).

34.2 Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022
Entidades com influência significativa								
Estado do Paraná - Empregados cedidos (a)	77	-	-	-	-	-	-	-
BNDES e BNDESPAR (b)								
Financiamentos (NE nº 19)	-	-	1.935.508	2.085.849	-	-	(179.573)	(189.968)
Debêntures (NE nº 20)	-	-	200.242	216.811	-	-	(25.036)	(28.085)
Controladora								
Companhia Paranaense de Energia - Copel								
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	1.274.433	372.899	-	-	-	-
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	7.533	5.303	-	-	64.212	47.828	-	-
Rede básica e de conexão	36.769	29.691	-	-	397.773	348.443	-	-
Sistema de distribuição	-	-	2.049	1.672	-	-	(8.268)	(6.578)
Consumo de energia	-	-	125	146	-	-	(2.872)	(3.887)
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	201.458	230.762	-	-	2.331.333	2.673.996	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	30.404	-	-	(79.169)	(329.666)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (c)	163	1.245	-	-	1.439	12.669	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Caiuá Transmissora de Energia - Dividendos	2.737	5.486	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção (d)	326	313	-	-	3.860	3.619	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	10	12	-	-	(188)	(181)
Integração Maranhense Transmissora - Dividendos	739	6.885	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	49	25	-	-	(829)	(795)
Matrinchã Transmissora de Energia - Dividendos	14.022	41.577	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	235	294	-	-	(4.611)	(4.625)
Guaraciaba Transmissora de Energia - Dividendos	44.882	50.137	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	111	142	-	-	(2.382)	(2.091)
Paranaíba Transmissora de Energia - Dividendos	8.360	5.400	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	155	184	-	-	(2.902)	(3.046)
Cantareira Transmissora de Energia - Dividendos	10.421	9.254	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	119	140	-	-	(2.316)	(2.388)
Mata de Santa Genebra Transmissora - Dividendos	13.837	13.333	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços e compartilhamento de estruturas (e)	2.180	3.236	-	-	13.653	19.318	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	259	276	-	-	(5.087)	(5.098)
Voltalia São Miguel do Gostoso (f)	**10**	**-**	**-**	**-**	**115**	**112**	**-**	**-**
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (g)	14	15	1.356	1.356	177	174	(15.345)	(16.089)
Foz do Chopim Energética Ltda. (h)	312	302	-	-	3.705	3.493	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 30.2)	-	-	-	-	-	-	(5.528)	(5.138)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 21.3)	-	-	-	-	-	-	(358)	(208)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	55.456	43.853	-	-	(5.104)	(5.229)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 21.3)	-	-	420.718	320.675	-	-	-	-
Lactec (i)	-	-	43	753	-	-	(4.534)	(4.438)
Companhia de Saneamento do Paraná (j)								
Água tratada, coleta e tratamento de esgoto	-	-	82	444	-	-	(572)	(479)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	-	-	-	-	-	485	-	-
Simepar (k)	-	-	370	68	-	-	(5.847)	(4.766)
Celepar (l)	-	-	-	-	-	-	(26)	(11)

a) Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.

b) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel. O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel (NE nº 20).

c) Contratos de serviços firmados entre a Copel GeT e a Elejor com vencimento em 30.09.2026.

d) Contrato firmado entre a Copel GeT e a Caiuá Transmissora de Energia, com vencimento em 10.05.2026.

e) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 31.01.2028, e compartilhamento de instalações, com vencimento em 1º.01.2043.

f) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste, Marumbi e Uirapuru com as subsidiárias da Voltália São Miguel do Gostoso I Participações S.A. (controlada em conjunto da Copel), com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048.

g) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT e suas subsidiárias, com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048, e contrato de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025, firmados com a Dona Francisca Energética S.A., coligada da Copel.

h) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2025, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.

i) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT e FDA, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

j) Entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná.

k) O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

l) Contratos de prestação de serviços firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Paraná - Celepar (sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Governo do Estado)

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Copel GeT tem contratos de compra e venda de energia de curto e longo prazo firmado com partes relacionadas, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Nas operações entre a Copel GeT e suas subsidiárias, tanto os saldos das transações existentes quanto os saldos dos compromissos são eliminados entre si quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, a Copel GeT e suas controladas possuem contratos com a Copel Comercialização e com a Dona Francisca que totalizam R$ 90.538 em compromissos de compra (R$ 124.756 em 31.12.2022) e R$ 5.533.701 (R$ 6.719.397 em 31.12.2022) em compromissos de venda de energia.

No que diz respeito à remuneração do pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

34.3 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel GeT e sua Controladora, Copel, na emissão de financiamentos e debêntures de suas controladas são informados nas NEs nºs 19 e 20 e nas operações efetuadas pelos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa		Operação	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo (a)	% participação	Valor da fiança
(1)	Caiuá Transmissora	Financiamento BNDES	15.02.2029	84.600	19.164	49,0	(b)
(2)	Cantareira Transmissora	Debêntures	15.08.2032	100.000	85.553	49,0	(b)
(3)		Financiamento	15.09.2032	426.834	342.289		(b)
(4)	Guaraciaba Transmissora	Financiamento BNDES	15.01.2031	440.000	266.747	49,0	(b)
(5)		Debêntures	15.12.2030	118.000	116.415		(b)
(6)	Matrinchã Transmissora	Financiamento BNDES	15.06.2029	691.440	257.159	49,0	(b)
(7)		Debêntures (2ª)	15.06.2029	180.000	173.946		(b)
(8)		Debêntures (3ª)	15.12.2038	135.000	157.013		(c)
(9)	IMTE Transmissora	Financiamento	12.02.2029	142.150	35.807	49,0	(b)
(10)	Mata de Santa Genebra	Debêntures (2ª)	15.11.2030	210.000	1.707.706	50,1	(d)
(11)		Debêntures (3ª)	15.11.2041	1.500.000			
(12)	Paranaíba Transmissora	Financiamento	15.10.2030	606.241	373.142	24,5	(b)
(13)		Debêntures	15.03.2028	120.000	75.141		(b)

(a) Saldo da dívida bruta, descontado do caixa restrito que já está garantido pelas próprias empresas.
(b) Para estes contratos a fiança corporativa e/ou a carta fiança foram exoneradas permanecendo somente a garantia de penhor de ações da Copel GeT.
(c) As garantias a serem prestadas na 3ª emissão só serão apresentadas depois do vencimento das Debêntures da 2ª emissão e do Financiamento com o BNDES.
(d) Para estes contratos as fianças foram exoneradas em 22.08.2023 mediante declaração de conclusão físico financeira.
Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT em todos os empreendimentos.

35. Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	31.12.2023	31.12.2022
Contratos de compra e transporte de energia	8.685.112	8.818.720

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

36. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguaçu	31.05.2024	2.406.243
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	21.01.2025	2.316.006
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2024	2.209.803
Riscos Operacionais - UHE Colíder	01.12.2024	1.892.320
Riscos Nomeados	24.08.2024	1.460.345
Riscos Operacionais - Aventura e SRMN	28.11.2024	1.092.864
Riscos Operacionais - Ventos de Serra do Mel II e IV	28.11.2024	1.086.211
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	25.08.2024	1.039.962
Garantia Judicial	10.08.2024	683.415
Riscos Operacionais - São Bento	25.08.2024	584.128

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, seguro de responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento e riscos diversos. Adicionalmente, a Companhia possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

37. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

37.1 Transações que não envolvem caixa

Do total de aquisições de imobilizado (demonstrado na NE nº 15.2), R$ 3.015 (R$ 2.095 em 31.12.2022) na Controladora e R$ 3.636 (R$ 8.055 em 31.12.2022) no Consolidado correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

Conforme a NE nº 25.1, as adições ocorridas no direito de uso de ativos totalizaram R$ 21.172 na Controladora e R$ 45.486 no Consolidado (R$ 19.854 na Controladora e R$ 20.297 no Consolidado em 31.12.2022), sendo que tais reconhecimentos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

38. Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Em atendimento às diretrizes do Planejamento Estratégico Empresarial da Copel – Visão 2030 quanto à descarbonização do seu portfólio de ativos, a Companhia iniciou em 2022 o processo de desinvestimento da participação da Copel e Copel GET na UEG Araucária S.A. (UEGA), com a intenção de venda em conjunto com a outra sócia, Petrobras. Em 04.09.2023, após um período de paralisação, o processo foi retomado, conforme Comunicado ao Mercado 21/23. Em 27.10.2023 começou a fase de proposta vinculante, conforme Comunicado ao Mercado 25/23. Em 14.12.2023, após desistência do Acordo de Venda Conjunta com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, a Copel e Copel GeT assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA) da participação societária na UEGA com a Âmbar Energia S.A., conforme disposto no Fato Relevante 20/23, sendo que o valor da transação na data-base de 30.09.2023, equivalente ao Equity Value referente a participação de 81,2% da Copel no investimento, foi de R$ 290.662 (R$ 217.996 correspondente somente à participação da Copel GeT de 60,9%). Ainda em 14.12.2023 a Copel GeT recebeu R$ 43.599 a título de sinal de pagamento. Em 26.02.2024, conforme Comunicado ao Mercado 04/24 a Copel recebeu da Petrobras a informação sobre o efetivo exercício do direito de tag along (venda conjunta) no desinvestimento na UEGA, em conformidade com os termos do CCVA, de modo que a usina termelétrica será alienada na totalidade das participações societárias. A conclusão da operação, estimada para ocorrer até 31.03.2024, ainda está sujeita ao implemento de condições precedentes comuns nesse tipo de negócio, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

A partir das demonstrações financeiras de setembro de 2023, a Administração avaliou a venda do ativo como altamente provável, com expectativa de conclusão do processo em até 12 meses e, portanto, a Companhia entendeu que foram atendidos os critérios determinados pelo CPC 31 / IFRS 5 para classificar o ativo como mantido para venda e para a divulgação de uma operação como descontinuada. A UEGA faz parte do segmento de geração de energia elétrica que será mantido na Companhia. Ainda em atendimento ao CPC 31, item 25, a partir de 1º.10.2023 foram cessadas a depreciação e amortização dos ativos que serão vendidos, após a sua reclassificação para o ativo circulante, na linha de Ativos classificados como mantidos para venda.

Apresentamos a seguir os saldos dos ativos e passivos que foram reclassificados, os quais são apresentados em linha específica do balanço patrimonial. Em atendimento à norma contábil, os saldos são mensurados pelos valores contábeis, tendo em vista que são inferiores aos valores justos menos as despesas de venda.

31.12.2023	Controladora	Consolidado
Ativos classificados como mantidos para venda		
Caixa e equivalentes de caixa	-	22.354
Tributos a recuperar e tributos diferidos	-	112.025
Depósitos judiciais	-	41
Outros créditos	-	317
Imobilizado	-	293.750
Intangível	-	35
Investimentos	196.564	-
	196.564	**428.522**
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda		
Obrigações sociais e trabalhistas	-	702
Partes relacionadas	-	35.616
Fornecedores	-	3.613
Obrigações fiscais	-	278
Dividendos a pagar	-	16.865
Benefícios pós-emprego	-	718
Provisões para litígios	-	10.935
Outras contas a pagar	-	8.690
	-	**77.417**

Os saldos reclassificados contemplam os valores dos ativos e passivos da UEGA já ajustados pelos montantes que são eliminados no balanço consolidado da Copel e, ainda, pela cessação da depreciação e amortização dos ativos a partir de 1º.10.2023.

Os passivos contingentes da UEGA de R$ 1.717 não estão contemplados no total divulgado na NE nº 27.2. A UEGA não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R$ 149.131 por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

As receitas, custos e despesas bem como a movimentação de fluxo de caixa resultantes desses ativos e passivos foram apresentados em linhas separadas, como operação descontinuada, tanto na Demonstração de Resultados e de Resultados Abrangentes como na Demonstração dos Fluxos de Caixa e na Demonstração do Valor Adicionado. O detalhamento destes valores está apresentado nos quadros a seguir.

Demonstração de Resultados das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida	-	-	-	98.508
Custos Operacionais	-	-	46.209	(313.406)
Lucro operacional bruto	**-**	**-**	**46.209**	**(214.898)**
Despesas gerais e administrativas	-	-	(10.349)	(11.658)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	(12.367)	(27.107)
Resultado da equivalência patrimonial	30.134	(162.903)	-	-
	30.134	**(162.903)**	**(22.716)**	**(38.765)**
Lucro (prejuízo) antes do res. financeiro e tributos	**30.134**	**(162.903)**	**23.493**	**(253.663)**
Resultado Financeiro	-	-	5.888	11.407
Lucro (prejuízo) operacional	**30.134**	**(162.903)**	**29.381**	**(242.256)**
Imposto de renda e contribuição social	**-**	**-**	**36.795**	**(11.885)**
Lucro líquido (prejuízo) da operação descontinuada	**30.134**	**(162.903)**	**66.176**	**(254.141)**
Outros resultados abrangentes da operação descontinuada	185	(63)	304	(103)
Resultado abrangente da operação descontinuada	**30.319**	**(162.966)**	**66.480**	**(254.244)**

A variação no resultado das operações descontinuadas se deve, principalmente, à reversão do impairment da UEGA, tendo em vista que o preço de venda pactuado no CCVA indica de forma observável o valor justo do ativo, de modo que em 31.12.2023 não existe a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do resultado da operação descontinuada. Os montantes de eliminações de custos e despesas *intercompany* se referem principalmente aos serviços de operação e manutenção da UEGA prestados pela Copel GET, e à atualização monetária de dividendos da Compagas e UEGA.

	31.12.2023	31.12.2022
Resultado de operação descontinuadas atribuídos à controladora	30.134	(162.903)
Resultado de operação descontinuadas atribuídos à não controladores	19.351	(104.593)
	49.485	**(267.496)**
(+) Eliminações de Custos/Despesas intercompany	16.691	13.355
Resultado de operação descontinuada consolidado	**66.176**	**(254.141)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido (prejuízo)	30.134	(162.903)	66.176	(254.141)
Ajustes ao lucro	(30.134)	162.903	(112.848)	185.823
Variações de ativos e passivos	-	-	(21.095)	(26.094)
Impostos e encargos pagos	-	-	-	(34)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**-**	**-**	**(67.767)**	**(94.446)**
Aplicações financeiras	-	-	-	14.571
Aquisições de ativo de contrato, imobilizado e intangível	-	-	(9.870)	(153.604)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	**-**	**-**	**(9.870)**	**(139.033)**
Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas	-	-	35.000	-
Amortizações de passivos de arrendamentos	-	-	-	(101)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**-**	**-**	**35.000**	**(101)**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**-**	**-**	**(42.637)**	**(233.580)**

Demonstração do Valor Adicionado das Operações Descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Valor Adicionado a Distribuir				
Receitas	-	-	1.032	109.685
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(36.693)	(329.138)
(-) Depreciação e amortização	-	-	(16.432)	(23.694)
(+) Valor adicionado transferido	30.134	(162.903)	9.803	19.694
	30.134	**(162.903)**	**(42.290)**	**(223.453)**
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	-	-	6.139	6.512
Governo	-	-	(118.029)	10.031
Terceiros	-	-	3.424	14.145
Acionistas	30.134	(162.903)	66.176	(254.141)
	30.134	**(162.903)**	**(42.290)**	**(223.453)**

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

Moacir Carlos Bertol
Diretor Geral

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais

Kleberson Luiz da Silva
Diretor de Comercialização de Energia

Ronaldo Bosco Soares
Contador - CRC PR-043819/O-0

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor de Operação e Manutenção de Geração e Transmissão

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo e de Participações

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Copel Geração e Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copel Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copel Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas - UEG Araucária (UEGA)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.17 e nº 38 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 4 de setembro de 2023, a Companhia emitiu o comunicado ao mercado informando a continuidade do desinvestimento da participação na UEG Araucária (UEGA) e em 14 de dezembro de 2023, foi assinado o contrato de compra e venda de ações relativa à participação societária.

A Administração entendeu que foram atendidos os critérios determinados pelo pronunciamento técnico CPC 31 e a norma internacional IFRS 5 para classificação dos ativos e respectivos passivos mantidos para venda e de divulgação como operação descontinuada. A nota explicativa nº 3.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas descreve a reapresentação efetuada pela Companhia em decorrência da divulgação como operação descontinuada.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude dos montantes envolvidos e do alto grau de julgamento empregado pela Administração para análise do momento em que os critérios para classificação dos ativos e respectivos passivos mantidos para venda e de divulgação como operação descontinuada foram atingidos, que requer a utilização de conhecimento técnico e interpretação do contexto aplicável ao tema. A execução de procedimentos de auditoria exigiu julgamento do auditor e amplo esforço de auditoria.

Para responder este principal assunto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia e de suas controladas relacionados ao processo da Administração para classificação dos ativos e respectivos passivos mantidos para venda e de divulgação como operação descontinuada, incluindo a reapresentação dos valores correspondentes de exercício anterior nas demonstrações financeiras; (b) avaliação dos critérios utilizados pela Administração para identificação do momento em que foram atingidos os critérios para classificação dos ativos e respectivos passivos mantidos para venda e de apresentação como operação descontinuada, incluindo a reapresentação dos valores correspondentes do exercício anterior e mensuração dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (c) Avaliação dos critérios utilizados pela Administração para mensuração e avaliação do valor justo dos ativos; (d) Teste da integridade e exatidão dos montantes classificados como ativos e respectivos passivos mantidos para venda e de divulgação como operação descontinuada, incluindo a reapresentação dos valores correspondentes do exercício anterior; (e) Envolvimento dos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade, para nos auxiliar quanto aos conceitos utilizados pela Companhia para mensuração, classificação e divulgação relativa a reversão total de perda estimada para redução ao valor recuperável ("impairment"); e (f) Avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a classificação de ativos e respectivos passivos mantidos para venda e a divulgação como operação descontinuada, realizada pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões para litígios e passivo contingente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.10 e nº 27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes tribunais. Com base em avaliações feitas pelos seus assessores jurídicos, a Diretoria reconhece uma provisão para aqueles processos cujas perdas são consideradas prováveis. A Diretoria da Companhia entende que não é viável fornecer informações sobre o tempo esperado de eventuais saídas de caixa decorrentes desses processos judiciais em que a Companhia e suas controladas estejam envolvidas, devido ao ritmo lento e à imprevisibilidade dos sistemas jurídicos, fiscais e regulatórios brasileiros, considerando que a resolução final do processo para o qual foi reconhecida uma provisão depende da conclusão dos procedimentos dos tribunais jurídicos.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do grande número de processos judiciais e administrativos e à subjetividade necessária para estimar a probabilidade e mensurar a provisão para litígios de potenciais perdas. A execução de procedimentos de auditoria para avaliar se a provisão para litígios foi apropriadamente reconhecida e divulgada exigiu julgamento do auditor e amplo esforço de auditoria, sendo necessária a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e de suas controladas e a análise de jurisprudências aplicáveis e individualizadas dos processos pela Diretoria.

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre as provisões para litígios e avaliação de passivo contingente, incluindo aqueles sobre a integridade e a revisão de processos novos e em andamento, bem como controles sobre a mensuração de potenciais perdas; (b) testes, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, sobre os controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados utilizados pela Diretoria para monitorar e avaliar os processos em andamento; (c) teste da integridade e exatidão da base de dados utilizada pela Diretoria para determinação dos prognósticos de perda e mensuração de potenciais perdas; (d) confirmação independente com os assessores jurídicos externos e internos dos processos quanto à classificação do prognóstico do risco de perda para a Companhia e suas controladas, incluindo o valor envolvido; (e) leitura das atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria para evidência de eventuais contingências não divulgadas ou provisões não reconhecidas; (f) avaliação das premissas e dos julgamentos utilizados pela Diretoria no desenvolvimento dessas estimativas, contando com o auxílio de nossos especialistas tributários e ambientais, para assuntos específicos que julgamos necessários; e (g) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as provisões para litígios estimadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações das provisões e passivo contingente, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Continuação

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

I. ter a maioria de membros independentes nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;
II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente;
III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;
IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;
V. o Coordenador do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração;
VI. o prazo máximo para exercício do cargo é de 10 anos; e
VII. é vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

As características, composição, funcionamento e competências do órgão são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do CAE estão auditoria, supervisão e fiscalização e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia, zelando pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

O Comitê é responsável pela emissão de relatórios anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, doze vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

Desde 2019, o CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o plano foi desenvolvido pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento do plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das

responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre aspectos de treinamentos e discussões com o próprio Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução das atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contemplava os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016 (Lei das Estatais, aplicável à Copel à época), à Lei Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 509 (revogada pela Instrução CVM nº 80/2022, a qual passou a trazer os requisitos aplicáveis ao Comitê de Auditoria), e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição dos temas ao longo do ano.

Em 2021, por solicitação do CAE, o plano de trabalho foi revisado, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do Comitê, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarks; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões com o Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos. Para 2023 o plano de trabalho do CAE foi revisado com base na atuação do colegiado ao longo do ano de 2022, consolidando assim o plano anteriormente aprovado. Foram incluídas atividades relacionadas ao Plano de Desenvolvimento de Órgãos Estatutários da Copel e demandas apresentadas pelos membros do CAE.

Em 20.09.2023, em sua 242ª Reunião Ordinária, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alteração do Regimento Interno do CAE, considerando a Transformação da Copel em Corporação. O novo regimento excluiu os requisitos obrigatórios específicos da Lei das Estatais, considerou as melhores práticas e benchmarking realizado em companhias de referência, destacando-se: B3, Eletrobras, Vibra, Embraer, Vale, Renner e Equatorial.

O documento aprovado trouxe ajustes nas atribuições do CAE, organizando-as por afinidade de temas. Como inclusão, destacam-se: (i) discussão com a Auditoria Interna a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações encaminhadas, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a Auditoria Interna e a Diretoria; (ii) monitoramento da adequação da estratégia e ações de segurança cibernética da Companhia, inclusive dos planos de ação de curto e longo prazo para o enfrentamento de eventuais ataques

cibernéticos; (iii) análise, quando demandado pelo Conselho de Administração, sobre as propostas da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) análise, no âmbito das atribuições do CAE e sob a ótica de gestão de riscos, as políticas financeiras da Companhia e recomendando eventuais ajustes; e (v) análise, no âmbito das atribuições do CAE e sob a ótica de gestão de riscos, a remuneração dos acionistas. Já como exclusão, destacam-se: (i) estabelecer procedimentos para sua atuação; e (ii) avaliação dos cálculos atuariais, sendo requisito específico da Lei das Estatais.

A estrutura do Plano de Trabalho do CAE 2024, traz o cronograma detalhado de reuniões, contendo cronograma dos assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Sarbanes-Oxley - SOX 301/407, à Instrução CVM 80/2022, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2024 traz 16 temas principais, somando 98 pautas específicas, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões ao longo do ano.

A auditoria independente, atualmente *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.*- Deloitte, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas).

Em dezembro de 2023 foi autorizado a substituição da auditoria para a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), que iniciará suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais ("ITRs") do primeiro trimestre do exercício de 2024.

A contratação visa atender práticas de governança e recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário para efetuar a rotatividade dos auditores independentes antes do prazo máximo requerido no artigo 31-A da Resolução CVM n.º 23/21.

Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se as mesmas refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que essas estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei Sarbanes-Oxley – SOX, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Copel, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros.

Já em 10.07.2023, foi aprovada a reforma estatutária pela 207ª AGE, mantendo a composição do CAE, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência da legislação aplicável; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; (v) que o Coordenador do Comitê fosse membro do Conselho de Administração; (vi) o prazo máximo para exercício do fosse de 10 anos; e (vii) ficasse vedada a participação de diretores da companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê.

Em 2023, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2024/2025: Carlos Biedermann (como Presidente e especialista financeiro), Marco Antônio Barbosa Cândido (como membro) e Luiz Cláudio Maia Vieira (como membro externo), todos membros independentes, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela Securities and Exchange Commission - SEC e pela New York Stock Exchange - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do CAE, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2023

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

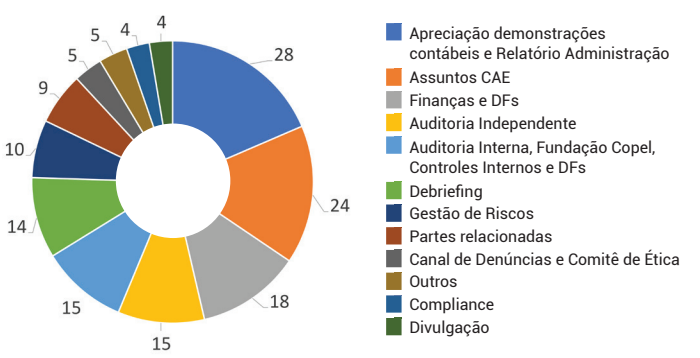
As pautas das reuniões realizadas em 2023 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano: apreciação de informações contábeis; auditoria independente; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; debriefing; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foram realizadas 26 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, as quais contemplaram 151 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas, bem como os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas tratadas pelo CAE da Copel em 2023 pode ser observado no gráfico abaixo:



AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2023, foram contempladas, em reuniões do CAE, 15 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente, Deloitte, para o Formulário 20-F; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2023; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2023.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2023, as demonstrações financeiras e o Relatório da Administração foram apreciados pelo CAE, totalizando 28 pautas, nas quais foram tratadas a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2023; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2022 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em fevereiro de 2024, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2023, no Relatório Anual 2023, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2023, foram tratadas 9 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINT 2022; planejamento da Auditoria Interna, considerando a transformação da Copel em Corporação; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

Na 270ª Reunião, de 14.02.2023, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2023, foram tratadas 5 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O CAE também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do órgão, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2023, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 5 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela diretoria responsável pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo CAE as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2023, foram tratadas 10 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise mensal quanto aos riscos corporativos, pauta específica da Agenda Temática do CAE 2023.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, trimestralmente ou por ocorrência, em conjunto com a administração e a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas em conformidade com a política de transação com partes relacionadas e a política de gestão de riscos."

No decorrer de 2023, foram tratadas 9 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE.

Mensalmente são monitoradas pelo órgão as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; debriefing; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2023, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Superintendência, por meio de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- **Demonstrações Financeiras 2023**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores estudo sobre a possibilidade de antecipação do fechamento das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023.

- **Planejamento da Auditoria Interna**

Os Membros do Comitê de Auditoria Estatutário solicitaram à Auditoria Interna da Companhia informações sobre a recomposição da equipe interna, considerando o Plano de Demissão Voluntária – PDV, bem como o planejamento das atividades, tendo em vista a transformação da Copel em Corporação.

Adicionalmente, por ocasião da apresentação do plano de trabalho da Auditoria Interna, o CAE fez suas considerações e sugeriu priorizações em relação aos principais riscos da Companhia.

- **Serviços adicionais de auditoria Independente**

O CAE recomendou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores que o processo de contratação de auditoria independente contemple uma relação dos serviços que possam eventualmente ser contratados esporadicamente com os auditores independentes, com a respectiva precificação, visando a melhoria contínua do processo.

- **Gestão de riscos – reporte periódico**

O CAE recomendou à Diretoria Adjunta de Governança, Risco e Compliance, avaliação sobre a necessidade de inclusão no Portfólio de Riscos da Companhia do risco

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf

Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc

relacionado aos efeitos da guerra entre Israel e Hamas.

Adicionalmente, solicitou apresentação sobre o risco referente aos novos padrões de reporte de Sustentabilidade, IFRS S1 e S2, e seus respectivos planos de ação.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes* Ltda.- Deloitte, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2023, no Relatório Anual 2023, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2024.

CARLOS BIEDERMANN
Presidente e Especialista Financeiro

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membro

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA
Membro

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2023 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2023

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2023. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 80/2022, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2024 da Copel Geração e Transmissão S.A, aprovada na 240ª reunião extraordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, realizada em 14.11.2023, bem como a origem dos recursos.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R$ Mil
Geração e Transmissão (a)	209.663
Empreendimentos Eólicos (b)	55.487
Sub-total	265.150
Bônus de Outorga das UHEs Foz do Areia, Segredo e Salto Caxias	3.700.000
TOTAL	**3.965.150**

(a) Inclui os empreendimentos SPEs Bela Vista (Ger), Marumbi (Tra), Costa Oeste (Tra), Uirapuru (Tra) e FDA (Ger).
(b) Inclui Brisa Potiguar, Cutia Empreendimentos Eólicos, São Bento Energia, Jandaíra Energias Renováveis, Complexo Eólico Vilas, Aventura e Santa Rosa & Novo Mundo

FONTES DE RECURSOS	R$ Mil
Recursos de Terceiros e Geração de Caixa das Operações	1.079.108
Retenção de Lucros	1.086.042
Aporte de Capital	1.800.000
TOTAL	**3.965.150**

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, companhia aberta, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.370.282/0001-70, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2023; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2023.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

Moacir Carlos Bertol
Diretor Geral
Copel Geração e Transmissão S.A.

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Geração e Transmissão S.A.

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Copel Geração e Transmissão S.A.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor de Operação e Manutenção de Geração e Transmissão
Copel Geração e Transmissão S.A.

Kleberson Luiz da Silva
Diretor de Comercialização de Energia
Copel Geração e Transmissão S.A.

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo e de Participações
Copel Geração e Transmissão S.A.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 01/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/01/COPELgeracao1574626401032024.pdf
Hash:17092479621adfa7eaa3f14a319662f449158c2fdc